

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Letras e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**



**Dissertação**

**Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo. Discurso político  
endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937/1945)**

**Santiago Bretanha**

**Pelotas, 2019**

**Santiago Bretanha**

**Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo. Discurso político  
endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937/1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração: Texto, Discurso e Relações Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Aracy Graça Ernst

**Pelotas, 2019**

**Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação**

B844a Freitas, Santiago Bretanha

Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo. Discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937/1945) / Santiago Bretanha Freitas; Aracy Graça Ernst, orientadora. — Pelotas, 2019.  
193 f. : il.

Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras. Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Análise de Discurso. 2. Imaginário. 3. Trabalho. 4. Discurso Político. 5. Jornada do herói. I. Ernst, Aracy, orient. II. Título.

CDD : 469.5

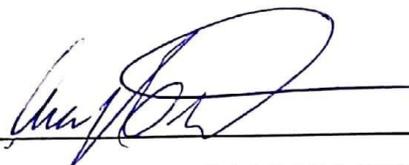
**Santiago Bretanha Freitas**

**Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo: Discurso político  
endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937/1945)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de Concentração Linguística Aplicada, do programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas, 26 de março de 2019

Banca examinadora:



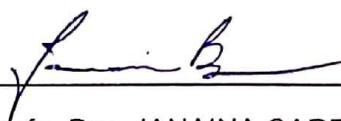
---

Profa. Dra. ARACY GRAÇA ERNST  
Orientadora/Presidente da banca  
Universidade Federal de Pelotas



---

Profa. Dra. DAIANE NEUMANN  
Membro da Banca  
Universidade Federal de Pelotas



---

Profa. Dra. JANAINA CARDOSO BRUM  
Membro da Banca  
Universidade Federal de Pelotas

*In memoriam*

Pro Patacão, o meu velho, meu tio-avô, meu pai. Não pode me ensinar a ler a palavra escrita, mas me ensinou a ler o mundo. Deixo, aqui, o registro da minha gratidão.

## Agradecimentos

### *Familiares*

Ao Renan, *meu* moço, com quem divido a vida há sete anos. Com quem divido, inclusive a empreitada, difícil empreitada, da escrita e do vir-a-ser pesquisador; sou grato pelo amor, pelo companheirismo e pela coragem de ser-ao-lado;

a minha mãe, Isabel, pelo afeto e pelo saber-deixar-voar, sem jamais deixar de ser ninho;

a minha irmã, Bibiana, pelo amparo e pela compreensão. Quando a adversidade sobrevém, és porto;

à Virgínia e à Millaine, pela amizade de longa data;

### *Acadêmicos e profissionais*

à querida professora Aracy Ernst (diva-musa inspiradora), pela orientação afetuosa, por ensinar-me que não há trabalho de pesquisa sem afeto e que, em tempos de cólera, *há que endurecer-se, mas sem perder a ternura, jamais*;

às professoras Renata Silva, Adriana Nascimento e Ana Boessio, cujas mãos seguras me guiaram pela iniciação científica e pela iniciação à docência;

às professoras Carmen Matzenauer, Ercília Cazarin e Luciana Vinhas, pelas valiosas contribuições à minha formação acadêmica, docente e, principalmente, humana;

à Rosângela Pereira, pelo tempo, carinho e disponibilidade dispensados a mim e a meus colegas de pós-graduação quando secretária do PPGL;

aos professores Adail Sobral, Daiane Neumann, coordenadores dos PPGL da UCPEL e da UFPEL, respectivamente, bem como ao corpo docente e aos gestores de ambas as instituições, pelo comprometimento e acolhimento com os quais cuidaram da migração do PPG entre as Instituições;

à professora Ercília Cazarin e ao professor Adail Sobral pelos aportes teóricos e metodológico-analíticos dados ao projeto de pesquisa na oportunidade da sua qualificação;

à professora Luciana Vinhas, pela orientação de estágio docente atenta e parceira;

aos colegas do LEAD, pela interlocução apaixonada e privilegiada sobre a teoria;

às professoras Daiane Neumann e Janaína Brum pela leitura rigorosa do texto de dissertação e pelas críticas que muito contribuíram com a pesquisa e com o seu desenvolvimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

BRETANHA, Santiago. **Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo.** Discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937/1945). 2019. 230f. Dissertação (mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Tomando a Análise de Discurso de linha francesa como *locus* enunciativo e como campo de trabalho teórico-analítico, o presente trabalho constrói-se sobre o objetivo geral de analisar as representações imaginárias sobre o trabalho no discurso governamental e, em decorrência dessas, suas inter-relações com outra, a de trabalhador. Estabelecidos o político como campo discursivo de referência e o discurso do governante como espaço discursivo da pesquisa, conformam o arquivo quatro pronunciamentos de Getúlio Vargas, então ditador do Brasil, em referência ao dia do trabalhador no período do Estado Novo (1937-1945) e endereçados aos trabalhadores brasileiros; documentos, hoje, codificados pelo arquivo da Biblioteca da Presidência da República em sua forma transcrita. Às análises, apreendemos como regularidade o funcionamento de três imaginários de trabalho na ordem do discurso do governante, o de trabalho como força-motriz para consolidar o Estado, o de trabalho como meio de dignificação do trabalhador frente ao Estado e frente ao governante e o de trabalho como base para a edificação do bem-estar da sociedade. Baseados nesse gesto interpretativo, compreendemos que tais imagens recalcam a luta de classes e negam ideologias dissidentes em prol da “coesão nacional” e do “bem comum”. Imaginários que, enquanto produtos da interpelação ideológica, estão imbricados à consolidação dos Aparelhos de Estado, ao mesmo tempo que fundamentam a manutenção da submissão do trabalho e do proletariado a uma certa ética/razão do Estado, uma razão neurótica em que o trabalhador deve recalcar o gozo e sublimar o trabalho como *práxis* que lhe garantiria, pela lei de filiação, um lugar de herdeiro do Outro.

**Palavras-chave:** Imaginário; Trabalho; Discurso Político.

## Resumen

BRETANHA, Santiago. **Imaginarios de trabajo en la emergencia del capitalismo.** Discurso político dirigido a los trabajadores brasileños (1937/1945). 2019. 230f. Tesina (maestría en Letras) – Programa de Post-grado en Letras, Centro de Letras y Comunicación, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Asumiendo el Análisis de Discurso de filiación francesa como *locus* enunciativo y como campo de trabajo teórico-analítico, el presente trabajo se construye sobre el objetivo general de analizar las representaciones imaginarias de trabajo en el discurso gubernamental y, en consecuencia de esas, sus inter-relaciones con otra, la de trabajador. Establecidos el político como campo discursivo de referencia y el discurso del gobernante como espacio discursivo de la investigación, conforman el archivo cuatro pronunciamientos de Getúlio Vargas, entonces dictador de Brasil, en referencia al día del trabajador en el período del *Estado Novo* (1937-1945) y direccionados a los trabajadores brasileños; documentos, hoy, codificados por el archivo de la *Biblioteca da Presidência da República* en su forma transcrita. A los procedimientos analíticos, aprehendemos como regularidad el funcionamiento de tres imaginarios de trabajo en el orden del discurso del gobernante: el de trabajo como fuerza-motriz para consolidar el Estado, el de trabajo como medio de dignificación del trabajador delante el Estado y delante el gobernante y el de trabajo como base para la edificación del bienestar de la sociedad. Basados en ese gesto interpretativo, comprendemos que tales imágenes recalcan la lucha de clases y niegan ideologías disidentes en razón de la “cohesión nacional” y del “bien común”. Imaginarios que, en cuanto productos de la interpelación ideológica, están imbricados a la consolidación de los Aparatos de Estado, al mismo tiempo que fundamentan la manutención de la sumisión del trabajo y del proletariado a una cierta ética/razón del Estado, una razón neurótica en que el trabajador debe recalcar el goce y sublimar el trabajo como *práxis* que le garantizaría, por la ley de filiación, un lugar de heredero del Otro.

**Palabras clave:** Imaginario; Trabajo; Discurso Político.

## Lista de figuras

<b>Figura 1</b> - Nó borromeano (FI e FD que determinam o discurso do ditador).....	096
<b>Figura 2</b> - Efeito metafórico.....	122

## Lista de quadros

<b>Quadro 1</b> - Formações imaginárias (interlocutores).....	065
<b>Quadro 2</b> - Formações imaginárias (Referente).....	065
<b>Quadro 3</b> - Formações imaginárias sobre o trabalho (interlocutores).....	067
<b>Quadro 4</b> - Formações imaginárias sobre o trabalho (referente).....	067
<b>Quadro 5</b> - Sequências Discursivas de Referência.....	109
<b>Quadro 6</b> - Imagens de Estado.....	125
<b>Quadro 7</b> - Sondagem lexicométrica, radicais <i>trabalh-</i> , <i>operar-</i> , <i>pov-</i> e <i>pop-</i> .....	136

## Lista de abreviaturas e siglas

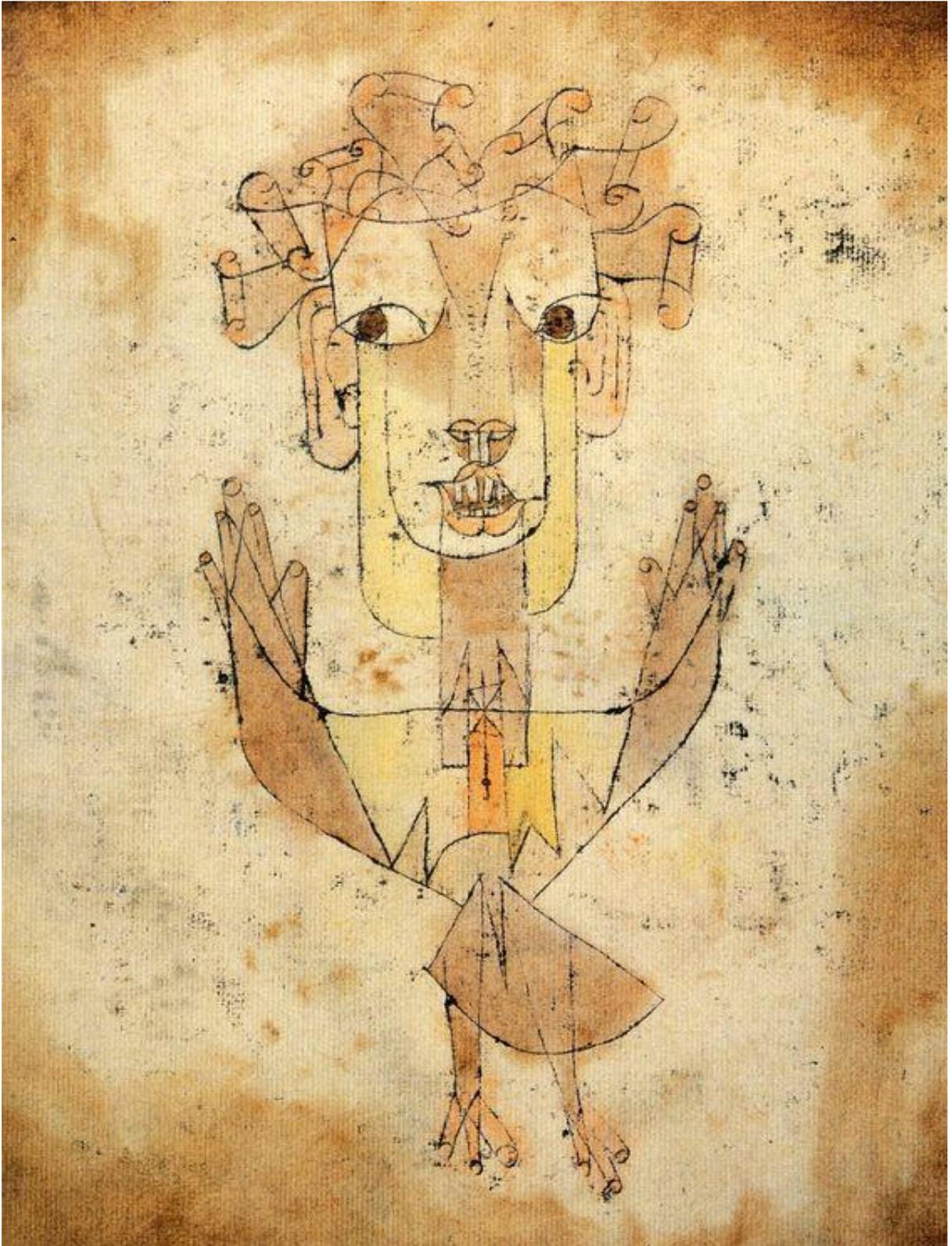
<b>AAD-69</b>	Análise Automática do Discurso (1969)
<b>AD</b>	Análise de Discurso
<b>AD1</b>	Primeira Fase da Análise de Discurso
<b>AD2</b>	Segunda Fase da Análise de Discurso
<b>AD3</b>	Terceira Fase da Análise de Discurso
<b>AIB</b>	Ação Integralista Brasileira
<b>AIE</b>	Aparelho Ideológico de Estado
<b>ANL</b>	Aliança Nacional Libertadora
<b>ARE</b>	Aparelho Repressivo de Estado
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CNRS</b>	<i>Centre National de Recherche Scientifique</i>
<b>CP</b>	Condições de Produção
<b>CSN</b>	Congresso Sindical Nacional
<b>CSUB</b>	Confederação Sindical Unitária Nacional
<b>DIP</b>	Departamento de Imprensa e Propaganda
<b>DNP</b>	Departamento Nacional de Propaganda
<b>FD</b>	Formação Discursiva
<b>FDD</b>	Formação Discursiva do Ditador
<b>FDT</b>	Formação Discursiva dos Trabalhadores Brasileiros
<b>FI</b>	Formação Ideológica
<b>FIA</b>	Formação Ideológica Anticapitalista
<b>Fim</b>	Formação Imaginária
<b>FIP</b>	Formação Ideológica Política
<b>FIS</b>	Formação Ideológica Sindical
<b>FUG</b>	Frente Única Gaúcha
<b>ISEB</b>	Instituto Superior de Estudos Brasileiros

<b>MTIC</b>	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
<b>ØFI</b>	Ausência de Formação Ideológica ou Formação Ideológica Neo-colonial/Pré-capitalista
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PL</b>	Partido Libertador
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PRR</b>	Partido Republicano Riograndense
<b>OS</b>	Posição Sujeito
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>SDR</b>	Sequência Discursiva de Referência
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>017</b>
<b>0 CONCEPÇÕES DE TRABALHO SOB A ÓTICA MARXISTA .....</b>	<b>024</b>
<b>0.1 Trabalho e história em Hegel e Marx: considerações preliminares.....</b>	<b>026</b>
<b>0.2 A revolução burguesa no Brasil e a constituição do Estado Moderno.....</b>	<b>032</b>
<b>0.3 Weber vai aos trópicos: a ética protestante e o espírito do capitalismo brasileiro.....</b>	<b>037</b>
<b>1 PÊCHEUX, LEITOR DE ALTHUSSER, LEITOR DE MARX.....</b>	<b>044</b>
<b>1.1 Althusser, leitor de Marx: da teoria da história à teoria da ideologia.....</b>	<b>045</b>
<b>1.2 Pêcheux, leitor de Althusser: da teoria geral da ideologia à abordagem materialista dos processos discursivos.....</b>	<b>053</b>
<b>1.3 Só há causa daquilo que falha: <i>remontés</i> às categorias do Imaginário.....</b>	<b>062</b>
<b>2 PÊCHEUX, LEITOR DE LACAN.....</b>	<b>069</b>
<b>2.1 Pêcheux, leitor de Lacan: da constituição psíquica do sujeito à produção do discurso.....</b>	<b>071</b>
<b>2.1.1 INCONSCIENTE E IDEOLOGIA NA CENA DO DISCURSO: SOBRE O LAÇO SOCIAL.....</b>	<b>075</b>
<b>3 PERCURSO TEÓRICO-ANALÍTICO.....</b>	<b>085</b>
<b>3.1 Prolegômenos às análises.....</b>	<b>086</b>
<b>3.1.1 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO.....</b>	<b>089</b>
<b>3.1.2 O DISCURSO DE GV SOB A ORDEM DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DOS GOVERNANTES DE ESTADO E DA POSIÇÃO-SUJEITO DITADOR.....</b>	<b>090</b>

3.1.3 DO DOMÍNIO DE SABER À CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DOS <i>CORPORA</i> .....	099
3.1.4 DESSUPERFICIALIZAÇÃO DA MATERIALIDADE SIGNIFICANTE: AS CONSTRUÇÕES RELATIVAS E CONSTRUÇÕES DE CLIVAGEM COMO EXCESSOS CONTINGENTES.....	101
3.1.4.1 Sobre as construções relativas e as construções de clivagem.....	102
<b>3.2 Às análises: imaginários de trabalho no discurso governamental endereçado aos trabalhadores brasileiros.....</b>	<b>111</b>
<b>EFEITO DE FECHAMENTO DISPERSÃO.....</b>	<b>140</b>
<b>POST SCRIPTUM.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>159</b>
<b>Anexo 1 – lista de pronunciamentos de Getúlio Vargas (1938-1944) disponíveis na Biblioteca da Presidência da República.....</b>	<b>160</b>
<b>Anexo 2 – pronunciamento de 1º de maio de 1938.....</b>	<b>171</b>
<b>Anexo 3 – pronunciamento de 1º de maio de 1940.....</b>	<b>175</b>
<b>Anexo 4 – pronunciamento de 1º de maio de 1943.....</b>	<b>180</b>
<b>Anexo 5 – pronunciamento de 1º de maio de 1944.....</b>	<b>187</b>



(Klee, *Angelus Novus*, 1920)

*Minhas asas estão prontas para o vôo,  
Se pudesse, eu retrocederia  
Pois eu seria menos feliz  
Se permanecesse imerso no tempo vivo.*

(Gerhard Scholem, *Saudação do anjo*)

## INTRODUÇÃO

À constituição de suas teses *Sobre o conceito de história*, Benjamin põe-nos frente ao *Angelus Novus*, desenho traçado a nanquim por Paul Klee em 1920. Diz Benjamin (1994, p. 226), a obra “representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas”. Ao anjo novo, Benjamin compara o anjo da história, cujo rosto se dirige ao passado. Aos nossos olhos o passado assume a ordem de uma cadeia de acontecimentos, ao passo que “ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés”.

Sua vontade é interromper a marcha, despertar os mortos e juntar os pedaços. Mas sopra do paraíso uma tempestade em suas asas e as impele com tanta força que já não é mais possível fechá-las. A tempestade, que Benjamin chama progresso, projeta o anjo irresistivelmente para o futuro para o qual ele vira as costas, “enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu”.

Na nona tese, assim como nas demais, há uma crítica radical à história cooptada pelas forças dominantes, à história catastrófica. História que, via repetição, acumula as ruínas e os fragmentos dos vencidos em função da tempestade-progresso – força que determina a impossibilidade de resistência ao anjo da história. Desse ensino benjaminiano guardamos duas lições: a primeira, de que o progresso da história leva à barbárie, e, logo, a revolução é um imperativo para impedir o advento do pior (o fascismo); segunda, a de que essa revolução, autêntica, é aquela que se dispõe a contrapelo, pela mirada dos vencidos. A revolução, para Benjamin, não deve tomar os trilhos do trem da história, e muito menos esperar que seu curso pré-determinado chegue ao fim, mas sim interrompê-lo. Urge a história da descontinuidade, da lacuna, das dobras que precisam ser iluminadas; dos sonhos, das dores e das esperanças dos dominados.

Inspirados em Benjamin, e reconhecendo os limites, os curtos limites, de um trabalho acadêmico, assentamos a pesquisa que aqui principia a tomar forma material

sobre uma intenção fundamental, e subterrânea: a de trabalhar nos limiares dos efeitos de evidência do progresso e de sua pretensa estabilidade lógica; a de escová-lo a contrapelo, não pela mirada dos vencidos em um nível primeiro, mas orientado a compreender os mecanismos discursivos pelos quais o progresso e, sumariamente, o Estado sustentam a dominação do trabalho e dos trabalhadores.

Para tanto, é vital compreender o lugar próprio do trabalho na formação social capitalista, assim como os modos como se constitui imaginária e simbolicamente. O trabalho assume, no materialismo histórico, o cerne das reflexões sobre o processo de constituição do sistema de produção capitalista, que se institui sobre sua sujeição (a do trabalho, e, por conseguinte, do proletariado) aos meios de produção, detidos pela burguesia. Assim, dirá Marx (2009, p. 114) que a história é engendrada mediante o trabalho humano, assim como este é que faculta ao homem “seu nascimento por meio de si mesmo”, a sua exteriorização. Aí, o trabalho guarda uma dupla articulação: a de prática social que engendra o homem na história e a de, enquanto objeto central na luta de classes, uma prática em que sempre há resistência e, por isso, é constante a necessidade de injungir-lhe à alienação.

Weber, em *A ética protestante do trabalho e o espírito do capitalismo* (2004), centra sua atenção em uma nova visão de trabalho que colaborou para a consolidação do capitalismo empresarial, alçado a efeito de massa, e que se constitui como racionalidade hegemônica. “Um novo *éthos*, que representa a quebra da visão tradicional do trabalho e da atividade econômica” (RIESEBRODT, 2012, p. 159-160). A tese weberiana remonta as origens dessa revolução no protestantismo ascético, razão religiosa que associa a profissão à esperança da salvação mediante a comprovação terrena do trabalho enquanto sublime. Mais tarde, sob a roupagem de utilitarismo, a ética protestante é assumida enquanto um esperado comportamento institucionalizado, uma racionalidade.

Pensa Safatle (2008, p. 19), “ao insistir que a racionalidade econômica dependia fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta”, Weber “lembrava que nunca haveria capitalismo sem a internalização psíquica de uma ética protestante do trabalho e da convicção”. Ética que Weber encontrou no *éthos* protestante de acúmulo de capital e de alheamento a todo gozo espontâneo da vida, destituído de toda e qualquer lógica hedonista. Relacionando as teses de Weber às de Freud, tal como Lyotard (1990) o fez, Safatle pontua indícios em Weber de “traços superegóicos” da Lei da ética protestante do trabalho, tais como

“a transformação do Pai Celestial que suportava a Lei no Novo Testamento em um Pai Severo superegóico: ‘Ser transcendental, além do alcance do entendimento humano’; “um trabalho feito como vocação que é resposta à voz do Outro (no caso, o chamado de Deus)’; “a culpabilização de todo prazer sensível (rebaixamento do sensível que Freud compreendeu como figura maior da renúncia pulsional)’; e “a entificação obsessiva de um ‘autocontrole sereno’ como ideal de conduta” (2008, p. 19).

Diante disso, Safatle defende: “se a lei que sustenta a disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta econômica é uma figura do supereu, então a economia libidinal do capitalismo como sociedade de produção seria impensável sem o desenvolvimento de uma civilização neurótica” (2008, p. 19). Uma civilização que só poderia pensar seus processos de socialização por meio da operacionalização repressiva do sentimento de culpa e do gozo.

Embora tanto Marx, quanto Weber assumam como objeto de estudo o capitalismo ocidental moderno, suas teorizações são de grande relevância para a compreensão do processo de emergência/expansão do capitalismo no Brasil e, em boa parte, da América Latina. De mesmo modo, os estudos de Safatle, no entrelugar do materialismo histórico e da psicanálise, são igualmente relevantes ao possibilitarem a análise da(s) economia(s) libidinal(ais) que sustenta(m) a economia do capital ao determinar(em) os processos de socialização das civilizações modernas.

O conceito de ideologia é fundamental para a compreensão dessa lógica em *perpetuum mobile*. Em sua teoria da Ideologia geral, Althusser (1970) defende a tese de que é ela, em uma dimensão a-histórica, quem garante a coesão social, ao passo que as ideologias particulares têm sua função sobredeterminada pela (nova) função de garantir a dominação de certa classe social. A ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1970). Decorre daí a proposição althusseriana de que, embora funcionem face a ordens distintas, a ideologia “não deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente” (PÊCHEUX, 2014, p. 278); o que o leva a pensar o imaginário enquanto instância mediadora entre os indivíduos e sua vida social. Instância que se (re)produz (re)produzindo determinada economia libidinal; economia libidinal que se (re)produz alimentando determinadas instâncias psíquicas e, logo, determinando o laço social – aquilo que permite ao sujeito, por um lado, relacionar-se com outros sujeitos e, de outro, obter “satisfação” pulsional.

Feitas tais colocações, vemo-nos diante do questionamento: de que modo os imaginários perpetrados pela ideologia dominante determinam o discurso governamental? Melhor, especificamente, de que maneira os imaginários de trabalho sustentados pela ideologia capitalista constituem o discurso do governante?

Frente a este problema, e tomando a Análise de Discurso de linha francesa como *locus* enunciativo e como campo de trabalho teórico-analítico, a presente dissertação constrói-se sobre objetivo geral de analisar representações imaginárias sobre o trabalho no discurso governamental e, em decorrência dessas, suas inter-relações com outras, as de trabalhador. Em delimitação, necessária, assumimos como escopo aqueles imaginários instaurados na emergência do capitalismo competitivo no Brasil, período histórico em que, compreendemos, o discurso governamental é cooptado pela ideologia capitalista – esta ainda em processo de consolidação.

Tal objetivo coloca-nos a articulação das seguintes questões norteadoras: **a)** Qual racionalidade ético-prática conforma, junto a outros elementos, o espírito do capitalismo no Brasil? **b)** Como essa racionalidade ético-prática opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação? **c)** De que maneira os conceitos de ideologia e de imaginário colaboram para a compreensão dessa racionalidade? **d)** Como, e de que maneira, as *dit-mansions* dos imaginários de trabalho (re)produzem essa racionalidade?

Correspondemos, paralelamente, a estas perguntas, que orientam nosso percurso teórico-analítico, os objetivos específicos de: **a)** revisar o estado da arte referente à racionalidade ético-prática que conforma o espírito do capitalismo no Brasil; **b)** refletir sobre os modos essa racionalidade ético-prática opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação; **c)** identificar e sistematizar possíveis contribuições dos conceitos de ideologia e de imaginário à compreensão dessa racionalidade; e, por fim, **d)** analisar como, e de que maneira, as *dit-mansions* dos imaginários de trabalho (re)produzem a racionalidade que constitui o espírito do capitalismo brasileiro.

A opção por centrar a visão na segunda etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, paralela à consolidação da burguesia enquanto classe dominante, se dá pelo fato de que essa seria, *grosso modo*, o primeiro momento em que o capitalismo se torna estrutural no país, o que coincide com efetivação do Estado-nação anos após a queda da monarquia. É característico desse momento o acirramento da luta de classes, com a recente primeira greve geral, de 1917, a

necessidade de institucionalizar os movimentos operários e de calcar o trabalho, e os trabalhadores, sob a égide de códigos trabalhistas mais rígidos que assegurassem de um lado a propriedade privada e o livre comércio e, de outro, as “políticas sociais produtivas” e os fundamentos do estado de compromisso; os últimos marcados pelo populismo.

Isso posto, a pesquisa se insere tematicamente na esteira dos trabalhos de Torres Lima (1990, 1999), voltados à análise dos imaginários de povo nos discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas, e de Silva (2012), dedicado ao estudo do *tempo discursivo* e suas implicações no imaginário de tempo no discurso da Central Única dos Trabalhadores. De mesmo modo, e principalmente, o trabalho se filia às reflexões de Ernst (2018), cujo escopo é o das (inter)relações entre ideologia e inconsciente à constituição do discurso, máxime o discurso político contemporâneo.

Com base nesses princípios, estabelecemos o político como *campo discursivo de referência*, ao passo que delimitamos o discurso do governante como *espaço discursivo* da pesquisa. Como fonte de investigação, tomamos o arquivo institucional da Biblioteca da Presidência da República, no qual estão registrados os pronunciamentos públicos do, então, governante do Brasil, o ditador Getúlio Vargas. A partir do recorte temporal posto pelo próprio período histórico, debruçamo-nos, especificamente, sobre os documentos/monumentos de 1937/1945. Período ao qual é atribuída a designação Estado Novo. Conformam o arquivo institucional um total de cento e dezenove pronunciamentos em sua forma transcrita, único registro material de boa parte das declarações.

A partir do arquivo institucional, e do “trabalho” como recorte temático, constitui-se o arquivo analítico em quatro pronunciamentos de Getúlio Vargas em alusão ao dia do trabalhador e endereçados aos trabalhadores brasileiros; boa parte deles proferidos no Estádio São Januário diante de grande massa popular e difundidos via rádio. São eles os de 1º de maio de 1938, de 1940, de 1943 e de 1944. À interpretação do *corpus*, mobilizamos a noção de *excesso*. Ernst (2009, 2011), configura as noções de *falta*, de *excesso* e de *estranhamento*, categorias aplicáveis à interpretação/constituição do *corpus* discursivo. Especificamente sobre a categoria do *excesso*, e, antiteticamente, a seu par, a *falta*, a autora (2009) defende que esse pode estabelecer “o ponto a partir do qual o processo de interpretação pode ser realizado pelo analista” (p. 3). Tomando por base os estudos de Authier-Revuz no campo das heterogeneidades enunciativas, a analista de discurso (2009) caracteriza o *excesso*

como estratégia discursiva que se constitui por aquilo que está demasiadamente presente no discurso. Assim, o excesso toma forma material tanto em nível do intradiscurso, em que o emprego do sistema gramatical pode ser considerado um “acréscimo contingente”, quanto do interdiscurso/memória discursiva, por meio da reiteração incessante de saberes alheios ou internos à formação discursiva dominante que, por sua vez, tomam formas distintas na formulação.

Assumindo os princípios teórico-analíticos propostos por Ernst, ao dessuperficializar o *corpus* empírico, atentamos a uma forma de excesso presente no discurso do governante: intradiscursovamente, a recorrência de construções relativas e de construções de clivagem do tipo “É X que P”. Reconhecendo a construção do arquivo por parte do analista, em si, como gesto interpretativo, distinguimos como regularidade o funcionamento de três imaginários de trabalho na ordem do discurso do governante endereçado aos trabalhadores. Primeiro, o de trabalho como força-motriz para consolidar o Estado; segundo, o de trabalho como forma de dignidade do trabalhador frente ao Estado e frente ao governante; e, por fim, o de trabalho como forma de acesso ao bem-estar social.

Nossa hipótese de trabalho, baseada neste gesto primeiro de organização/interpretação do arquivo e constituição dos *corpora*, é a de que tais imagens, em seu funcionamento, recalcam a luta de classes e denegam ideologias dissidentes em prol da coesão nacional e do bem comum, traços de ideologia personalista que atravessam o discurso do governante. Dessa maneira, tais imaginários, enquanto produtos da interpelação ideológica, estão imbricados à manutenção/consolidação do Aparelho Repressivo e dos Aparelhos Ideológicos de Estado (o jurídico, o sindical, o governamental, etc.) ao passo que eles fundamentam uma certa economia libidinal pautada pelo recalque do gozo em um laço social neurótico, em que o Outro é o Estado, personificado pela figura do governante. Melhor dizendo, funcionam pelo viés da manutenção da submissão do trabalho e da classe operária a uma certa ética/razão do Estado, uma razão neurótica em que o trabalhador recalca o gozo e sublima o trabalho como práxis que lhe garantiria, pela lei de filiação, um lugar de herdeiro do Outro. Dessarte, os pronunciamentos governamentais endereçados aos trabalhadores brasileiros, ou do governo que estende a mão aos trabalhadores, buscam constantemente afinar laços com o discurso-outro, trazendo-o ao fio do discurso ao injungir-lhe saberes.

Sob a ordem do problema, dos objetivos gerais, das questões norteadoras e dos objetivos específicos da pesquisa, organizamos a presente dissertação em quatro capítulos, somados a esta introdução e a uma seção de conclusão, a efeito de fechamento. Distinguem-se: *0 concepções de trabalho sob a ótica do materialismo histórico*; *1 Pêcheux, leitor de Althusser, leitor de Marx*; *2 Pêcheux, leitor de Lacan*; e, *3 Percurso teórico-analítico*.

Sumariamente, no capítulo zero, *concepções de trabalho sob a ótica do materialismo histórico*, ocupamo-nos em investigar sobre as concepções de trabalho em Marx e em Hegel e sobre como esses conceitos foram apropriados pelo sociólogo Florestan Fernandes como categorias principais para a interpretação da constituição da formação social brasileira. Com base nesses estudos, adentramos na dimensão da *ética protestante do capitalismo* de Weber e nos modos como os estudos do sociólogo alemão explicam/constituem a ideologia do atraso brasileiro (SOUZA, 1998).

Com base nesses princípios, nos capítulos primeiro e segundo procuramos sustentar duas noções: primeira, a de que o trabalho se constitui como a forma de subjetivação, por excelência, da formação social capitalista, e, segunda, a de que este é injungido à razão ético-prática do sistema econômico em função das repercussões/ressonâncias dos Aparelhos Ideológicos de Estado à (sobre)determinação do laço social. Para tanto, em *Pêcheux, leitor de Althusser, leitor de Marx*, nos detemos em compreender os modos como a categoria de ideologia, imbricada às de imaginário e de sujeito, permite compreender as maneiras como a racionalidade ético-prática do capitalismo opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação. Por sua vez, como continuidade do capítulo primeiro, em *Pêcheux, leitor de Lacan*, apropriamo-nos da noção lacaniana de laço social visando articular as determinações do inconsciente e da ideologia sobre a ordem do discurso.

No capítulo derradeiro, *Percurso teórico-analítico*, operacionalizamos nosso gesto interpretativo, compreendendo, aí, a constituição do arquivo e dos *corpora*, a configuração das formações discursivas, o estabelecimento de recortes representativos na materialidade significativa e realizamos as análises discursivas, propriamente ditas, dos pronunciamentos de 1º de maio de Vargas. Antecedem ao gesto, a remontagem das condições de produção dos discursos em análise.

Assim segue,

## 0 CONCEPÇÕES DE TRABALHO SOB A ÓTICA MARXISTA

### XIII

A teoria e, mais ainda, a prática da socialdemocracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os socialdemocratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, ideia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral. Cada um desses atributos é controvertido e poderia ser criticado. Mas, para ser rigorosa, a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum. A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*

Antes de, propriamente, adentrar ao corpo da pesquisa, pareceu-nos necessário falar daquilo que lhe é anterior, e que, por ser anterior, lhe foge ao escopo, mas não por isso lhe seja alheio. A anterioridade a que nos referimos é aquela da conjuntura política em processo de engendramento no Brasil pós-golpe de 2016, iniciado com a destituição arbitrária da presidenta Dilma Rousseff via efeitos de legalidade, em 31 de agosto desse ano, consolidada pelos contínuos ataques da burguesia e da (extrema) direita à Democracia e ao Estado Democrático de Direito. Dentre os atentados mais graves estão a “reforma trabalhista” (Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017) e a “reforma da previdência”, ainda em tramitação dentre os órgãos governamentais.

A “ponte para o futuro”<sup>1</sup>, programa político idealizado pelo Partido pelo Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, hoje, apenas, MDB) e plano de governo instituído por Michel Temer, pauta-se pela necessidade de ajustes fiscais relacionados à previdência social e por, na área trabalhista, “permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais” (PMDB, 2015, p. 18). A “ponte para o futuro”,

---

<sup>1</sup> PMDB. Ponte para o futuro. Disponível em: < <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

assim, institui-se sobre uma demanda histórica da classe dominante: a de “flexibilizar” as leis trabalhistas. Tal demanda é enunciada repetidamente, principalmente pela mídia hegemônica, desde a criação do código comum das leis do trabalho, a CLT, em 1943. Até 2016 a CLT havia se sustentado como direito conquistado, incólume, ainda que um corpo incômodo para os governantes aliados ao patronato. Um fantasma que nem mesmo os militares de 64 ousaram enfrentar e que, no auge do capitalismo do Brasil, urgia ser rendido.

Em um momento inicial da investigação pensávamos: o que faz da CLT tão incômoda à classe dominante? Quais mecanismos discursivos, ideológicos, dão efeito de legalidade à “reforma trabalhista”? Frente a esse questionamento, pareceu-nos oportuno tomar o próprio texto da CLT como *corpus* e analisar o silenciamento e o engendramento de “novos” saberes em sua constituição a partir das modificações realizadas pela Lei n.º 13.467; para tanto, tomar-se-ia como base de análise os imaginários de trabalho a partir do funcionamento discursivo das elipses e das incisões no texto jurídico, tomando como campo discursivo de referência o jurídico, o discurso legal sobre o trabalho.

Esse primeiro intento, não efetivado, colocou-nos diante de questões ainda mais fundamentais. Ao gesto de escavar os fragmentos de memória institucional sobre a CLT, principalmente o registro material do pronunciamento de 1º de maio de 1943 de Vargas, deparamo-nos com a inquietação: a quais imaginários de trabalho a “Ponte para o futuro” se contrapõe? E, logo, sobre quais imagens de trabalho se erige a CLT? Assim, antes de voltarmos aos modos como, no contemporâneo, a reforma trabalhista constrói imaginários de trabalho, materializados na (re)escritura do código legal, fez-se necessário voltarmos aos modos como imaginários irromperam no seio dos processos históricos que conformam a formação social brasileira, na qual consolida-se as Leis Trabalhistas e, *pari passu*, o próprio capitalismo.

Dessa sorte, os indícios que até aqui demos, pontuam a presente dissertação como prólogo de uma obra jamais escrita, de questionamentos sem resposta, cuja não-existência ressoa aqui e ali. Em busca (vã) de “fechar” o escopo da pesquisa, foi-nos necessário remontar à medula espinhal de qualquer trabalho (teórico/analítico) que aborde trabalho (*lato sensu*) em uma perspectiva materialista: o trabalho enquanto categoria estrutural da formação social.

## 0.1 Trabalho e história em Hegel e Marx: considerações preliminares

A dialética, ou método dialético, é termo recorrente na academia. Entretanto, ainda que seja um termo popular, seu entendimento não é unívoco, e tampouco diz respeito a uma única tradição. Aqui, embora saibamos que a origem do termo remonta à antiguidade clássica, alocamos nossas reflexões sobre as bases da dialética moderna em Hegel, em sua *Fenomenologia do Espírito* (1992); método filosófico cujo objetivo é(ra) o de “alcançar a verdade” por meio da racionalização crítica/científica.

Baseado na identidade entre o ideal e o real sob a égide da contradição e na noção fundamental de absoluto, a dialética “é o processo mediante o qual a razão se reconhece na realidade que surge como estranha ou oposta à razão, primando ou conciliando essa oposição” (ABBAGNANO, 2000, p. 81). De tal modo, a dialética articula-se a partir de um movimento triádico cuja organização remonta às três fases do movimento do espírito absoluto na História: do *em-si*, do *para-si* e do *em-si e para-si*, isto é, as fases subjetiva, objetiva e do conhecimento absoluto, comumente chamadas de tese, de antítese e de síntese, todas instauradas por relações de contradição.

A partir de sua dialética, Hegel se ocupou em pensar o trabalho, ainda que em segundo plano. Nesse contexto, seu mérito é o de ser o primeiro pensador a refletir sobre o trabalho em uma dimensão histórica e social, não apenas mecanicista. Conforme Semeraro (2003, p. 88), já em *O sistema da vida ética* ([1802], 1991), Hegel apresenta o trabalho como a “atividade peculiar do ser humano que supera o instinto imediato do desejo animal e é capaz de criar produtos e ferramentas”. Nesse sentido, o trabalho é uma manifestação dialética entre sujeito e objeto, entre o impulso da necessidade e a satisfação que libera o homem do círculo fechado do *em-si* e proporciona-lhe o encontro com o outro e com toda a espécie.

Segundo a leitura de Semeraro (2003), as concepções intuitivas de trabalho manifestadas em 1802 são aprofundadas por Hegel em *Filosofia do espírito jenense* ([1805-6], 1996). Nessa obra, Hegel propõe que o homem, ao realizar trabalho, constitui sua consciência e ao responder a uma certa necessidade impulsiva satisfaz, também, a necessidade de outros, de modo que sua prática possui reflexo em toda a sociedade. Dessa maneira, tanto a consciência do *em-si*, quanto a linguagem em suas origens históricas remontam à determinação material do trabalho, à organização da instituição familiar em torno da propriedade privada e à existência material da vida

social. Essas reflexões serão sistematizadas na *Fenomenologia do espírito* ([1805-1807], 1992), em que Hegel conjectura sobre a autoprodução do homem por meio do labor, a constituição da consciência pelo trabalho e pelo reconhecimento do outro e do caráter social e histórico do trabalho através da objetivação do homem no mundo. Assim, o sujeito alcança a consciência de *si* através da tomada de consciência do objeto, donde acontece a exteriorização do espírito mediante a sua objetivação no mundo e frente ao Estado e ocorre a efetiva identificação do sujeito e do objeto enquanto forças opositoras.

Alocada como potente tentativa de superação da dualidade filosófica moderna entre racionalismo e empirismo, atividade e pensamento, sujeito e objeto, entre o ideário clássico e o moderno e entre as Europas filosófica (Alemanha), econômica (Inglaterra) e política (França),

[a] filosofia desenvolvida por Hegel supera não apenas a separação operada na modernidade entre sujeito e objeto, mas abala também a visão burguesa do trabalho orientada para a propriedade privada, o lucro e a divisão social. O individualismo e a autossuficiência do eu moderno, de fato, são superados por Hegel pela dialética do reconhecimento e pela autoprodução do homem social por meio do trabalho. (SEMERARO, 2003, p. 90).

Assumindo essa perspectiva, Semeraro (2003) chega à conclusão de que o trabalho em Hegel não é, apenas, satisfação de necessidades impulsivas, como também é o meio através do qual se (com)forma a consciência individual e social do sujeito, de tal modo que permite a expressão do caráter público e universal do homem. Longe de ser uma atividade mecânica, o trabalho permite ao homem significar a natureza ao atribuir-lhe um fim e uma intensão e, logo, possibilita a sua subjetivação e sua transformação em expressão do espírito humano. Nesse processo, de subjetivação da natureza, dá-se, concomitantemente, o engendramento da História que se expressa em Linguagem, em cujo interstício o espírito se firma como memória.

Ao pensar o trabalho dessa maneira, enquanto prática que simboliza a natureza e a internaliza no homem, Hegel supera, na visão de Semeraro (2003), a divisão clássica entre *poiein* (fazer) e *praxein* (agir). *Poiein* atribui sentidos às atividades manuais, executadas em razão de um fim externo, então, pelo escravo, “o animal que fala” (Aristóteles), ao passo que *praxein* é a atividade intencional e pensada, cuja finalidade é social e política. No modelo aristotélico, assentado na *Ética a Nicômacos* (1985), fazia-se distinção entre as atividades superiores, principalmente aquelas que

envolvem o *logos*, e o trabalho inferior e manual (*poiesis*). Hegel afasta-se da proposta de Aristóteles, de diferenciar práticas laborais das de consciência socializada, e propõe que *poiesis* e *práxis* são imbricadas e, dessa maneira, o trabalho é uma atividade essencialmente criadora, física e social por meio da qual, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo.

Na perspectiva de Semeraro (2003), dialeticamente, a racionalização do *em-si* realiza sua autoprodução pelo trabalho, que o leva a externalizar-se na História como plenamente real, *para si*, por meio da objetificação. Pelo fato de ser uma potente realização do espírito coletivo, de ser uma experiência educativa/ética e de ser realizado coletivamente, o trabalho jamais é simples, e tampouco linear. Esconde, ainda, contingencialmente, a dominação. Na *Fenomenologia do espírito*, especificamente nas páginas dedicadas à dialética do senhor e do escravo, Hegel (1992) reflete sobre as relações de dominação entre o sujeito que se vota a produzir dolorosa e incessantemente e aquele que se acomoda no consumo da produção alheia, ou “entre quem reprime seu desejo e adia o consumo na dura disciplina do trabalho e a condição senhorial da apropriação do excedente e do gozo parasita dos frutos do trabalho alheio” (SEMERARO, 2003, p. 92).

Prosseguindo com suas reflexões, Semeraro (2003) defende que Hegel diverge do cânone de sua época, em que o fenômeno da dominação era explicado por um viés natural, chegando a asseverar que a produção do excedente é derivada da exploração do trabalho escravo e da repressão de ações de consumo impostas pelo senhorio aos subalternos. Nessa visão, em sua proposição ideal, Hegel diz que o trabalho só se tornará uma obra de todos e o consumo será universal quando superada a dominação em função do reconhecimento recíproco entre escravo e senhor. Ao pensar desse modo, é proposta uma mudança radical na forma de conceber a condição do escravo e do trabalhador, até então calcadas nos ideais aristotélicos de valorização da *práxis* em detrimento da *poiesis*, assim como rompe com os economistas liberais burgueses que sustentavam a noção de trabalho como uma prática, meramente, natural.

A dialética de Hegel e, conseqüentemente, sua concepção de trabalho, impactou grande parte, senão quase a totalidade, dos filósofos que lhe foram posteriores. Dentre eles, damos especial destaque a Marx. O método dialético é fundante de seu pensamento, ainda que ressignificado. A principal diferença posta por Marx entre si e seu mestre da juventude é o descentramento da questão filosófica do

ideal do espírito absoluto para uma filosofia encarnada à história, em que a própria filosofia/teoria é vista como produzida no seio da luta de classes e, logo, os limites entre o filosófico, o ideológico e as práticas sócio-históricas não são distinguíveis. Logo, diferente de Hegel, para quem a consciência produz a realidade ao objetivar-se no processo dialético, em Marx “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (2008, p. 20).

Ainda conforme a interpretação de Semeraro (2003), outro ponto de ruptura entre Marx e Hegel é o do caráter positivo atribuído ao trabalho. Hegel, pautado pela visão da economia política de sua época, entende o trabalho como essência do homem que se realiza, entretanto, cala sobre o fato de que o processo de autoprodução do homem na história está transpassado por contradições devido ao sistema de exploração estruturado pela burguesia que põe em jogo o trabalho, de um lado, e o acúmulo de capital, de outro (MARX, 2017). Segundo Marx (2017), Hegel acabava por mistificar as condições reais do trabalho e os conflitos históricos, já que a essência do homem se realizava no Ideal. A exemplo, pode ser mencionado o embate entre o senhor e o servo na *Fenomenologia*: Hegel ocupa-se em tratar da elevação do servo à consciência mediante o trabalho, e não à sua libertação da condição de cativo.

Semeraro (2003) lê a idealização do trabalho hegeliana como desenvolvida de maneira mais apurada na *Ciência da lógica* (1812-16) em que o trabalho enquanto *práxis* historicizada, presente na *Fenomenologia do espírito*, passa a ser tratado como a determinação da Ideia que, necessariamente, precisa ser objetivada no mundo para que alcance o *status* de uma Ideia absoluta. No processo de sublimação da Ideia no ciclo da dialética, o mundo e a materialidade tornam-se cada vez mais limitados em razão da realização do absoluto. Assim, o processo de alienação do espírito (objetivação) e o retorno a si (superação da alienação) é conduzido pelo espírito que precisa objetivar-se para tornar a uma subjetividade sublimada. Marx distingue, aí, a desvalorização, negativização, do mundo material e da objetivação, que ocupa um lugar transitório e secundário em relação ao estágio superior do *em-si e para-si*.

Ao fazer do trabalho o conceito central para a compreensão da formação social capitalista, Marx (2011) propõe que o mundo material e objetivo é fundamental para o nascimento do homem por meio de si mesmo, e não uma fase negativa e transitória da conciliação do pensamento consigo próprio. Portanto, o trabalho não é, apenas, a atividade de produzir e seu fim não é o da manifestação do espírito absoluto, mas é a

forma material específica da *práxis* humana que engloba a vida econômica, social e política.

Desse modo, nas mãos de Marx,

a filosofia clássica alemã se transforma em ciência da “história da evolução do trabalho” e a produção torna-se a chave para “compreender toda a história da sociedade”. A indústria é o “livro aberto”, “a relação histórica real entre a natureza e, portanto, as ciências naturais e o homem”. As ciências da natureza passam a ter, então, um caráter antropológico e a “práxis” humana que se realiza no trabalho e na vida social assume uma dimensão ontológica (constitutiva do ser humano) e gnosiológica (meio e critério do conhecimento). (SEMERARO, 2003, p. 97).

Assumidos esses princípios, Semeraro (2003) pontua a centralidade da categoria de trabalho em, pelo menos, duas obras de Marx. A primeira é os *Manuscritos econômico-filosóficos*, em que o Mouro (2007) diz que o homem trabalha não para superar a alienação do espírito, mas para vencer a desumanização que tomou conta do trabalho e da sociedade moderna sob a égide do capitalismo. A alienação, aí, não possui mais o sentido do qual Hegel faz uso (da objetificação transitória do espírito) mas a aceção de trabalho fragmentado e forçado exercido pelos trabalhadores nos meios de produção detidos pela burguesia. O proletariado é injungido a vender seu tempo de vida e, embrutecido, aliena-se do que produz, uma vez que a produção o afasta da natureza e dos outros.

Na perspectiva sustentada por Semeraro (2003), Marx afirma nos *Manuscritos* (2007) que a lógica do sistema capitalista é a de “produzir por produzir” e, assim, o trabalho desprende-se das necessidades e da realização do trabalhador. Assentada sobre a “valorização do valor”, a alienação da produção leva à radical objetificação do trabalho e, aí, a superação da alienação não se reduz ao retorno do espírito sobre si, mas a uma forma do proletariado de constituir estratégias que visem superar as condições desumanas de existência a que está submetido. Marx, dessa maneira, diferente de Hegel, não acredita na possibilidade de resgate do trabalho desenvolvido pela economia burguesa por meio da instituição de um “Estado ético”, pelo contrário, ocupa-se em denunciar, teorizar e documentar a barbárie das condições de vida dos trabalhadores nas fábricas e a sua exploração em vistas de propor o combate e a superação do modelo de produção capitalista, em si.

Outra obra a qual Semeraro (2003) remete são os *Grundrisse*, nos quais Marx (2011) aponta dois mecanismos basilares da exploração dos trabalhadores pelo

sistema capitalista: o do “mais-trabalho” (não retribuído/remunerado) e o da “mais-valia” (lucro excedente). De maneira distinta dos economistas da época, que remontavam o lucro à própria troca, natural, de mercadorias, Marx aponta que a origem da mais-valia está nas forças produtivas, na mercadoria humana forçada a se vender em razão da manutenção da dominação do senhorio que nada produz. Nessa conjuntura, o valor do trabalhador é medido em função do tempo de trabalho em que consegue manter sua força-trabalho; o que excede a essa demanda é considerado posse do detentor dos meios de produção, uma vez que o empregado lhe cedeu sua força-trabalho “livremente” em contrato e, dessa maneira, não há outra escolha ao trabalhador senão a de vender o seu tempo de vida. Marx (2011) mapeia a origem do lucro na economia burguesa no excedente de trabalho não remunerado e, logo, em uma forma de escravidão moderna – escravidão de sujeitos de direito “livres”, o que o leva a designar mais-valia como “roubo de tempo de trabalho alheio”, distinguível em duas formas típicas: a mais-valia-absoluta, o prolongamento da jornada de trabalho do proletário, e a mais-valia-relativa, a mecanização da produção (SEMERARO, 2003).

De acordo com Semeraro, “a força-trabalho, a produção, o ciclo da mercadoria, as relações sociais, tudo é transformado em Capital, em força que assume a forma de “fetiche”, que se diviniza e se sobrepõe ao próprio homem” (2003, p. 99). Nesse sentido, o fetichismo da mercadoria oculta a fonte em que se origina a mais-valia e cria o imaginário de que o sistema de produção é legal e progressista e, desse modo, a relação fantasmática entre os homens e as coisas nada mais é do que a relação social determinada entre os homens e suas condições materiais de existência. O sistema escravagista, até então vigente, passa a vigorar travestido sobre uma roupagem jurídica e formal, com a diferença de que os escravos recebiam seus meios de subsistência diretamente, o que passa a ser mediado pelo semblante do dinheiro.

Logo, sob a perspectiva de Semeraro (2003), baixo a lógica de “produzir mais, produzir melhor, produzir em menor tempo”, o trabalhador moderno, estudado por Marx, não trabalha para si, para realizar-se e para sanar suas necessidades, mas em razão de beneficiar o detentor dos meios de produção que precisa acumular cada vez mais capital para não sucumbir à concorrência, tal qual em uma guerra de produção infinda. De tal modo que, quanto mais o trabalhador produz, maior é a concentração de capital pela burguesia e quanto maior a abundância de produção, proporcionalmente, maior a miséria.

## 0.2 A revolução burguesa no Brasil e a constituição do Estado Moderno

Como explorado na seção anterior, uma das marcas principais que distingue a noção de trabalho do materialismo histórico daquela proposta pelo idealismo reside em situar o trabalho como objeto central da luta de classes e como categoria epistemológica e ontológica para o estudo científico da estruturação histórica do trabalho, capaz de contextualizar as práticas sociais dentro de um sistema de relações que recalca as contradições do modo de produção capitalista. Cabe, agora, adentrar, especificamente, no estudo da constituição do trabalho na formação social brasileira. Para isso, tomamos como arrimo o grande “intérprete do Brasil”, Florestan Fernandes (2006).

Conforme Ricupero (2011 *apud* CHAISE, 2018), os “intérpretes” surgem a partir da década de 30, ainda que sucedidos por outros autores. São figuras que, no intervalo entre a Proclamação da República e a consolidação das Universidades, ocuparam-se de explicar e analisar a formação e o desenvolvimento do Brasil enquanto Estado-nação. Ação tardia, visto que, para que surgisse a inquietação de interpretar o Brasil, fazia-se necessária a emancipação do pensamento nacional a partir da criação de referências culturais e históricas próprias – inquietação que, no campo da estética, ficou conhecida como Movimento Modernista, cuja marca política mais profunda era o nacionalismo crítico orientado pelo viés da esquerda comunista. O cenário que se descortinava, então, era o do recente surgimento/expansão da mão-de-obra assalariada, com o fim da escravização dos negros, o reconhecimento de raízes culturais do país nas culturas originárias, nas africanas e nas europeias movido pela vontade de desprendimento de Portugal e o do intenso êxodo rural condicionado pela industrialização dos grandes centros urbanos.

Nesse contexto, a noção de trabalho é vista como imbricada à revolução burguesa e, conseqüentemente, à instauração do sistema capitalista e, sob a ordem do materialismo histórico, a sua discussão era orientada pela tese da luta de classes. Assim, ainda que os intérpretes diverjam, é comum às suas reflexões uma narrativa de Brasil sulcada por rupturas históricas e atravessada por lutas sociais entre classes em relação de dominância/desigualdade. Além disso, é apontada a discrepância entre a Revolução Burguesa brasileira e a Revolução Francesa, entendida por Marx e Engels como modelo, uma vez que “foi uma ruptura completa com as tradições do passado[,]”

varreu os últimos vestígios do feudalismo” (apud LÖWY, 1978, p. 131), o Antigo Regime, e instaurou os meios de produção e de troca de mercadorias sobre os quais a classe burguesa se assentou.

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal aos seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do pagamento “à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuorada e brutal. (MARX; ENGELS, 1998, p. 42).

Essa imagem de “modelo de revolução burguesa”, amparada pelo *Manifesto*, é um dos principais conceitos mobilizados pela interpretação progressista da história em Marx (principalmente a lida por Stálin e pela III Internacional): todas as sociedades assumem na história o mesmo percurso “evolutivo” da Europa Ocidental (principalmente a França), a civilização “mais desenvolvida”, e coloca-se como urgente a superação dos restos de modos de produção anteriores. Assim, a Revolução Burguesa e o Capitalismo são fases indispensáveis às sociedades para que seja alcançada a Revolução do Proletariado e, logo, às sociedades “atrasadas” caberia desenvolver suas forças produtivas (constituir Estado, em suma) a fim de alcançar o capitalismo e, assim, posteriormente, criar condições para que o proletariado reclamasse o socialismo.

Chaise (2018, p. 3), lembra que na década de 60 a noção de “burguesia nacional”, era amplamente explorada pela literatura sociopolítica, “uma burguesia nacionalista, que encabeçaria o setor moderno de nossa sociedade em vistas de um desenvolvimento verdadeiramente nacional e autônomo”. Segundo a autora, o conceito foi tomado como mito mobilizador de um projeto burguês brasileiro e era constantemente evocado pela esquerda no sentido de criar “alianças de classe” (entre a nascente burguesia e o proletariado) visando a sua efetivação.

Entretanto, essa visão “etapista”, longe de ser hegemônica entre os pensadores marxistas é alvo de contradições entre aquelas obras que, costuma-se dizer, integram o “marxismo vulgar”, dentre elas *O capital* e o *Manifesto*, e outras, mais à margem/especializadas de Marx, como os *Grundrisse* e os *Manuscritos econômico-*

*filosóficos*. De acordo com Chaise (2018), é o caso de *Luta de classes na Rússia* (2009), em que Marx e Engels chegam a defender que dado o primitivismo das forças produtivas russas, majoritariamente rurais, era possível à comuna nacional ascender diretamente a uma formação social superior sem a necessidade de uma fase de transição burguesa/capitalista. Tal afirmação tem fundamento no não dogmatismo pressuposto pelo materialismo dialético, cujo primado é o da determinação do ser-social pelas condições materiais de existência às quais está submetido e, logo, suas relações, a própria sociedade, a história e a economia não podem ser desprendidas da ordem material (ALTHUSSER, 1970). A história, aí, é vista como sem sujeito e nem fim, e a Revolução é uma constante necessária (LÖWY, 1978).

Discutidos esses pontos básicos, podemos, agora, retomar alguns aspectos das interpretações sociológicas de Florestan Fernandes. Tido como um dos fundadores da Sociologia Crítica no Brasil, foi professor da USP e membro do Partido Socialista Revolucionário e do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Chaise (2018), a principal tese defendida por Fernandes é a de que, antes da publicação da obra (década de 70), o Brasil já havia passado por uma Revolução Burguesa e o capitalismo já havia se tornado hegemônico; entretanto, não é uma revolução nos moldes stalinistas, é uma revolução incompleta e “deformada” porque concebida vitalmente, em nível estrutural, como subsidiária das ditas sociedades desenvolvidas.

Frente a isso, segundo Chaise (2018), Fernandes não vê a Revolução Burguesa como mero episódio histórico, mas como processo que se dá no âmbito da estrutura social e que, por isso é sobredeterminado por aspectos históricos, políticos e sociais. Dito isso, o sociólogo interpreta a realidade brasileira a partir de duas dimensões: a da histórica, em que analisa a realização material da luta de classes, e a da estrutura, em que atenta às implicações do caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo brasileiro para a formação social (CHAISE, 2018).

Em nível histórico, Fernandes pontua na Independência o marco da Revolução Burguesa brasileira, tanto como ponto de desvencilhamento político do estatuto de colônia, quanto momento em que se dá início à constituição da sociedade nacional a partir de narrativas identitárias. O desejo que moveu a Independência não foi o de transformar a estrutura social, e menos ainda o de reorganizar-lhe as relações de produção, mas o de vencer a dominação da metrópole que neutralizava a capacidade de desenvolvimento da elite local/nativa. Conforme Fernandes, sucedeu-se a autonomização política do Estado, mas não a sua autonomização econômica, que

continuou dependente das potências estrangeiras. Nas palavras de Chaise (2018, p. 15), “ocorreu, assim, uma amálgama entre caracteres autônomos, associados à sociedade nacional, elementos puramente revolucionários, com heteronômicos, ligados à era colonial, reacionários por natureza”.

De acordo com Chaise (2018), Fernandes acredita que no Brasil, diferente do modelo etapista de Stálin, o “pacto” de dominação burguesa foi estabelecido somente no plano político, ao passo os velhos grupos dominantes mantiveram-se os mesmos em um novo contexto, em que uma “nova” superestrutura (dimensão jurídico-política do Estado), passou a coexistir com o substrato ético-reacionário colonial. O Estado capitalista brasileiro foi consolidado, assim, com a finalidade de que a nova burguesia/velha aristocracia latifundiária mantivesse seus privilégios e dominação, ainda que alicerçada sobre o imaginário de uma utopia liberal, que lhe possibilitou conjuntura propícia para a configuração dos Aparelhos de Estado aos seus moldes.

Chaise (2018), refletindo sobre a obra de Fernandes (2006), destaca duas figuras atuantes na constituição das novas estruturas econômicas: as tipicamente burguesas, principalmente as cafeicultoras, que buscaram a separação entre o latifúndio e a riqueza que produzia, e a dos imigrantes, que não buscavam a posição de senhorio, mas tão somente o enriquecimento. Conforme o sociólogo, estes agentes não cumpriram uma função que seria primordial para a formação social “deformada” que se instituía: constituir Instituições (Aparelhos) de poder próprias que convergissem suas ações para o Estado e, assim, assegurassem a tática de dominação de classe na dimensão jurídico-política. Devido a isso, não houve contraposição, e superação, do poder das oligarquias afim de que acontecesse a modernização e a radicalização do capitalismo.

### A Revolução Burguesa

anula-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário, capaz de converter a modernização econômica na base de um salto histórico de maior vulto. A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, 2006, p. 243).

Na perspectiva de Fernandes (2006), embora incompleta, a Revolução Burguesa brasileira corresponde a três etapas de desenvolvimento do capitalismo: a do mercado capitalista moderno, a do capitalismo competitivo e a do capitalismo monopolista – outros sociólogos inserem uma quarta etapa, a do capitalismo de consumo. O mercado capitalista moderno, entendido por Fernandes como uma fase de transição neo-colonial, teria início com a abertura dos portos em 1808 e seu desfecho em meados do século XIX com a crise do sistema escravagista. Tal crise abriria espaço para o capitalismo competitivo, caracterizado pela disseminação e pela consolidação do mercado enquanto fator de diferenciação no sistema econômico; etapa marcada pela crescente industrialização e pela lógica desenvolvimentista, cujo auge se dá entre as décadas de 30/40 com a ruptura com a política do Café com Leite. A concretização do capitalismo competitivo abriu espaço ao capitalismo monopolista, que se institui em prol da reconfiguração do mercado em razão da “grande corporação”, da transnacionalização econômica (fruto da globalização) e do neoliberalismo; embora essas tendências sejam anteriores à década de 1950, o capitalismo monopolista assumiu caráter estrutural apenas após à ditadura civil-militar de 1964, que, conforme Fernandes, é a expressão máxima da autocracia da classe burguesa do Brasil.

Assumindo a perspectiva de Fernandes (próxima à defendida por Marx, e apresentada na seção anterior), Chaise (2018) assevera que o trabalho no Brasil, enquanto categoria moderna, existe somente enquanto inserido no seio da dominação dos meios de produção pela classe burguesa e, logo, se a classe burguesa surge com a Independência do Brasil, é possível pensar que o trabalho sob a ordem capitalista é a *práxis* realizada pelo trabalhador livre após a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz (1850) e da Abolição da Escravatura (1888). Concorda, assim, com a proposição de Cazarin (2004), quem entende “que a classe operária brasileira começa a se constituir no final do século XIX e se consolida nas primeiras décadas do século XX, a partir da substituição da mão de obra escrava pela mão-de-obra operária” (p. 61).

### 0.3 Weber vai aos trópicos: a ética protestante e o espírito do capitalismo brasileiro

Para compreender a lógica da interpretação sociológica sobre a qual nos debruçamos, faz-se necessário compreender, antes, a lógica desenvolvimentista e modernizadora que (im)põe à crítica a operação do par antitético moderno/atrasado. Para tanto, ainda que pudéssemos tomar outras linhas de raciocínio, buscamos em Weber (2004) subsídio teórico, cujo diagnóstico acerca do desenvolvimento ocidental é aceito por grande parte da literatura especializada (VIANA, 1999), nas quais “o que é tradicional ou moderno está implícito [...] como uma referência absoluta” (SOUZA, 1998, p. 1). Pautados nas leituras de Riesebrodt (2012) e de Souza (1998), a seguir, traçaremos algumas considerações sobre a obra de Weber da qual as teses fundamentais serviram de substrato para as teorias da modernização contemporâneas, assim como sobre as roupagens que a modernização assumiu ao avalizar a ideologia do atraso brasileiro. Nesse contexto, veremos, a categoria de trabalho assume ordem ontológica<sup>2</sup> e gnosiológica<sup>3</sup> para a interpretação do sistema de classes capitalista.

Conforme Riesebrodt (2012, p. 159), Nenhum texto de Weber foi tão lido, tão controversamente discutido e tão mal compreendido como seu artigo *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, tomado, por uns, como obra-prima que sustenta intelectualmente uma agenda modernizadora e, por outros, um ataque idealista e metafísico ao materialismo dialético e, logo, produção de ideologia burguesa (no sentido marxista de mascaramento). Não obstante, é recorrente o equívoco de pontuar como tese central da obra uma interpretação da causa primária do capitalismo enquanto sistema econômico, assim como recai em um desvio aquele que tenta replicar a sua argumentação em conjunturas bem-sucedidas do capitalismo. Na perspectiva de Riesebrodt, “Weber não trata de ‘capitães da economia’ e suas receitas de sucesso, mas sim das origens de uma nova visão do trabalho que contribuiu para o sistema do capitalismo empresarial moderno e, dessa maneira, alcançou um efeito de massa” (2012, p. 159). O que é colocado à baila, dessa maneira, é um fenômeno que se deu na esfera dos costumes e que se refletiu sobre

---

<sup>2</sup> Dimensão da natureza, da realidade e da existência dos sujeitos.

<sup>3</sup> Dimensão da natureza, da realidade e da existência do conhecimento em relação ao sujeito cognoscente, aquele que conhece o objeto.

a estrutura econômica do Estado. A tradição, que aí tomava forma, representa a ruptura entre as imagens de trabalho tradicionais (feudais) e das atividades econômicas, em si. A imagem de trabalho que passa a estar radicalizada na formação social é associada à ideia de salvação intramundana através da comprovação pela *práxis* laboral; a divisão social do trabalho passa a ser o cerne da disposição dos indivíduos livres; Weber remonta a origem desses imaginários à religião, mais especificamente ao protestantismo ascético que, aos poucos, desmembrou-se em utilitarismo – padrão de conduta institucionalizado no capitalismo moderno (SAFATLE, 2008).

A partir de suas análises, Weber convenceu-se de que o capitalismo não pode ser explicado como uma estrutura em si, mas como uma estrutura determinada por fatores extra econômicos, como a capacidade de organização dos trabalhadores em prol da defesa de seu padrão de vida. Com o objetivo de enriquecer a visão de Marx a partir de uma abordagem sociológico-cultural, e não de refutá-la, Weber soma ao procedimento metodológico marxista a recusa a uma causa última e de uma teleologia do capitalismo, substituída pela interpretação dos fenômenos sociais como um encadeamento infinito e sucessivo de fatores (RIESEBRODT, 2012). Essas proposições levam o sociólogo (2004) a propor que o capitalismo, *per se*, não é novo, mas seu desdobramento industrial-burguês seria. Nesse contexto, o capitalismo industrial-burguês não é uma derivação natural do capitalismo competitivo, mas gestado pelo novo *éthos* protestante.

Segundo Riesebrodt, Weber não foi o primeiro a relacionar capitalismo e ética protestante. Até mesmo Marx havia se ocupado em explicá-la, como em seus apontamentos sobre a economia política anglo-saxã, cujo estatuto é o de uma “ciência da indústria extraordinária é, ao mesmo tempo, a ciência da ascese, e seu verdadeiro ideal é o avarento ascético, mas usurário, e o escravo ascético, mas produtivo” (MARX, apud RIESEBRODT, 2012, p. 167). É dessas construções paradoxais que Weber se dedicará. As discussões feitas pelo sociólogo partem da ética calvinista, sem a qual não seria possível conceber o processo de estruturação do capitalismo moderno. Se para Marx a exploração da mais-valia (excedente de produção, diferença entre força de trabalho somada ao tempo de produção e o valor final da mercadoria a partir do lucro) foi o elemento que possibilitou à burguesia o acúmulo de capital, para Weber, foi o calvinismo que o permitiu, assim como possibilitou a massificação da conduta necessária à sua aceitação/manutenção.

Dessa forma, segundo Beserra, “porque concentra-se nas motivações dos indivíduos como base do funcionamento da sociedade, Weber confere à superestrutura um valor que Marx não lhe havia dado” visto que “manteve sua atenção na estrutura econômica buscando suas leis e evolução natural” (2004, p. 89-90). Empiricamente, Weber justifica a relação que faz entre protestantismo e capitalismo a partir da observação de que a burguesia e a pequena burguesia alemã de sua época eram, majoritariamente, protestantes. Nesse sentido,

[a] emancipação do tradicionalismo econômico parece sem dúvida ser um fator que apoia grandemente o surgimento da dúvida quanto à santidade das tradições religiosas e de todas as autoridades tradicionais. Devemos, porém, notar, fato muitas vezes esquecido, que a Reforma não implicou na eliminação do controle da Igreja sobre a vida quotidiana, mas na substituição por uma nova forma de controle. Significou de fato o repúdio de um controle que era muito frouxo e, na época praticamente imperceptível, pouco mais que formal, em A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo favor de uma regulamentação da conduta como um todo, que penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente mais opressiva e severamente imposta. (WEBER, 2004, p. 30).

De acordo com Beserra (2004), o que distingue o protestantismo modernizador do catolicismo tradicionalista/reacionário, aí, é que esse carrega o “espírito” do capitalismo. Cabe observar que Weber mostra preocupação ao empregar tal termo e o conceitua não como uma explicação metafísica do elemento que cooptaria a conduta dos indivíduos imersos na formação social capitalista, mas se refere a um fenômeno significativo por sua individualidade única que deve ser montada gradualmente de suas partes individuais, tomadas da realidade histórica que as constituem (WEBER, 2004, p. 41).

Embora não faça redarguições a Marx, Weber indicia que o surgimento do capitalismo é propiciado mais pela conciliação e cooperação entre as classes de elite do que, propriamente, pela luta de classes. As condições materiais, *in stricto*, não conformariam o capitalismo moderno, era necessário injungir o trabalho e a acumulação de capital a uma justificação divina que tornasse possível que um empresário capitalista aceitasse não usufruir nada da sua riqueza a não ser o sentimento irracional de ter realizado bem o seu trabalho (BESERRA, 2004). A essa justificação (imaginária) Weber chama de *razão ético-prática*. Ao examinar a doutrina luterana, percebe nela, e no catolicismo, que a ambição de ganhos materiais que excedessem às necessidades próprias deveria ser considerada como sintoma de

ausência de graça, uma vez que a usura só é possível a partir das custas alheias e, por isso, deve ser condenada (WEBER, 2004).

Reconhecendo que o protestantismo luterano não servira como instrumento de cooptação para o capitalismo, Weber passa a centrar sua atenção no chamado protestantismo ascético, partindo da premissa de que o sistema econômico capitalista não era uma criação da Reforma, porém, ao avesso: a religião, enquanto elemento superestrutural, toma parte na formação, na expansão e na consolidação do seu “espírito”. Recupera Beserra (2004), Weber chega a quatro manifestações principais do ascetismo protestante: a calvinista, a pietista, a metodista e a batista. É no cânone calvinista de predestinação que o pensador vê as bases da razão ético-prática moderna: “nele era possível rastrear [aqueles] estímulos psicológicos [criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso] que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela” (WEBER, 2004, p. 89).

Segundo Beserra (2004), a predestinação era vista por Calvino como a distinção divina entre aqueles que seriam eleitos por Deus para serem salvos, ao passo que outros seriam rejeitados e condenados ao eterno tormento. Assim, a salvação era dada por Deus, mas ser eleito era uma conquista mundana, e não uma condição adquirida e regulada pela confissão dos pecados ao clérigo, como no catolicismo. Na ética protestante não há mais uma figura mediadora entre o ente e o divino e, para garantir sua salvação, conforme Calvino, o homem precisa seguir princípios doutrinários fundamentais. Beserra enumera três deles:

1. é, em princípio, rejeitada a afirmação segundo a qual alguém pode aprender através da conduta de outros, sejam estes escolhidos ou condenados;
2. é obrigação absoluta considerar a si mesmo escolhido e combater todas as dúvidas como tentações do Mal, já que a falta de autoconfiança é o resultado de uma fé insuficiente, portanto de uma graça imperfeita;
3. para se obter essa autoconfiança a pessoa precisa se envolver intensamente com os negócios do mundo. O trabalho e somente ele pode dispersar as dúvidas religiosas e conferir a certeza da graça. (2004, p. 92).

Nesse ponto, as observações de Beserra (2004) são ainda mais fundamentais: do calvinismo, Weber destaca a ideia de que Deus ajuda e salva aqueles que se ajudam por si mesmos, o que demanda dos homens uma vida toda de bons trabalhos a partir de sua vocação (que etimologicamente deriva do verbo latino *vocare*, chamar). Se o “chamado” ao trabalho é, em si, relevante, seu objetivo, quando sobredeterminado pela economia, é o de servir de base para a racionalidade instada

pelo capitalismo. Conclui-se, dessa maneira, que, enquanto imaginário absorvido e reproduzido pelas maquinarias institucionais do Estado, a ética protestante interpela os indivíduos à obrigação moral de produzir em prol da salvação. Distancia-se, assim, de atitudes, comportamentos e representações tradicionais, como o de trabalho enquanto expressão do amor fraterno, de Lutero; isso em razão de um trabalho ascético, no sentido de que a salvação é uma ação racional de refrear os prazeres mundanos para adquirir espiritualidade. Com o processo de consolidação desta ética, quando assume efeito de evidência na formação social contemporânea, ocorre a sua laicização e a figura de Deus é substituída pela do Estado.

A partir desse ponto, compreendido os modos como a modernização do modo de produção capitalista é conformado pela razão ético-prática do protestantismo ascético, podemos pensar sobre as roupagens que a modernização assumiu ao positivar a *ideologia do atraso brasileiro*. O termo é cunhado por Souza (1998) para se referir ao ideário, principalmente, acadêmico que, ao comparar sociologicamente o Brasil a outros Estados, entende que a sua formação social é “deformada”, “incompleta” uma vez que não cumpre as fases estruturais de desenvolvimento do modo de produção capitalista e da realização concreta do racionalismo. Souza vê na herança weberiana uma das origens dessa ideologia, uma vez que as teses do pensador são assumidas por grande parte dos intérpretes do Brasil, incluindo-se, aí, Florestan Fernandes. Souza aponta a apropriação do método compreensivo de Weber como uma importante ruptura nos estudos da cultura nacionais, uma vez que permitiu a superação do paradigma racialista.

Como exemplo, Souza (1998) destaca Sérgio Buarque de Holanda e seu *Raízes do Brasil* (1994), em que a tradição cultural brasileira é comparada/contraposta à nórdica protestante, principalmente a norte-americana. Um dos nós de interpretação propostos pelo pensador é o de que a mentalidade dessa sociedade é avessa ao associativismo racional típico dos países protestantes, especialmente dos calvinistas; mote que se tornou dominante no pensamento social desde então, como afirma Souza. A tradição cultural do Brasil, seria, nessa leitura, “individualista amoral”, sem capacidade de suplantar o imediatismo emocional característico das instituições primárias, como a família. Haja vista que as Instituições modernas, como o mercado, e o próprio Estado, demandariam a superação do eixo de solidariedade familiar, estaria, aí, o núcleo e a causa do nosso “descompasso” político-econômico ou, conforme Souza (1998, p. 9), “a falta de vínculo associativo horizontal, que possibilite

as constelações de interesses de longo prazo, passa a ser percebida como a causa fundamental do nosso atraso social”.

Tendo por base a observação do confronto entre as tradições protestantes e católicas sincréticas à construção da razão ético-prática brasileira, Holanda chega à ideia de *homem cordial*, o inverso perfeito do protestante ascético preconizado por Weber. Despossuído de um caráter interno de regulação de conduta que controle a emotividade em razão de uma *práxis* consequente no mundo, o homem cordial nem mesmo possui o dado ritualístico de boas maneiras, ao modo do confucionismo oriental, que implicaria alguma forma, ainda que determinada externamente, de normalização. Concebido como negatividade pura, dominada pela emoção imediata e pela necessidade descabida de reconhecimento do outro, a razão cordial recai, conforme Holanda, na ausência de um mercado capitalista moderno prototípico e, tampouco, de uma democracia (ao menos que fosse digna de ser assim chamada).

Cabe ressaltar que, embora seja negatividade, as qualidades do homem cordial, como a plasticidade, a adaptabilidade e o compromisso com o pagão e com o espaço, foram a base para a criação de uma grande nação nos trópicos. O que Holanda discute, e Souza destaca, é o fato de que para a construção da modernidade, a herança ibérica (lusitana, primariamente) é sinônimo de anacronismo em oposição à tradição protestante do Norte. Nesse contexto, “o dado relevante da referência a Weber é que o caráter multifacetado, tensional e ambíguo da obra deste autor nos permite vislumbrar caminhos alternativos para a tematização do próprio polo atrasado/moderno” (SOUZA, 1998, p. 14).

O protestantismo ascético, nesse contexto, não é uma racionalidade nova, mas a atualização e a radicalização de uma razão ético-prática que existe, germinalmente, desde o tempo helênico, em sua dimensão cognitiva, e no judaísmo antigo, na sua dimensão moral. A atualização realizada é a do desencantamento do mundo a partir do seu controle racional e objetivo e, atrelada à modernização, conflui para um novo racionalismo, o que “significa que todas as esferas da sociedade, assim como todas as ações individuais no contexto dessas, vão obedecer a um novo e ubíquo quadro de referência” (SOUZA, 1998, p. 14) que é, em última razão, o da dominação do mundo. Isso implica dizer que todos os aspectos da *práxis* humana (ação poética e e conduta aestésica) em suas dimensões subjetiva, social e objetiva, com a consolidação do capitalismo moderno, obedecerão ao crivo da instrumentalidade; o que recai não somente no fortalecimento da razão do capital, como também, em um

nível mais abrangente, no fortalecimento de um espírito de reificação (SCHLUCHTER, 1979, apud SOUZA, 1998; Cf. LUKÁCS, 1989).

Nesse sentido,

[c]ausas da reificação vê Weber, antes de tudo, na não fraternidade essencial do caminho da salvação do protestantismo ascético e na suspeita de divinização das criaturas em toda doação de valor para as relações humanas, levando ao que se poderia chamar de "dominação da impessoalidade". As relações intersubjetivas perdem, crescentemente, a sua característica emocional, e com isto a própria peculiaridade das relações entre homens. (SOUZA, 1998, p. 14).

O espírito do capitalismo, assim, corresponde a uma nova forma de consciência que beneficia o isolamento dos indivíduos e a necessidade externa de reconhecimento. “A concepção de mundo teocêntrica e dualista é desvalorizada pela absolutização do ponto de partida do racionalismo da dominação do mundo motivado religiosamente, o que expressa o caráter autodestrutivo da ética protestante” (SOUZA, 1998, p. 15). Aí reencontra-se, conforme Souza (1998), a explicitação da origem do “atraso” brasileiro; por exemplo, no âmbito da política, o patrimonialismo é um universo em que se respeita os homens e não princípios impessoais compatíveis com a radical objetificação da reificação.

Segundo Souza (1998), decorre do reconhecimento do quadro categorial weberiano, ao qual nossas concepções de atraso/moderno estão imbricadas, tem vantagens. “A maior delas é que, a partir disto e apenas a partir disto, é possível determinar em relação a que precisamente somos atrasados” (SOUZA, 1998, p. 15), o que torna possível relativizar esse atraso, não com o objetivo de mascará-lo, mas no sentido de fazê-lo operacional e determinado. O que permitirá compreender o trabalho no Brasil como pendente entre a razão do homem cordial, ainda não superada, plástica e subjetiva, e a razão ético-prática do capitalismo (o protestantismo ascético), cuja base está no entrelugar da obediência a um Deus tão distante e da noção moderna de obediência a uma norma abstrata.

## 1 PÊCHEUX, LEITOR DE ALTHUSSER, LEITOR DE MARX

### IV

"Lutai primeiro pela alimentação e pelo vestuário, e em seguida o reino de Deus virá por si mesmo".

Hegel, 1807

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*

Diante do capítulo anterior, tomado como grau zero da pesquisa, em que refletimos sobre a razão ético-prática que conforma o espírito do capitalismo no Brasil, podemos, agora, dedicar-nos a pensar sobre os modos como essa racionalidade ético-prática opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação. Para tanto, aportados no materialismo histórico e dialético atualizado por Althusser, de quem Pêcheux é leitor, estabelecemos como categoria interpretativa fundamental a de ideologia, aí, imbricada à de imaginário e de sujeito. Diante desse intento, faz-se necessário explicitar que a inquietação aqui levada a efeito se sustenta sobre um problema de ordem teórica e, por isso, realizar-se-á, antes de tudo, por gestos interpretativos ao corpo teórico da Análise de Discurso.

Logo, esta breve exposição, e que, por ser breve, não possui anseios de exaustão, discutirá inter-relações entre ideologia, sujeito e imaginário no seio da Análise de Discurso (AD). Em recorte, queda-se explícita a ênfase dada à “teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 149-50), visto que é a partir desses princípios que a AD

constrói, primariamente, sua acepção de ideologia, “atravessada e articulada por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160).

Em vistas de construir uma argumentação sistemática, organizamo-la em dois capítulos distintos, este e o que o segue, em que buscaremos sustentar duas proposições fundamentais, alinhadas aos pressupostos epistemológicos da AD. As de que o trabalho se constitui como a forma de subjetivação, por excelência, da formação social capitalista e de que este é injungido à razão ético-prática do sistema econômico em função das repercussões/ressonâncias dos Aparelhos Ideológicos de Estado à (sobre)determinação do laço social. Para isso, seguimos um percurso pendular de leitura dos princípios teórico-analíticos da AD, partindo, para tanto, dos pensamentos de Marx, lido por Althusser, e de Freud, lido por Lacan, e ressignificados por Pêcheux em sua abordagem materialista dos processos discursivos.

### **1.1 Althusser, leitor de Marx: da teoria da história à teoria da ideologia**

Distanciando-nos da leitura protocolar de Althusser, aquela que começa pelos *Aparelhos Ideológicos* (1970), dedicaremos especial atenção, antes, a um de seus trabalhos tardios, e ainda pouco disseminados. Nesse, Althusser atenta às ressonâncias de uma “tradição soterrada [...], que é preciso fazer aflorar” (ALTHUSSER, 2005, p. 18). Nas palavras de Althusser (2005, p. 34), esse materialismo do *desvio* se constitui como *um materialismo do encontro*, e, por isso, do *aleatório* e da *contingência*, oposto, de maneira radical, “aos diferentes materialismos recenseados, inclusive o materialismo correntemente atribuído a Marx, Engels e Lenin, o qual, como todo materialismo da tradição racionalista, é um materialismo da necessidade e da teleologia”, “uma forma transformada e disfarçada de idealismo”. Para sustentar sua tese, Althusser retorna ao *clinamen*, designação latina cunhada por Lucrécio para se referir à teoria atomista de Epicuro, uma teoria do desvio imprevisível dos átomos.

Na gênese do *clinamen* se situa a hipótese atomista de Demócrito, para quem os átomos se deslocam em um vazio preexistente em sentido paralelo. Entretanto, conforme o filósofo, embora todos os átomos caíssem juntos, os mais pesados despendem de modo mais veloz e, por isso, se chocariam com os mais leves e lentos,

acarretando uma miríade de movimentos. A esses choques, e aos aglomerados deles decorrentes, Demócrito atribui a geração dos mundos.

Aristóteles, por sua vez, discorda de Demócrito no que se refere à ideia de um vazio primordial, visto que, ainda que ele existisse, os átomos não se chocariam dado que o vazio não lhes ofereceria resistência. Essa constatação leva Aristóteles a conjecturar que todos os átomos se deslocam com a mesma rapidez e, logo, nada gerariam. Frente a essa trama, e com vistas a resolvê-la, no sentido de dar sentido à colisão dos átomos e, conseqüentemente, à formação dos mundos, Epicuro introduz um mínimo movimento lateral, e sem causa, “na chuva dos átomos no vazio” democritiana, que lhes proporcionaria um *encontro*. Na interpretação de Lucrécio (1916), esse desvio não ocorre *em um momento fixo*, e tampouco em *alguma linha fixa do espaço* ([Des natura rerum, 2.216-293] LUCRETIO, 1916).

Assim, conforme Althusser (2005, p. 11),

[o] mundo pode ser chamado o fato consumado, no qual, uma vez consumado o fato, se instaura o reino da Razão, do Sentido, da Necessidade e da Finalidade. Mas esta consumação do fato é somente um puro efeito da contingência, dado que depende do encontro aleatório dos átomos como conseqüência do desvio, do *clinamen*. Antes da consumação do fato, antes do mundo, há somente não-consumação do fato, o não-mundo, que é somente existência irreal dos átomos.

Ao transpor o *clinamen* como metáfora para o materialismo do encontro, Althusser (2005, p, 10) sustenta que “a origem de qualquer mundo, e portanto de qualquer realidade e de qualquer sentido”, e, por que não, da própria história, “devese a um desvio, [e] o Desvio, e não a Razão ou a Causa [é] a origem do mundo”. A partir dessa ideia se torna possível compreender por qual motivo o materialismo do encontro é radicalmente contrário ao materialismo da necessidade e da teleologia: as raízes epistemológicas do pensamento em Aristóteles calcam a compreensão da *fisis* em sua finalidade, no sentido de que essa finalidade é princípio explicativo fundamental de toda e qualquer organização/transformação. Já para Althusser (2005, p. 11), pautado pela leitura lucreciana de Epicuro, a filosofia (e também o materialismo?) “não é mais o enunciado da Razão e da origem das coisas, mas a teoria de sua contingência e o reconhecimento do fato, do fato da contingência, do fato da submissão da necessidade à contingência e do fato das formas que ‘dão forma’ aos efeitos do encontro”.

Nas palavras de Morfino (2005a/2005b), a tese fundamental de Althusser nesse trabalho, embora não escrita desse modo, é a do primado do encontro sobre a forma, e ainda do primado do não-encontro sobre o encontro. Para desenvolver essas proposições se faz necessário, antes, e especificamente, recuperar os sentidos que Althusser confere à história. Essa questão é desenvolvida de maneira primorosa no ensaio *Resposta a John Lewis* (1978).

A obra se estabelece como réplica de Althusser ao filósofo norte-americano John Lewis, ou melhor, ao seu artigo publicado na revista *Marxism today: The case Althusser*, em que ataca o filósofo francês e suas ideias; nesse, Lewis conforma “três teses” para definir o conceito de história, ao passo que, em sua *Resposta*, fundamentado em Marx e Lênin, Althusser levanta outras três, contrárias às primeiras. As teses de Lewis são as de que 1 “é o homem que faz a história”, 2 “o homem faz a história transcendendo a história” e 3 “o homem conhece apenas o que ele faz”. Por sua vez as formulações contestatórias de Althusser são as de que 1 “são as massas que fazem a história”, 2 “a luta de classes é o motor da história” e 3 “conhece-se apenas o que é”.

Para Lewis, conforme exposição de Althusser, a história é construção do homem, assim como é ele quem faz a revolução. Nesse sentido, já que o homem produz a história, para fazê-la é necessário transformar a história que já fez, “transcender”, negar o que já existe. De tal modo, visto que o que existe já é a negação de uma outra história, fazer a história é sempre negar a negação, em um ciclo infindo e, assim, dado o homem ser o agente que engendra a história, ele só pode “conhecer aquilo que faz”.

Por sua vez, em uma visão marxista-leninista, Althusser (1978) aloca no lugar do “homem” empírico e idealista de Lewis as *massas* como as produtoras da história; estas, em uma “sociedade de classes, são as massas [...] agrupadas em torno da classe explorada capaz de uni-las e de movimentá-las contra as classes dominantes detentoras do poder de Estado” (p. 24). Ao compreender as massas como promotoras da história, no lugar de um sujeito cartesiano, investido de soberana racionalidade e consciência, Althusser diz que, “[q]uando isso se torna claro [o enraizamento de todas as formas de luta de classes na luta de classes econômica], desaparece a questão do ‘sujeito’ da história. A história é um imenso sistema ‘natural-humano’ em movimento, cujo motor é a luta de classes” (1978, p. 28) e, logo, “[a] história é um processo sem sujeito. A questão de saber como o ‘homem faz a história’ desaparece completamente;

a teoria marxista rejeita-a definitivamente em seu lugar de nascimento: a ideologia burguesa” (ALTHUSSER, 1978, p. 28).

Para discutir a questão de que “a luta de classes é o motor da história” o filósofo distingue duas concepções diferentes de marxismo (antagônicas?): as de materialismo reformista e de materialismo revolucionário. Para a primeira visão, as próprias classes sociais ocupam o primeiro plano da história, ao passo que, para a segunda perspectiva é impossível distinguir luta de classes e classes uma vez que as últimas somente existem em razão da primeira. Assumidamente um marxista revolucionário, Althusser (1978, p. 28) dirá que é primordial “considerar a *materialidade* da luta de classes, sua *existência* material” (grifos do autor), “materialidade [que] é, em última instância, a unidade das Relações de Produção e das Forças Produtivas *sob* as Relações de Produção de um dado modo de produção, numa formação social histórica concreta” (grifos do autor). Nesse ínterim, a materialidade é, ao mesmo tempo, base da luta de classes e sua existência material, já que “é na produção que tem lugar a exploração”, “é nas condições materiais da exploração que se funda o antagonismo das classes” (ALTHUSSER, 1978, p. 28).

Nesse sentido, na perspectiva althusseriana, o homem não conhece aquilo que faz, mas sim “conhece-se aquilo que é” – assertiva que desvela a tese fundamental do materialismo, a do primado da materialidade sobre o ser, e do ser sobre o pensamento. Segundo o pensador, essa tese é, ao mesmo tempo, *tese da existência*, *tese da materialidade* e *tese da objetividade*, visto que: só pode ser conhecido aquilo que existe, o princípio de toda e qualquer existência é a materialidade e toda existência é “anterior”, e independente, à “subjetividade” que busca apreendê-la (ou seja, é objetiva).

De todo modo, conforme aponta o filósofo, subsiste, aí, a ilusão de que a história seria “mais fácil” de ser compreendida do que a natureza, dado que nela “tudo seria humano”. Sobre essa questão, Althusser é categórico:

[...] a história é tão difícil de conhecer quanto a natureza, talvez até mais difícil. Por quê? Porque “as massas” não têm com a história a mesma relação *prática direta* que têm com a natureza (no trabalho da produção); porque elas são sempre *separadas* da história pela *ilusão de conhecê-la*, já que cada classe exploradora dominante lhes oferece a explicação da história “dela”: sob a forma de sua ideologia, que é dominante, que serve a seus interesses de classe, ela cimenta sua unidade e mantém as massas sob sua exploração. (1978, p. 32, grifos do autor).

Deste ponto, para compreender a ideia de um materialismo do encontro, embora posterior às três teses marxista-leninistas sobre história, faz-se necessário relacioná-lo aos princípios de que, assim como a história, o encontro é um processo sem sujeito e nem fim e cuja existência é dotada de materialidade na/pela luta de classes. Tais considerações são desdobradas por Morfino (2005b) em seu estudo meticoloso sobre *A corrente subterrânea* e acerca da função do *vazio/nada* para a compreensão do *clinamen* althusseriano.

A primeira proposição de Morfino é a de defender que a ênfase dada por Althusser sobre os termos “nada” e “vazio” tem, puramente, função retórica, no sentido de que a contingência (a possibilidade de não), “o *alea*, é posta, na verdade, pelo encontro, não pelo nada/vazio” (2005b, p. 11). Para tal, o estudioso recupera analiticamente as formas como aparecem no texto de Althusser “nada” e “vazio” em menções diretas aos materialismos de Epicuro e Lucrécio, de Maquiavel, de Spinoza, de Hobbes e de Rousseau.

Em uma breve retomada, para Epicuro e Lucrécio o “vazio” é o que possibilita a queda dos átomos e o nada do desvio que engendra a *carambolage* dos átomos. Em Maquiavel o “nada” é velado pelas condições de (não) unidade da Itália. O “vazio” de Spinoza é “‘o objeto [mesmo] da filosofia’, no sentido paradoxal que esta faz o vazio dos conceitos da teologia, da gnoseologia, da moral e da política através de um trabalho de ‘desconstrução’” (MORFINO, 2005b, p. 12), que toma por princípio a lição de Maquiavel, “que ‘fez o vazio de todos os conceitos filosóficos de Platão e de Aristóteles para pensar a possibilidade de fazer da Itália um Estado nacional’” (MORFINO, 2005b, p. 12). Em Hobbes o “vazio” é pilar para liberdade no sentido de que ele seria a ausência de impedimentos ao movimento. E, por fim, para Rousseau

o vazio entra em cena na figura da floresta do estado de pura natureza, o qual representaria “um nada de sociedade anterior a toda sociedade [un néant de société antérieur à toute société]” e o nada, na figura dos cataclismas que põem fim a este estado, naquela do “abismo [...] da re-caída [l’âbime de la re-chute] no estado de natureza” que estabelece o autêntico sentido do Contrato social. (MORFINO, 2005b, p. 12).

Conforme Morfino, ao atentar à estratégia teórica que conduz o aparecimento dos termos “nada” e “vazio” na obra em questão, a proeminência posta sobre eles é meramente retórica. Nas palavras do mesmo (2005b, p. 12), frente a Lucrécio e Epicuro se tem “o efeito de uma estratégia filosófica posta em ação para desativar o

horizonte conceitual no qual estes autores pensaram”, diante de Rousseau e Maquiavel se está “face ao caso limite de toda atividade filosófica que consiste no ocupar, de modo conflituoso, uma posição no interior ‘do espaço pleno de um mundo já ocupado’” e perante Hobbes não há outra conotação senão a da “ausência de determinações externas à ação [e], portanto, não uma ausência absoluta de determinações”.

Decorre, daí, que, para Althusser, os conceitos de “vazio” e “nada” não são, fundamentalmente, necessários para refletir sobre o encontro. Para afirmar esse posicionamento, Morfino mobiliza o argumento de que tais termos deixam de ser utilizados por Althusser quando este se debruça sobre Marx e se ocupa em opor, no âmbito do próprio pensamento marxista, as concepções teleológica e aleatória dos modos de produção. Nesse sentido, em um comentário paralelo, Morfino conjectura que “não se deve esquecer que a reconstrução da corrente subterrânea é, no fundo, apenas a premissa metodológica desta leitura de Marx” (2005b, p. 13), e o vazio, aí, assume a função de demonstrar as dessemelhanças entre as concepções aleatória e teleológica.

Para a última acepção, “*as histórias próprias não flutuam mais na história, como tantos átomos no vazio, graças a um ‘encontro’ que poderia não se dar. Tudo está consumado por antecipação, a estrutura precede seus elementos e os reproduz para reproduzir a estrutura*”. (ALTHUSSER, 2005, p. 35, grifos do autor). Aí, na ordem de *telos* (fim), tem-se subsídios para afirmar que o encontro não tem lugar já que *a unidade precede os elementos* e não há o vazio capital ao encontro aleatório. Assim, o materialismo do encontro tem seu fundamento em um vazio primordial donde o fato é em seu *por se realizar* e, logo, na contingência, visão contrária à de Marx, que se assenta sobre o *fato concluído* e nos ditames de sua necessidade.

O materialismo do encontro proporciona-nos um novo olhar sobre a obra de Althusser e sobre o materialismo em Marx: se o vazio precede à estrutura, não há evolução necessária, não há progresso típico, uma vez que a consolidação da estrutura se dá pelo encontro. Assumindo essa perspectiva como lentes de ler Althusser podemos, inclusive, compreender os deslocamentos que o filósofo opera na teoria marxista sobre a formação social, metaforizada como um edifício (MARX, 2008): a ideologia põe em movimento a estrutura social, que não é mais vista como um *a priori*, mas um processo sem início nem fim.

Para adentrar nessa discussão teórica, comecemos por lembrar o estatuto da ideologia em Marx e Engels, que, n' *A Ideologia Alemã* (2007), assume a acepção de um conjunto de ideias que busca mascarar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade (uma classe social). Nesses ditames, para Marx e Engels, a ideologia funciona como uma produção das classes dominantes de falsa consciência cujo fim é o de acobertar a realidade e de manter submisso o proletariado. Seria função do materialismo histórico-dialético, por meio do rigor científico, desvelar as ideologias que sustentam os grilhões dos trabalhadores e, assim, possibilitar a Revolução. Nesse contexto, os pensadores pensam a estrutura social conformada a partir de duas instâncias: uma jurídico-política, o Estado, em si, e uma instância econômica, que engloba as Forças Produtivas e as Relações de Produção. A essas instâncias Marx e Engels deram a designação de *superestrutura* e de *infraestrutura*, respectivamente. Comparando a estrutura social a um prédio, os autores pensam que o Estado está assentado sobre a base econômica da sociedade civil e essa instância jurídico-política tem por função primordial reproduzir a base em *moto perpetuo*.

Althusser (1996) reconhece nas teses expostas n' *A Ideologia Alemã* um alto poder explicativo, uma vez que permitem descrever a determinação específica da base sobre a superestrutura e oportunizam examinar o retorno da superestrutura sobre a base através da sua reprodução (da base econômica). Entretanto, o filósofo aponta para a falta de reflexão sobre aquilo que seria próprio/característico da superestrutura, ao mesmo tempo em que discorda da assunção da superestrutura a um polo antitético passivo, uma vez que determinado pela base.

Frente à problemática levantada, Althusser propõe uma terceira instância conformadora da estrutura social: a ideológica, que dá corpo à sua Teoria Geral da Ideologia. Nesse sentido, fortemente impactado pela psicanálise freudolaciana e filiado à corrente marxista-leninista do materialismo, o autor (1996) reconfigura a ideologia ao pensá-la não como falsa consciência, mas como instância que representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, efetivada como práticas sociais. Nesse sentido, a ideologia é o “cimento” entre a base e a superestrutura e sua manifestação é a-histórica porque sempre presente; a essa dimensão da ideologia Althusser denomina *Ideologia* (com inicial maiúscula), ao passo que conjectura sobre as sedimentações particulares da Ideologia geral em *ideologias*

(com inicial minúscula) que, na particularidade que lhes é própria, exprimem posições de classe.

Ao propor a categoria da Ideologia como integrante da estrutura social, Althusser ressignifica Marx e dá movimento ao edifício. Ao fazê-lo, o filósofo assume que há contradição (necessária) entre infraestrutura e superestrutura, e que a primeira está em posição de dominância<sup>4</sup> em relação à segunda, porém, a superestrutura gera uma ação-retorno sobre a base, no sentido de que as instâncias jurídico-política e ideológica estão a propósito da reprodução das relações de produção e da submissão das forças produtivas.

Atentando a isso, Althusser ocupar-se-á em teorizar aquilo que, pensa ele, falta em Marx: a caracterização da superestrutura a partir do seu funcionamento. O primeiro passo dado foi retornar à conclusão do Mouro (2011a): o Estado é um Aparelho Repressivo (ARE), ou, melhor dizendo, “o Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)” (ALTHUSSER, 1970, p. 31). Assim, O Estado se define como arma da burguesia na luta de classes, e a existência da luta de classes se define em razão da detenção do poder de Estado. Ao lado do aparelho jurídico-político (repressivo, e que é único), Althusser propõe a existência de aparelhos fundamentados na dimensão ideológica: os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Aí, o primeiro funciona pelo viés da violência (e de seus limites), ao passo que os últimos são configurados por um certo número de realidades que se mostram ao observador como instituições distintas.

Entretanto, salienta o autor (1970), os Aparelhos possuem um duplo funcionamento, em que se distinguem as funções predominante e secundária. Assim, o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) funciona predominantemente pela violência e secundariamente pela ideologia, ao passo que os Aparelhos Ideológicos, pelo contrário, funcionam predominantemente pela ideologia e secundariamente pela repressão, ainda que de maneira oculta.

Assim, segundo Althusser (1996) todos os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) competem pela reprodução das relações de produção, ou seja, pela reprodução das relações de exploração capitalistas. Cada AIE o faz a seu modo ao assujeitar os indivíduos “livres” às ideologias particulares (à ideologia política de Estado

---

<sup>4</sup> Segundo o pensamento de Althusser (1970), toda dialética pressupõe Contradição e, logo dominância/desigualdade.

Democrático pelo Aparelho Político, por exemplo) e instando-os à categoria de sujeitos (em iniciais minúsculas, os sujeitos vulgares) em relação ao *Sujeito* histórico (em iniciais maiúsculas) que é suposto imaginariamente no processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos. Embora evitados por aparente harmonia, os AIE são espaços de constante embate, principalmente entre os interesses da classe dominante e das classes subalternizadas e os restos das antigas classes dominantes.

Nesse sentido, conforme Althusser, “não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, *pela categoria de sujeito e seu funcionamento*” (1996, p. 131). O homem, logo, é um “animal ideológico por natureza”, e a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, “ao mesmo tempo e imediatamente, [...] a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos” (1996, p. 132).

Conforme esse raciocínio, a função fundamental da ideologia é a da identificação/reconhecimento, é a de impor evidências. Antiteticamente, a ideologia possui uma segunda função, a da desidentificação/desconhecimento, operando no sentido de produzir o ininteligível: o puro desconhecido que torna possível reconhecer o evidente. Aí, “reconhecer que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais práticos da mais elementar vida cotidiana [...] só nos dá a ‘consciência’ de nossa prática incessante (eterna) do reconhecimento ideológico [...]”, mas não nos “fornece, em nenhum sentido, o conhecimento (científico) do mecanismo desse reconhecimento” (ALTHUSSER, 1996, p. 133). Haja vista que a ideologia é eterna, Althusser conclui (1996) que essa sempre já interpelou os indivíduos como sujeitos e, logo, os sujeitos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos e os “indivíduos” são mera abstração em relação aos sujeitos que eles sempre já são.

## **1.2 Pêcheux, leitor de Althusser: da teoria geral da ideologia à abordagem materialista dos processos discursivos**

Dentre as contribuições de Althusser ao materialismo histórico e dialético, a que nos parece mais radical é a de pensar a articulação/movimento entre a superestrutura jurídico-política e a base econômica a partir da instância ideológica – a-histórica e sem sujeito, sedimentada em ideologias particulares cujo funcionamento é determinado

pela estrutura formal dos AIE. Embora tidas como controversas, as proposições althusserianas influenciaram grande parte da crítica marxista de sua época, e, no seio das efervescências políticas, intelectuais e sociais do Maio de 68 francês, seus escritos serviram de arrimo para novas correntes teóricas, como é o caso da Análise de Discurso.

A Análise de Discurso (AD) tem suas linhas gerais lançadas em 1969 por Michel Pêcheux e seu círculo de colaboradores. Ex-aluno de Althusser e, então, chefe do Departamento de Psicologia do *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS), Pêcheux teve uma curta, intensa e ousada carreira acadêmica. Seus primeiros textos, ao menos aqueles remontados pelos arquivos, foram lançados no fim dos anos 60. Nestes, Pêcheux (sob o pseudônimo de Thomas Herbert) fazia críticas severas ao campo das Ciências Sociais, em especial à Psicologia Social, e propunha análises aprofundadas de sua epistemologia (2011), assim como traçou as primeiras relações entre a Teoria Geral da Ideologia de Althusser e a noção de inconsciente de Lacan ao estudo epistemológico, partindo, para tanto, das ideias de Gaston Bachelard (1995).

Embora, formalmente, as bases conceituais e metodológicas da AD tenham sido consolidadas em 1969, com a publicação da *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), já nos textos assinados por Herbert estão presentes, de maneira sistemática e aprofundada, os modos como Pêcheux se vale da noção althusseriana de (l)ideologia para cunhar a de Discurso. Procuraremos desdobrar essa discussão. Para tanto, começar é preciso.

A AD (in)surge, como dito a pouco, na França no período entre o final dos anos 1960 e início dos 1970; teoria que, segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 160), (inter)relaciona em seu quadro epistemológico as regiões de saber do “materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias”, da “linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo” e da “teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Ao considerar estes campos de saber como substrato para o corte epistemológico da teoria, são assumidos alguns pressupostos básicos, dentre eles os de que a ideologia possui como materialidade específica o discurso e o discurso possui como materialidade específica a língua (ORLANDI, 2002), de que os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia e de que o sujeito é clivado pelo inconsciente. Ao fazê-lo, inspirados em Freud (1990),

podemos dizer que a AD opera a partir do reconhecimento de três feridas narcísicas colocadas em evidência pela linguística, pelo materialismo e pela psicanálise, respectivamente: a de que o homem não é o sujeito do que diz, já que, conforme Saussure (2006), o indivíduo, sozinho, não pode criar nem modificar a língua; a de que o homem não é sujeito da própria história, uma vez que, segundo Althusser (2005, p. 26), “a história é um imenso sistema ‘natural-humano’ em movimento, cujo motor é a luta de classes” e, logo, “[a] história é um processo sem sujeito”; e a de que o homem não é dono do seu próprio lar, visto que, nas palavras de Freud (1990), o eu é dependente das informações escassas a respeito de tudo o que acontece inconscientemente em sua vida psíquica.

Nesse contexto, o discurso é compreendido como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1990, p. 82)<sup>5</sup>, instância em que estão imbricados o sujeito, a língua e a história e, como a AD toma para si o escopo de analisar estes efeitos de sentido, a teoria institui-se como uma disciplina de entre-lugar. Cabe lembrar, aí, que nem a categoria de língua, e tampouco a categoria de sujeito são transposições conceituais diretas da linguística, do marxismo e da psicanálise.

O conceito de língua ocupa um sentido particular, distanciado, mas não desprezado, da noção saussureana de um sistema de signos convencionalizado socialmente. A AD pensa língua e discurso a partir da aceção de que nem o discurso é entendido “como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos” (ORLANDI, 2015, p. 20). Assim, a língua é “condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2015, p. 20), ainda que a fronteira entre língua e discurso seja posta em xeque a cada prática discursiva – “as sistematicidades não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica” (ORLANDI, 2015, p. 20). Os limites entre as instâncias da língua e do discurso é da ordem do recobrimento: não é possível identificar, e não há, uma cisão precisa entre os dois (ORLANDI, 2015).

De mesmo modo, cabe salientar que o sujeito da AD não é uma transposição conceitual do sujeito da psicanálise, nem do sujeito ideológico do materialismo dialético, e tampouco da simples união de ambos; na visão discursiva o sujeito é tomada de posição. O sujeito, enquanto ponto de encontro entre essas três instâncias,

---

<sup>5</sup> Clara (ou nem tanto) referência à noção de sujeito proposta por Lacan: o sujeito é “aquilo que um significante representa para outro significante” (1998, p. 833).

não pode ser confundido com o sujeito cartesiano, positivista e empírico, mas deve ser entendido como tomada de posição do sujeito (nunca plenamente) assujeitado pela ideologia em relação ao Sujeito.

Ainda, a própria noção de ideologia é atualizada, uma vez que é entendida como uma prática de significação, inconsciente, “efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique” (ORLANDI, 1998, p. 48). Ao sustentar o conceito como prática de significação, a AD coloca o funcionamento da ideologia como imbricado não somente às *dit-mansions*<sup>6</sup> do imaginário, como também às do simbólico e do Real e, logo, já que a ideologia existe em razão dos/para sujeitos, o próprio sujeito passa a ocupar a acepção de sujeito da/na linguagem. Em outras palavras, para a AD (PÊCHEUX, 2014, 2015), fundamentalmente, a ideologia é vista como *práxis*<sup>7</sup>: a ideologia não é X, mas o processo que (re)produz X, sendo X uma produção material em/na linguagem. Assim sendo, se a ideologia é processo, e o discurso é-lhe a materialização no corpo da língua(gem), o próprio discurso também não é efeito de sentido, mas processo de produção de efeitos de sentido. Ou, nas palavras de Pêcheux,

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascarem, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (2014, p. 146).

A partir desses princípios, desenvolvidos em seus textos tardios, e embrionários em seus primeiros escritos, o fundador da Análise de Discurso diferencia duas formas de ideologia: a de produto derivado da prática técnica empírica (forças

---

<sup>6</sup> Ditas mansões/morada do dito, trocadilho laciano recorrente entre seus seminários e presente no Seminário XXI, *Les non-dupes errent*, de novembro de 1973. O termo é empregado por Lacan para referir-se aos registros do Real, do Simbólico e do Imaginário. Segundo Clavurier (2013, p. 129), “de início, quando Lacan indica a necessidade de escrever o termo “*ditmansions*”, mansão do dito, ele o faz referindo-se ao termo inglês *mansion* que significa “castelo, residência” e cuja etimologia indica um parentesco com a palavra francesa “*manoir*”. Real, simbólico e imaginário constituem o lugar de habitação do dito, ou seja, homem enquanto ser falante: elas são as três dimensões constitutivas do espaço habitado pelo homem na condição de ser falante”.

<sup>7</sup> Em Althusser não há distinção entre *práxis* e *poiesis*. Presume-se que, para o autor, o trabalho intelectual não se distingue do trabalho físico. Em um silogismo: já que toda prática é trabalho, e toda prática é ideológica, é possível afirmar que todo trabalho é ideológico.

produtivas)<sup>8</sup> e de produto derivado das condições da prática política (relações sociais de produção)<sup>9</sup>. Para tanto, Pêcheux compartilha a leitura marxista-leninista de Althusser, para quem a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (a base econômica da formação social<sup>10</sup>) é subjacente à dinâmica do modo de produção capitalista.

Pêcheux, sob o pseudônimo de Herbert (1995), chama essas formas de ideologia de ideologias de tipo “A” e de tipo “B”, as quais produzem efeitos específicos. As ideologias de tipo “A”, também chamadas de “realização técnica do real”, estão “sob o controle de uma ideologia da forma técnica-empírica que assegura o sentido do objeto produzido” (p. 68), e produzem o efeito ideológico de tipo “A”: o de criar o efeito de que há uma ligação entre a significação e a realidade material. Já as ideologias de tipo “B” são determinadas pela ideologia em sua forma especulativa-fraseológica, cuja função é a de afirmar às forças produtivas (agentes da produção, os trabalhadores) sua posição “destinada” no seio da formação social. Seu efeito ideológico atua no sentido de consolidar as práticas político-jurídicas como indispensáveis à organização da formação social e, por sua vez, se as ideologias de tipo “A” se realizam nos “objetos produzidos”, as ideologias de tipo “B” assumem no discurso a sua realização. Os efeitos ideológicos de tipo “B” atuam no/através do discurso, e sua função, em *ultima ratio*, é a de assegurar a evidência e a estabilidade das relações de produção.

Conforme Herbert (1995), decorrem da dupla forma de realização das ideologias de tipos “A” e “B”, e de seus respectivos efeitos, dois esquecimentos específicos. Primeiro, o de que o sujeito não é um produtor-distribuidor de significados,

---

<sup>8</sup> Conforme Bottomore, “o conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, por tanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento de maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e a exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam, porém, vários elementos cuja definição é discutida. Alguns autores [como Althusser e Pêcheux], pensam a própria ciência como uma força produtiva (e não apenas as transformações dos meios de produção que dela resultam), e há quem considere o espaço geográfico como uma força produtiva” (2001, p. 157).

<sup>9</sup> Segundo Bottomore, “as relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade privada que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho.

<sup>10</sup> Expressão pouco utilizada por Marx, mas recorrentemente utilizada pelos pensadores marxistas impactados, em maior ou menor grau, pelo estruturalismo. Em Marx, de acordo com Bottomore (2001), o termo é sinônimo da noção de sociedade. Conforme este, na literatura especializada, os termos formação social/sociedade referem-se a dois fenômenos específicos: o dos *tipos de sociedade* (primitiva, feudal, capitalista, etc.) e das *sociedades particulares* (brasileira, francesa, russa, etc.).

isto é, de que a função designada para ele através da ideologia, de encontrar a realidade a partir da significação correta, é falha de antemão. Segundo, o de que as relações sociais entre sujeitos não são relações naturais. Em outras palavras, o segundo esquecimento atua a partir da forma “especulativa” da ideologia, que, por sua vez, marca a relação entre os significantes, torna as relações entre os sujeitos evidentes e faz da linguagem uma (falsa) ferramenta a partir da qual o sujeito exerceria sua “liberdade”.

Há, aí, uma possível relação entre os esquecimentos de tipo “A” e “B”, decorrentes dos efeitos ideológicos “A” e “B”, e os esquecimentos número 1 e 2, propostos por Pêcheux em *Semântica e discurso*<sup>11</sup>. Conforme lembra-nos Orlandi (2015), os esquecimentos decorrem de ordens distintas: o nº 1, do âmbito do inconsciente, e o esquecimento nº 2, da instância pré-consciente-consciente, ou da enunciação. Segundo a autora, (2015) o esquecimento nº 1, também referenciado como esquecimento ideológico, “resulta do modo como somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do dizer, quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (p. 33). Ainda segundo a analista do discurso, o esquecimento nº 2 “produz em nós a impressão da realidade do pensamento” (p. 33); “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outras, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (p. 33). Ainda que esta leitura necessite ser desenvolvida, há características comuns entre os esquecimentos “A”/1 e “B”/2, principalmente no que se refere à sua natureza técnico/empírica, voltada à evidência do sentido, e especulativa-fraseológica, dirigida às evidências do sujeito e do pensamento.

As formas da ideologia, conforme é possível interpretar em Pêcheux (2014) e Herbert (1995), seus efeitos e os esquecimentos que produzem no/para o sujeito, servem como mecanismos da superestrutura (os Aparelhos de Estado) para a reprodução da dominação da base econômica pela classe dominante. Visando descrever o funcionamento da ideologia na produção material dos efeitos de sentido, Pêcheux (2014) chega à categoria das formações ideológicas (FI), correspondentes

---

<sup>11</sup> A proposição aqui realizada, que carece de desenvolvimento, é a de que a categoria dos esquecimentos números 1 e 2, presentes em *Las vérités de La Palisse* (PÊCHEUX, 2014), está desenvolvida de maneira embrionária em Herbert (1995). Ao propô-lo, queremos dar visibilidade à ideia de que os esquecimentos, antes de serem de natureza enunciativa ou inconsciente, são efeitos da ideologia.

formais à regionalização das ideologias particulares realizadas nos/pelos AIE em relação à formação social. Nas palavras de Pêcheux, as FI são

elemento[s] suscetív[eis] de intervir como [...] força[s] em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. (2014, p. 147).

Nesse contexto, cada FI corresponde a uma ideologia particular realizada em/por um AIE específico. Entretanto, lembra-nos Pêcheux “é porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas ‘coisas’ de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.)”, e é “porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas ‘coisas’” (PÊCHEUX, 1990, p. 259). Na perspectiva de Pêcheux, recuperada por Orlandi (2015), a forma como as posições sociais e posições de classe são organizadas em um espaço discursivo institui a noção de FI, ao passo que essas FI se conformam em diferentes formações discursivas (FD), entendidas “como aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode ser dito” (p. 41) no sentido de que, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 198).

Oriunda do pensamento foucaultiano, a formação discursiva guarda em sua gênese a acepção de regularidade própria a processos temporais “entre uma série de acontecimentos discursivos e outra série de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos” (FOUCAULT, 1971, p. 92). Segundo Indursky (2007)<sup>12</sup>, no método arqueogenealógico, a definição de FD é bastante próxima à própria noção de discurso que, nas palavras de Foucault (2009, p. 133), refere-se “a um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” e é determinado em função das condições estabelecidas entre instituições. Dito isso, a FD constitui-se como um

---

<sup>12</sup> A recuperação da trajetória teórico-metodológica do conceito de FD que aqui trazemos é baseada na revisão bibliográfica traçada por Indursky (2007) e por Courtine (2009). Não faremos (muitas) menções diretas aos textos base, por questão de economia linguística, mas que se quede registrada a autoria da sistematização.

princípio determinativo que (des)autoriza, no âmbito de um certo discurso, um determinado número de enunciados. A serem estabelecidas pelo analista a partir de regularidades como tipo, ordem, correlação, funcionamento e transformação, uma formação discursiva não abrange todo o contingente possível de enunciados que lhe possibilitam seus sistemas de formação. Conforme Foucault (2009), a FD é essencialmente lacunar devido ao próprio sistema discursivo de escolhas estratégicas. Desse modo, para o filósofo, ao ser retomada, colocada e (re)interpretada em uma nova constelação, uma certa FD pode fazer surgir novos enunciados.

É possível depreender que o termo FD é empregado por Foucault como negativa à utilização de outros sintagmas, dentre eles o de ideologia, o que indicia que “Foucault afasta a ideologia como princípio organizador de uma repartição [FD], por considerá-la inadequada” (INDURSKY, 2007, p. 80). Assumindo o discurso enquanto efeito de sentido entre (inter)locutores, a AD distancia-se do discurso foucaultiano, pensado como conjunto formal de regras que determina a enunciação, e assume como princípio organizador da FD a ideologia. Essa posição já está presente em Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014), para quem “se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica” (p. 163-164). Em outras palavras, “a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as [FI] comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias [FD] interligadas que determinam o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 163-164).

E como a ideologia só existe pelo sujeito e para sujeitos, a categoria do sujeito é recuperada por Pêcheux e Fuchs (2014) para ressignificar a noção de formação discursiva, uma vez que é por meio da relação do sujeito com a FD e com a forma-sujeito (FS)<sup>13</sup> dominante que se chega ao funcionamento do discurso. Visando a relação de identificação do sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma determinada FD (noção de posição-sujeito presente em COURTINE, 2009), Pêcheux chega à configuração de três modalidades de tomada de posição: primeira, a do

---

<sup>13</sup> Categoria equivalente à noção althusseriana de Sujeito – Sujeito histórico suposto (imaginariamente) no ritual de interpelação ideológica. Entretanto, em AD, o termo é ampliado, e o domínio da forma sujeito passa a designar “o conjunto das diferentes posições sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação com o sujeito do saber” (COURTINE, 2009, p. 88).

sujeito do discurso que se identifica “plenamente”<sup>14</sup> com o Sujeito (forma-sujeito histórica), o bom sujeito; segunda, a do sujeito que se contraidentifica com a forma-sujeito dominante e a contesta, o mau sujeito; e, por fim, a do sujeito que se desidentifica com a forma-sujeito, rompendo com a FD na qual estava inscrito; logo, passa a se identificar com outro domínio de saber e nele passa a estar inscrito.

Na visão de Indursky (2007), para compreender a heterogeneidade constitutiva das FD, Pêcheux cunha outro conceito, contemporâneo ao de tomadas de posição: o de interdiscurso. Conforme Pêcheux (2014), o interdiscurso é o complexo com dominante das formações discursivas. Assim, as FD funcionam como regionalizações do interdiscurso e atualizariam aqueles saberes autorizados pela FS no fio do discurso, a cadeia significante (o intradiscurso). Distinguem-se, assim, duas dimensões dos registros da memória do dizer (INDURSKY, 2001, 2011): o interdiscurso, a memória saturada dos saberes alheios à formação discursiva, e a memória discursiva, a memória lacunar, que concatena os saberes avalizados ideologicamente pela posição sujeito dominante de uma FD<sup>15</sup>. Nesse contexto, o sentido se produz nas relações metafóricas, cujas operações de deslizamento e de deslocamento são engendradas por processos linguísticos como a substituição, a sinonímia e a paráfrase. Cazarin (2004) salienta que as FD vem a ser o lugar mais ou menos provisório em que o efeito metafórico se inscreve, uma vez que é em relação à sua organização que as palavras, proposições, expressões e gestos recebem seus sentidos. Por outro lado, a evidência do sentido que emerge da FD mascara a sua dependência em relação ao interdiscurso, visto que, “por ser o lugar de realização da transferência, poderia ser a causa, porque o sentido não engendra a si próprio, mas ‘se produz no non-sens’” (CAZARIN, 2004, p. 29). Nessa perspectiva, o efeito metafórico que constitui os sentidos é sempre determinado por uma regionalização do interdiscurso, que nunca se interpõe como um todo. Logo,

[o]s *significantes aparecem dessa maneira* não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas *como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido*: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente está “sempre-já”

<sup>14</sup> Conforme Pêcheux (2014a), todo ritual é sujeito a falhas e, logo, a identificação do sujeito enunciatório com o sujeito do saber nunca é plena.

<sup>15</sup> Cabe lembrar que a distinção entre interdiscurso e memória discursiva, tal como realizada por Indursky (2001, 2011), não é consenso entre os teóricos da AD. Orlandi (2015), por exemplo, trata os conceitos como sinônimos. Parece-nos interessante, entretanto, a proposição de Indursky, uma vez que dá especial dinâmica ao funcionamento dos registros da memória a favor da constituição dialética interna e externa das FD.

desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante (PÊCHEUX, 2014, p.164-165, grifos do autor).

Frente a essas considerações, e referindo-se às modalidades de tomada de posição, lembra-nos Indursky (2005, p. 6) que saberes “que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-lo, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD”. É nesse ponto em que as modalidades de tomada de posição cumprem seu papel, ao (re)produzir o entrelaçamento entre o mesmo e o diferente, oriundo de um outro lugar, de outro discurso, de outra formação discursiva (INDURSKY, 2005).

### **1.3 Só há causa daquilo que falha: *remontés* às categorias do Imaginário**

Remontadas as categorias da ideologia, do sujeito, das formações ideológicas e das formações discursivas, adentramos em um último tópico a ser abordado: o do imaginário, dada a sua relevância para a exploração do problema da pesquisa. Desenvolvido no seio da psicanálise lacaniana e incorporado por Althusser em sua definição de ideologia, o conceito de imaginário é apropriado pela Análise de Discurso de maneiras distintas ao longo da consolidação da teoria. Silva (2012) aponta que coexistem duas acepções de imaginário em AD devido à articulação do seu quadro epistemológico: como um dos registros da estrutura psíquica, em virtude da natureza psicanalítica do sujeito, e, também, como algo que advém do social, devido à forma histórica da ideologia na formação social. Essas duas acepções co-operam na produção do discurso, já que o sujeito, em seu desejo de completude, busca construir-se como autônomo, esquecendo sua constituição psíquica e ideológica.

Alguns teóricos, ao fazer um panorama histórico do pensamento pêcheuxtiano, como o próprio o fez (2014c), organizam-no em três momentos distintos, conhecidos como as “três fases” da AD. Propostas de sistematização cuja função é a de estabelecer regularidades entre os princípios teóricos e metodológicos da disciplina, estabelecendo periodizações, sem, no entanto, pressupor que são períodos estanques e homogêneos, ou de que esses períodos sejam etapas de desenvolvimento que recobrem suas predecessoras. Algumas (re)considerações sobre a noção de imaginário foram efetivadas ao longo da formulação da AD por

Pêcheux. Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que a noção de imaginário “desliza” em cada uma dessas fases, guardando sempre algo das significações anteriores.

Conforme Pêcheux (2014c), na primeira fase da AD, ou a AD-1, que tem seu marco na AAD-69 (PÊCHEUX, [1969], 2014b), a preocupação principal era a construção de um dispositivo informatizado de interpretação. A produção do discurso era referenciada, aí, como realizada por um maquinário estrutural do qual a base invariante de materialização é a língua natural, que possibilita uma multiplicidade heterogênea de processos discursivos sobrepostos. Essa abordagem é, em grande parte, decorrente da visão estruturalista e gerativo-transformacional da época - paradigma científico dos anos 60 e 70, que, mais tarde, ficou conhecido como “Virada Linguística”. O conceito mais marcante da AD-1 é o de “assujeitamento”, que presumia a interpelação plena do sujeito à ideologia em relação ao sujeito-estrutura que os determinava como seus “suportes”. Logo, na AD-1 não há possibilidade de incidência do externo, do novo, na ordem do discurso, uma vez que o “outro” da alteridade discursiva era reduzido à categoria do mesmo, ou como resíduo da cena discursiva, e o Outro da alteridade estrutural não passava de uma “diferença incomensurável” entre o mesmo e o outro, já que ambos são maquinarias estruturais idênticas a si e fechadas sobre si mesmas.

Já, na segunda fase, a AD-2, a qual possui como texto principal as *Atualizações e perspectivas* publicadas por Pêcheux e Fuchs ([1975], 2014), a noção de maquinaria estrutural foi profundamente modificada. Conforme Pêcheux, “na perspectiva da AD-2, as relações entre [as maquinarias discursivas] são relações de força desiguais entre processos discursivos, estruturando o conjunto por ‘dispositivos’ com influência desigual uns sobre os outros” (2014c, p. 310). Essa “explosão” do sujeito fechado sobre si mesmo deve-se, em grande parte, pela adoção das FD como princípio teórico-analítico, uma vez que elas estabelecem uma relação contraditória com sua exterioridade, já que constitutivamente ocupadas por elementos advindos de outras regionalizações do interdiscurso, de outras FD, que se reproduzem nelas fornecendo-lhes suas evidências fundamentais.

Entretanto, lembra-nos Pêcheux (2014c), a noção de interdiscurso é introduzida para designar “o exterior específico” de uma formação discursiva, enquanto ele irrompe em sua estrutura formal para constituí-la em uma roupagem de evidência, ainda submetida à repetição estrutural fechada – o interdiscurso é, então,

um além, exterior e anterior à FD que engendra, paradoxalmente, o fechamento da sua maquinaria estrutural. Resulta dessa visão que o sujeito do discurso continua concebido como efeito do puro assujeitamento aos dispositivos da FD. O sujeito da enunciação, assim, é considerado na AD-2 como uma “ilusão subjetiva” do “ego-eu” como resultado do assujeitamento, ignorante das causas que o determina.

Com a terceira-fase da AD, a AD-3, cujo texto principal é *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, [1983], 2015), as máquinas estruturais são postas em xeque em razão do declínio da influência do estruturalismo linguístico e o estabelecimento de relações mais afinadas com os campos da Psicanálise (freudolacanianana) e da História (com os trabalhos de Michel de Certeau) e com as teorias da enunciação (principalmente as obras de Bakhtin). Adentra-se, nesse ponto, na dimensão da interdiscursividade, no sentido de que o primado do outro sobre o mesmo determina o discurso como sempre atravessado por vozes outras, advindas de outros domínios de saber e que interferem na produção dos sentidos. Logo, as FD passam a ser domínios constitutivamente heterogêneos, de “fronteiras porosas”, (COURTINE, 2009) devido às diferentes modalidades de tomada de posição do sujeito suporte em relação à forma-sujeito dominante. A FD passa a ser heterogênea, e o sujeito clivado pelo inconsciente e relativamente assujeitado, porque resiste.

Com base na periodização proposta por Pêcheux (2014c), Silva (2012) remonta a trajetória teórica do conceito de imaginário. Segundo a autora, na primeira fase da AD, o imaginário é tratado através da noção de Formações Imaginárias. Pêcheux (2014a) destaca que, ao produzirmos um discurso, sempre o fazemos de um lugar determinado na estrutura da formação social. Contudo, esses lugares, no processo discursivo, não funcionam como “um feixe de traços objetivos” (p. 82): eles se encontram representados e transformados, através das Formações Imaginárias (FIIm). Dessa forma, o que funciona no discurso é o lugar que cada sujeito atribui ao outro e a si, e as imagens que esses sujeitos fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. É importante destacar que não são apenas os interlocutores que funcionam no discurso como imagens, pois o referente também é constituído como um objeto imaginário, ou seja, o que funciona no discurso é o ponto de vista dos sujeitos sobre o referente e não sua natureza empírica.

Dito isso, “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” (PÊCHEUX, 2014b, p. 82) que, em termos gerais, podem ser designadas conforme o quadro a seguir, de acordo com os protagonistas da cena discursiva:

**Quadro 1 – Formações imaginárias (interlocutores)**

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A { $I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B
B { $I_B(A)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B

Fonte: adaptado de Pêcheux (2014b, p. 82).

No contexto das FIm, não apenas os protagonistas da cena discursiva (os interlocutores) funcionam como objetos imaginados (do ponto de vista do sujeito, e não da realidade empírica), como também o próprio referente. Levando isso em conta, Pêcheux soma ao quadro anterior as seguintes notações:

**Quadro 2 – Formações imaginárias (Referente)**

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A $I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre (R)	“De que lhe falo assim?”
B $I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre (R)	“De que ele me fala assim?”

Fonte: adaptado de Pêcheux (2014b, p. 83).

A partir da publicação de *A propósito da Análise Automática de discurso: atualizações e perspectivas* (PÊCHEUX; FUCHS, 2014), considerada como uma das principais obras da segunda fase da AD, Pêcheux passa a repensar a instância do imaginário. Influenciado pela leitura de *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Althusser,

o autor passa a pensar o imaginário intrinsecamente ligado à ideologia. Assim, as FD que são representativas das FI, também são determinantes da relação imaginária do sujeito com suas condições de existência. Contudo, essa influência exterior é esquecida pelo sujeito que enuncia sobre a ilusão dos dois esquecimentos já mencionados. É no processo de identificação do sujeito com a FD que se funda a unidade imaginária do sujeito, dada a incapacidade de reconhecer seu assujeitamento tanto ao Outro lacaniano quanto ao Sujeito de Althusser (SILVA, 2012).

É na terceira fase da AD que Pêcheux busca um maior estreitamento com a Psicanálise. Nessa fase, algumas questões sobre o imaginário são reiteradas pelo autor e outras são completamente repensadas. A tese da ideologia como representação imaginária que media a relação dos sujeitos com suas reais condições de existência permanece. Por outro lado, o autor começa a questionar suas formulações anteriores sobre as evidências imaginárias, até então concebidas como algo fechado, resultando em um sujeito incapaz de produzir imagens diferentes das já previstas pela ideologia que o interpela.

Segundo a nova lógica do autor, se as representações imaginárias têm existência material através da língua e esta é uma estrutura afetada pelo Real, portanto, sujeita ao equívoco, então é possível que a instabilidade do simbólico afete a, até então, suposta estabilidade das representações imaginárias. Já que “não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2014a, p. 277), é possível que, por meio das falhas no processo de interpelação ideológica dos sujeitos, se manifestem representações imaginárias não previstas pela FI dominante (SILVA, 2012), instaurando resistência.

Reconhecendo na cena dos discursos do governante endereçado aos trabalhadores dois sujeitos discursivos em interlocução, o governante e os trabalhadores, um “eu” que se dirige a “eles”, e entendendo o “trabalho” como referente, podemos reorganizar os quadros de Pêcheux da seguinte maneira:

**Quadro 3** – Formações imaginárias sobre o trabalho (interlocutores)

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A { I <sub>A</sub> (A) I <sub>A</sub> (B)	Imagem do lugar do governante para si	“Quem sou eu para lhes falar assim?”
	Imagem do lugar do governante para os trabalhadores	“Quem são eles para que eu lhes fale assim?”

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 4** – Formações imaginárias sobre o trabalho (referente)

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A I <sub>A</sub> (R)	“Ponto de vista” do governante sobre o trabalho	“De que lhe falo assim?”
A I <sub>A</sub> (B [R])	“ponto de vista” do governante sobre o “ponto de vista” dos trabalhadores sobre o trabalho	“De que ele me fala assim?”

Fonte: elaboração própria.

Diante desses apontamentos, e relacionando-os diretamente ao tema da pesquisa, podemos dizer que as instâncias jurídico-política e ideológica da formação social capitalista, os Aparelhos Repressivo e Ideológicos de Estado, (re)produzem (secundária e primariamente) imaginários a partir dos quais os sujeitos se relacionam com suas condições reais de existência. E, considerando a proposição de Marx de que o trabalho é a prática social que permite ao homem sua exteriorização na história, necessariamente, todos os sujeitos relacionam-se com imagens de trabalho, mais ou menos afinadas à lógica da estrutura econômica e, assim, são sempre instados à categoria de sujeitos em relação a imaginários de trabalho específicos. É nesse ponto em que o trabalho se constitui como engrenagem central da razão ético-prática do capitalismo: se os imaginários de trabalho são as imagens fundamentais a partir das quais os sujeitos são subjetivados, urge que tais imaginários sejam submetidos à

lógica do Estado para que o proletariado ocupe o lugar que lhe é previsto na estrutura social.

Aí, os imaginários funcionam como mecanismos da interpelação ideológica, e a razão ético-prática do capitalismo é a razão ético-prática assumida pelos AIE. Assim sendo, em hora oportuna, ao chegar à análise dos imaginários (re)produzidos no/pelo discurso do governante e ao gesto interpretativo do seu funcionamento discursivo, não apenas esperamos compreender os modos como o sujeito é subjetivado e toma posição em relação às ideologias que engendram essas imagens, como também refletir sobre a maneira como essas imagens relacionam-se ao funcionamento da estrutura social, em si.

Para tanto, faz-se necessário chegar a um mecanismo intermediário entre a dimensão social-ideológica do imaginário e a constituição psíquica do sujeito – problemática levantada por Pêcheux na AD-3, a ser desdobrada no próximo capítulo.

## 2 PÊCHEUX, LEITOR DE LACAN

### II

"Entre os atributos mais surpreendentes da alma humana", diz Lotze, "está, ao lado de tanto egoísmo individual, uma ausência geral de inveja de cada presente com relação a seu futuro". Essa reflexão conduz-nos a pensar que nossa imagem da felicidade é totalmente marcada pela época que nos foi atribuída pelo curso da nossa existência. A felicidade capaz de suscitar nossa inveja está toda, inteira, no ar que já respiramos, nos homens com os quais poderíamos ter conversado, nas mulheres que poderíamos ter possuído. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissoluvelmente ligada à da salvação. O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*

No capítulo anterior, realizamos uma incursão pelo campo da AD, quando remontamos os modos como a teoria se apropria do conceito althusseriano de ideologia e de Sujeito. A partir da leitura de *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* (2005), relacionada aos princípios expostos em *A Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970), foi-nos possível compreender a instância ideológica como mecanismo que explica a dinâmica da determinação da superestrutura jurídico-política pela base econômica, concomitante ao seu retorno (da superestrutura) sobre a base. Althusser, nesse contexto, pensa a ideologia como representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, um terceiro elemento constituidor da estrutura social. A partir dele, o filósofo chega à proposição dos Aparelhos Ideológicos de Estado, um certo número de realidades que se mostram ao observador como instituições distintas e que são

responsáveis por instar os “indivíduos livres” (sempre já sujeitos devido ao caráter eterno da Ideologia) à categoria de sujeitos em relação ao *Sujeito* histórico.

O conceito foi apropriado por Pêcheux e é fundamental para a compreensão da noção de discurso. Na AD, o conceito foi repensado, principalmente no que diz respeito à descrição do seu funcionamento. Se em Althusser os sujeitos são assujeitados à Ideologia mediante a relação imaginária estabelecida com o Sujeito histórico, em AD passa a existir uma instância mediadora entre o “conjunto complexo de atitudes e representações” das formações ideológicas e a produção de discurso: as formações discursivas, “aquilo que numa formação ideológica dada [...] determina o que pode ser dito” (p. 41) no sentido de que, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 198).

A partir da noção de FD, passa-se a considerar o sujeito do discurso como tomada de posição do “sujeito-suporte” (enunciador) em relação à forma sujeito dominante da formação discursiva. Com Indursky (2005, 2011), vimos que as FD foram constantemente resignificadas, passando de maquinarias estruturais fechadas a domínios heterogêneos, porosos e suscetíveis ao novo devido às falhas no ritual de interpelação ideológica, que nunca é pleno.

Em um segundo momento, debruçamo-nos, ainda, sobre a trajetória teórica da noção de imaginário na AD. Com base em Silva (2012), chegamos ao reconhecimento de duas acepções fundamentais: a de um dos registros da estrutura psíquica e a de algo que advém do social. Noções que deslizam entre as três fases da AD (PÊCHEUX, 2014c) desde as formações imaginárias e as evidências do imaginário até as inter-relações entre o imaginário e os registros do Real lacaniano. Com isso, por fim, foi-nos possível relacionar o quadro das formações imaginárias à cena discursiva abordada pela pesquisa, a saber, a dos pronunciamentos de 1º de maio de Getúlio Vargas endereçado aos trabalhadores brasileiros.

Tendo em vista essas discussões, compreendemos a maneira como constituem-se a (l)ideologia, o imaginário e o sujeito em AD, categorias fundamentais para o entendimento da produção de discurso, do ritual de interpelação ideológica e do papel da Ideologia na estrutura social.

Faltou-nos, entretanto, dedicar maior atenção ao imaginário enquanto registro da estrutura psíquica, o que é fundamental para o entendimento da interpelação ideológica e da constituição do sujeito em AD (já que clivado pelo inconsciente). Na

tentativa de remediar esta falta (que continuará a ser constitutiva), neste capítulo, realizaremos uma segunda incursão ao corpo da teoria e do seu quadro epistemológico; agora, especificamente, sobre a teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160), compreendida, aí, a leitura pêcheuxtiana de Lacan.

## **2.1 Pêcheux, leitor de Lacan: da constituição psíquica do sujeito à produção do discurso**

A linguagem se conforma como a instância que possibilita o contato entre as ordens da ideologia e do inconsciente. Sob diferentes abordagens, a linguagem é tanto o elemento que possibilita a inscrição do sujeito nas redes do simbólico, quanto é responsável pela formação do sujeito. Para que alcancemos a compreensão da constituição do sujeito da AD e da psicanálise, faz-se necessário, antes, que compreendamos o seu processo de formação em ambos os campos de saber, assim como atentemos às características específicas que a noção enverga em um e no outro. Partimos, para tanto, da premissa de que o sujeito é o ponto de encontro entre as teorias, lá onde faz furo no nó tríplice da ideologia, do inconsciente e da linguagem e instaura o equívoco e a contradição.

O sujeito psicanalítico é resultado de um longo processo de formação do Eu (*je* lacaniano, o sujeito do inconsciente) em relação ao eu (*moi*, as instâncias do *je* correspondentes à segunda proposta topográfica da personalidade e do aparelho psíquico de Freud). Para Lacan (1998a), o Eu é uma função constituída a partir do desenvolvimento do filho do homem no estádio do espelho. Conforme Henge (2016, p. 90-91), o estado do espelho configura-se na psicanálise lacaniana como uma “analogia simbolizante de um estádio que distribui da arena para a muralha dois campos de luta opostos em que o sujeito se embaraça na busca do altivo e distante castelo interior”. Logo, o estádio do espelho integra as bases do processo de intelecção e conforma a matriz simbólica do Eu em sua dimensão primeva, uma vez que situa as instâncias do eu (Ego, Superego e ID) em uma correia imaginária irreduzível, uma imagem unificadora para o indivíduo. Nas palavras de Lacan,

esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo; o *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação

[...] e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo *Innewelt* [mundo interior] para o *Umwelt* [mundo circundante] gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do *eu*. (1998a, p. 100, grifos do autor).

De acordo com Henge (2016), o encerramento do estádio do espelho, *per se*, é assinalado pela identificação do filho do homem com a imagem do outro (da alteridade, o semelhante), o que lança os ditames da dialética que une, desde este ponto, o Eu à situação social. Dá-se essa passagem quando a percepção da imagem do semelhante pega-se a ao ciúme primordial e passa a constituir o sujeito no deslocamento do *Eu especular* para o *Eu social*. Segundo Lacan, é “nesse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro, constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem” (1998a, p. 101, grifos do autor). Logo, como pontua Henge (2016), existe no estádio do espelho um investimento libidinal narcísico que assume a forma de função alienante do Eu. Soma-se a essa função a hostilidade que dela se desprende, comum a qualquer relação com o outro fazendo do Eu o lugar onde se firma a resistência<sup>16</sup>.

Na perspectiva de Henge, a movimentação interior/exterior do homem no estádio do espelho é indício de uma relação entre inconsciente e ideologia, uma vez que se estruturam, aí, as bases da relação entre sujeito e sociedade através da identificação da imagem de si a partir da imagem e do desejo do outro. Lacan postula, diante disso, que o inconsciente irrompe em dois momentos no processo de clivagem do sujeito. A primeira manifestação se dá quando o sujeito é impedido de aceder ao Real<sup>17</sup> quando na primeira quebra do imaginário em relação ao inconsciente, ao passo que a segunda se dá pela alienação de si no desejo do Outro através da mediação do Nome-do-pai (a lei simbólica) e acarreta, a partir daí, a não-coincidência entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação.

<sup>16</sup> Freud (1996e), em *Inibições, sintoma e ansiedade*, texto de 1926, delinea três formas fundamentais de resistência: o recalçamento, a resistência à transferência e o ganho secundário da doença. Essas somam-se a uma quarta modalidade de resistência, relacionada ao supereu (instância reguladora proposta na segunda tópica freudiana), que correspondente à articulação entre a culpa e a necessidade de castigo.

<sup>17</sup> Na tríade lacaniana do Real, do simbólico e do imaginário, temos a articulação desses três registros psíquicos em um nó borromeano, e o significante configura-se como ponto de encontro de ambos. Nesse contexto, de maneira sintética, “o real é o elo que não se pode simbolizar, porque escapa. (...) O simbólico é o registro da fala, é o que se pode ser nomeado, mesmo que não possa dizer tudo. Enquanto isso, o imaginário é especular, é fantasmático, tem a ver com a imagem” (ORNELLAS, 2008, p. 82). Ainda, especificamente sobre o Real, podemos dizer que é o registro daquilo que ainda não foi simbolizado, que resta a ser simbolizado ou que resiste à simbolização (CORREIA, 2005).

Na leitura de Henge (2006), a distinção entre o inconsciente e o consciente se estabelece a partir de outro processo. Segundo a autora, pautada em García-Roza (2004), ao nascer o bebê, tem-se a morte do feto que acarreta a derrocada da sua “casca protetora”; essa privação dá origem à delimitação do corpo e, por conseguinte, ao contingenciamento da libido – que nunca mais será plena, já que fragmentada em partes no corpo-sujeito. A libido continuará associada a um objeto especular e determinada pela falta representada em linguagem, pela incompletude do não-todo em relação à ausência da casca. Mediatizado pela falta desse significante primordial, advém o recalque originário: a imersão do *infans* na ordem simbólica (VORCARO, 1997). Logo, a inserção do neonato na ordem simbólica impede que os representantes da pulsão acedam a consciência, estabelecendo-se a sua fixação em relação à pulsão. “Esse seria o momento da clivagem entre o inconsciente e o consciente” (GARCÍA-ROZA, 2004, p. 195, *apud* HENGE, 2016, p. 92), a *Spaltung* original demarcada pela barra que separa inconsciente/consciente e através da qual o sujeito tem barrado o seu acesso aos registros do Real.

O inconsciente irrompe no simbólico, segundo Lacan (1999), a partir de certas *formações*, como o lapso, o ato falho e o sintoma. Essas indicam ao sujeito do enunciado a existência de um sujeito-outro que lhe é oculto e está em sua oposição. É aí que o sujeito da psicanálise e o sujeito da AD encontram similaridade; assim como a AD, a psicanálise pensa que o controle dos sentidos escapa ao sujeito que fala. Henge (2016) pontua, aí, duas contribuições da teoria da subjetividade em psicanálise para a AD: primeira, a do papel constitutivo do outro (da alteridade) e do Outro (do inconsciente) na formação do sujeito que é deslocado das formas do Eu especular para o Eu social e, segunda, a do papel do simbólico (da linguagem) na clivagem do sujeito.

Conforme a mesma autora (2016), podemos, ainda, mobilizar as análises conjunturais sobre o capitalismo traçadas por Pêcheux (2011) em *Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal?*. Nesse texto, o autor coloca em discussão a heterogeneidade, a contradição e a desigualdade como determinantes dos processos ideológicos e a sua relação, estrita, com a transformação das formas de subjetivação comuns a um determinado período histórico. Pêcheux (2011) defende, então, a premissa de que os processos de reprodução da ideologia devem ser abordados como local de *resistência múltipla*, aí relacionados à compreensão da Ordem do Significante, que aponta para a perpetuação do inconsciente (p. 118).

Henge (2016) pensa que se deve considerar, portanto, os processos ideológicos (sumariamente especulares) imbricados ao simbólico (a língua[gem])<sup>18</sup>. E, como não há fronteiras entre os domínios da língua, do sentido e do sujeito (PÊCHEUX, 2011), a remoção/mudança de pontos discursivos entre eles permite remover/mudar os pontos em que o inconsciente fala mediante suas formações.

Outra possibilidade de aproximação entre ideologia e inconsciente em AD, na perspectiva de Henge (2016), se dá através do duplo funcionamento do outro, do sujeito, do espelho e da identificação, como categoria relacionada ao ideológico e ao psíquico (desde que respeitadas as suas especificidades). Portanto, “o traço de proximidade ou referência entre ideologia e inconsciente, se dá não pela plena correspondência entre os pontos, mas pela existência dos mesmos e das relações que estabelecem entre si em cada território” (HENGE, 2016, p. 97) a partir, podemos deduzir, do sujeito como instância de aproximação por excelência.

Das similaridades entre a operacionalização desses conceitos em psicanálise e na AD, a partir de Henge (2016), podemos observar que o *Outro* em psicanálise é o lugar do significante, do simbólico, sempre em falta e incompleto, capaz de introduzir um outro significante e de tornar a linguagem espaço para a irrupção das formações do inconsciente. Já em AD, a partir da filiação althusseriana, o *Outro* é o sujeito suposto da interpelação ideológica capaz de introduzir o indivíduo como sujeito na história, é o Sujeito histórico capaz de constituir-se como forma-sujeito de uma formação discursiva – que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 198).

De acordo com Henge (2016), no estágio do espelho é explicitada a identificação imaginária do neonato com o Outro que lhe insere na ordem simbólica. Nesse processo de identificação, a imagem unificadora que é produzida é fundamental para a constituição psíquica do sujeito. Algo similar funciona no “espelhamento” da ideologia, uma vez que as imagens que produz são o meio através do qual os sujeitos se relacionam com suas condições reais de existência, relação

---

<sup>18</sup> O conceito de Real aí, não é mobilizado, o que não entendemos como falho. Evidentemente, o Real é indispensável para a compreensão da dimensão imaginária da interpelação ideológica e da instância simbólica da produção de discurso no sentido de que este registro atua como a externalidade impossível (pura negatividade) que lhes dá possibilidade de existência e inteligibilidade. Entretanto, não acreditamos que o Real possa ser mobilizado como categoria de análise, propriamente dita, uma vez que escapa ao trabalho simbólico da interpretação e, logo, é sempre inacessível ao analista. Caso contrário, se passível de ser interpretado, já não seria Real. Esta é uma leitura insipiente, e carece de aprofundamento.

mediada pelo Outro, que aí é o Sujeito, estruturada a partir de um jogo complexo de projeções.

Outro ponto de intersecção entre os mecanismos de funcionamento da ideologia e do inconsciente, pouco abordado pela AD, é o do *laço social*. Entendido como aquilo que permite ao sujeito, por um lado, relacionar-se com outros sujeitos e, de outro, obter “satisfação” pulsional<sup>19</sup>, o gozo, “os laços sociais estabelecem a história, [...] inscrevem ao longo do tempo as formas de enlace que os humanos constituem entre si” (POLI, 2004, p. 43). Assim, o laço social constitui-se como uma instância mediadora entre o funcionamento das estruturas psíquicas e da estrutura social e, logo, põe em estrita relação o sujeito do inconsciente e o sujeito da ideologia.

### 2.1.1 INCONSCIENTE E IDEOLOGIA NA CENA DO DISCURSO: SOBRE O LAÇO SOCIAL

Ao mobilizarmos, no seio da Análise de Discurso a constituição subjetiva a partir de duas instâncias, distintas e autônomas, faz-se necessário explicitar a relação de contradição, e de desigualdade, posta entre elas no corpo da teoria. Desse modo, assumimos o pressuposto de que a estrutura social determina a estrutura psíquica a partir do agenciamento do laço social que, em última instância, refrata como economia libidinal aquilo que já-é estrutura econômica. Em vistas de desenvolver essa afirmação, buscamos respaldo em Safatle (2008, 2008a), filósofo marxista que trabalha nos entremeios do materialismo histórico e dialético e da psicanálise, e cuja obra, pensamos, guarda coerência epistemológica com os princípios teórico-metodológicos da AD.

Em *Cinismo e falência da crítica* (2008), o autor parte de uma possível aproximação entre a psicanálise freudiana e a crítica marxista da Escola de Frankfurt, a saber, “a compreensão de que a análise dos processos de racionalização social deve, necessariamente, submeter-se a considerações mais amplas sobre a ontogênese das capacidades prático-cognitivas dos sujeitos” (p. 113). Ontogênese,

---

<sup>19</sup> Conforme Elia, as pulsões não possuem um objeto a priori, e “havendo necessariamente um objeto não necessário em sua especificidade, havendo, pois necessariamente um objeto contingente, a satisfação pulsional não pode ser toda, o que só ocorreria se existisse objeto específico, adequado, previamente determinado. Parcialmente satisfeita, e, portanto, parcialmente insatisfeita por força de estrutura, a pulsão é infinitamente relançada à sua busca de satisfação através de um objeto, sempre vicário” (1995, p. 48).

vista, aí, como imbricada à descrição da dinâmica complexa dos processos de estruturação e de socialização do desejo no âmbito de esferas de interação – a “realidade” aparente dos Aparelhos de Estado. Assim sendo, à sua maneira, a psicanálise realiza aquilo que aparecia em fase germinal em Weber, a necessidade de explicar os modos como a racionalidade instituída nos/pelos vínculos sociais, em sentido amplo, e nos/pelos papéis econômicos, em específico, depende da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta.

A mesma intuição é manifestada por Adorno e Horkheimer (1973), pensadores que buscam aporte no princípio de que a abordagem dos funcionamentos da ideologia deve partir de uma teoria da subjetividade e de uma análise das disposições subjetivas. Postura compartilhada, também, por Althusser. Não se trata, nesse caso,

de incorrer em alguma espécie de déficit sociológico, mas insistir que nenhuma perspectiva sociológica pode abrir mão de compreender a maneira como os sujeitos investem libidinalmente os vínculos sociais, mobilizando com isso representações imaginárias e expectativas de satisfação que muitas vezes acabam por inverter o sentido de determinações normativas que visam racionalizar tais vínculos. (SAFATLE, 2008, p. 114).

Ao realizar essa afirmação, Safatle (2008) atenta para o erro de compreendê-la como uma tentativa de submeter o quadro interpretativo das estruturas de interação social a um “cálculo de interesses” pautado pela razão (quase utilitarista) de maximização do prazer e, conseqüentemente, de afastamento do desprazer. O que não procede devido ao caráter material da economia psíquica, que determina o sujeito a partir da “cristalização” de padrões de socialização que coincidem, em maior ou menor grau, com as estruturas clínicas.

Segundo Safatle (2008), é fato que Freud procura constituir os ditames de uma *econômica*. A busca por desenvolver a ideia de que a dinâmica geral dos processos de julgamento deriva de exigências gerais de maximização do prazer e de afastamento do desprazer indicia a predisposição freudiana de submeter expectativas prático-cognitivas à ordem de um cálculo econômico-utilitarista de interesses. Há, no entanto, algumas pormenorizações a serem traçadas em relação a essa econômica. A fundamental, propõe o filósofo (2008), é a de que a psicanálise desdobra uma noção absolutamente particular e não-utilitarista de cálculo de interesse. Psicanalistas, como o próprio Lacan, defendem que a dinâmica pulsional nos/dos sujeitos não se refere à polarização prazer/desprazer. A sua compreensão exige a inserção de um outro

campo conceitual cujo funcionamento, propriamente, venha a desarticular essa lógica disjuntiva. Em Lacan, esse conceito é o de “gozo”, “que não significa o usufruto dos bens dos quais sou proprietário, mas algo totalmente contrário, uma perspectiva de satisfação que não leva mais em conta os sistemas de defesa e controle do Eu, perspectiva que flerta continuamente com experiências disruptivas, ou ao menos com a “retórica” da transgressão” (SAFATLE, 2008, p. 116).

As pulsões e os desejos, nessa perspectiva, não são *sistemas causais irredutivelmente individuais* a partir dos quais o sujeito internaliza processos gerais de orientação do julgamento (dimensão ética) e da ação (dimensão prática) (SAFATLE, 2008). Isto é, o sujeito enverga padrões gerais de racionalidade que incidem sobre o comportamento social. Logo, as pulsões são os elementos fundamentais que conformam uma determinada razão ético-prática. Chegamos ao ponto em que podemos identificar o encaminhamento freudiano como “materialista”.

Ao colocar como tarefa fundamental a possibilidade de considerações sobre a ontogênese das capacidades prático-cognitivas dos sujeitos, ao afirmar que há uma ontogênese social de tais capacidades que se revela na compreensão das dinâmicas de socialização, [Freud] afirma o caráter empírico (no sentido de absolutamente não transcendental) das estruturas gerais daquilo que estamos dispostos a contar como racional. Há uma gênese empírica das estruturas de orientação do que aspira ser visto como ação racional. (SAFATLE, 2008, p. 116-117).

A natureza material dessas estruturas se torna mais evidente, conforme Safatle (2008), se remontarmos em Freud, e em grande parte de seus sucessores, o fato de que os mecanismos de formação e de individuação sustentados pelas dinâmicas de socialização são distinguíveis a partir dos processos de identificação e de investimento libidinal. Isso em vistas de que a socialização, em si, é “fazer como”, atuar a partir de imagens especulares que funcionam como modelos de identificação e, por isso, de orientação para as maneiras de agir, de julgar e de desejar (SAFATLE, 2008). Essa identificação especular, entretanto, não pode ser compreendida, apenas, a partir da descrição das coerções exercidas pelos núcleos de interação social, uma vez que as estruturas fundamentais que determinam o que está em jogo nessas esferas de interação são figurações privilegiadas da razão. Freud, por outro lado, como nos lembra Safatle (2008), reitera sempre as questões: “o que é necessário perder para conformar-se a exigências de racionalidade presentes em processos

hegemônicos de socialização e de individuação?”, ou ainda: “qual é o preço a pagar, qual é o cálculo econômico necessário para viabilizar tais exigências?” (p. 117).

Devemo-nos questionar, portanto, o que precisa suceder com o sujeito para que ele se sujeite a um regime de racionalidade que lhe injunge padrões de ordenamento, modos de organização e estruturas institucionais de legitimação. Neste ponto, Safatle convida-nos a uma incursão pelas elaborações elementares dos textos freudianos capazes de melhor orientar qual seria a economia libidinal correspondente aos problemas da sociedade moderna. Para isso, é recuperado o conceito de supereu (superego), noção freudiana fundamental para a compreensão dos fatos sociais.

Em *Mal-estar na civilização*, Freud (1996i) se serve do conceito de superego para tentar descrever a gênese da consciência moral, da culpa e dos ideais sociais do eu (que, aqui, não se confunde com o *je* de Lacan). Nessa empreitada, confrontou-se com um processo em que socialização e repressão convergiam, o que o inspira a afirmar que “toda cultura deve necessariamente edificar-se sobre a repressão e a renúncia pulsional” (FREUD, 1996i, *apud* SAFATLE, 2008, p. 118).

Sumariamente, ao enunciá-lo, Freud apontava para os produtos sociais de uma relação paradoxal instaurada, primeiramente, no seio da família burguesa: a relação de sobreposição entre rivalidade e identificação colocada, de modo mais evidente, na contraposição entre o filho do homem e aquele que enverga a lei paterna. Recordemos, por isso, que para ser reconhecido como sujeito e como objeto de desejo no âmbito familiar, faz-se inevitável que o sujeito se identifique com a figura paterna, a lei simbólica que refreia a realização das pulsões. Na perspectiva freudiana, o resultado desse processo é a constituição psíquica de uma “instância moral de observação”, o supereu. Isso conduziria todo gozo relacionado à satisfação pulsional a gerar culpa – proveniente da coação sádica do supereu sobre o Eu e provocadora de uma forma neurótica de gozo<sup>20</sup>.

É sabido que a psicanálise de Freud trabalha, comumente, com uma visão unívoca da compreensão da multiplicidade das ordens simbólicas como, por exemplo, a pressuposição de uma dinâmica estrutural entre a autoridade familiar e as autoridades que capitaneiam outras esferas/vínculos sociais, como o político e o escolar. Na abordagem de Safatle (2008), a articulação entre esferas de valores

---

<sup>20</sup> Já que o recalçado não pode aceder diretamente ao objeto de desejo, uma vez que este é interdito pelo Nome-do-pai, o gozo através da culpa é uma forma de cumprimento do desejo pulsional. Como visto antes, Freud pensa o gozo do neurótico, alicerçado sobre o par culpa/castigo, como uma forma de resistência.

aparentemente autônomas possibilita a Freud insistir que a função paterna não representa apenas a lei da família, mas uma Lei que determina todo o universo simbólico como um princípio geral. “Não se trata de tentar derivar as ordens simbólicas a partir do núcleo familiar, mas de insistir no fato de que problemas de socialização do desejo no interior do primeiro campo de experiências do sujeito, ou seja, o núcleo familiar”, acarretam, necessariamente, “tensões de socialização em esferas mais amplas” (SAFATLE, 2008, p. 119). Essa constatação assegura a Freud que a culpa (o sentimento de) é o problema de desenvolvimento mais significativo da civilização, e não apenas da esfera específica da família burguesa, assim como coloca a constituição subjetiva no seio familiar em relação de dependência com a estrutura social mais ampla.

Nesse contexto, o supereu tem sua origem nos processos de socialização e, enquanto manifestação individual relacionada às condições sociais do complexo de Édipo, necessariamente sofre modificações, ao passo que os próprios processos sociais se (re)configuram. Colocando Weber no divã de Freud, podemos chegar, então, à ideia de que o supereu instaura uma consciência moral assentada sobre a repressão e, logo, teve uma função social determinante na consolidação do capitalismo enquanto *modus operandi* da sociedade de produção moderna. Assim, dado que a ética protestante é movida pela razão ético-prática do trabalho como um fim em si mesmo e pela visão ascética de que todo gozo deve ser refreado, sua ordem é transcendente e irracional (WEBER, 2004). A irracionalidade do processo de racionalização do trabalho pode indicar-nos seu caráter superegoico (SAFATLE, 2008).

Dentre os traços superegoicos da Lei da ética protestante do trabalho em Weber, Safatle (2008) destaca

a transformação do Pai celestial que suportava a Lei no Novo Testamento em um Pai severo superegoico (“ser transcendente que escapa à compreensão humana”), um trabalho feito como vocação que é resposta à voz do Outro (no caso, o chamado de Deus), a culpabilização de todo prazer sensível (rebaixamento do sensível que Freud compreendeu como figura maior da renúncia pulsional) e a entificação obsessiva de um “autocontrole sereno” como ideal de conduta, um autocontrole que se traduz na repressão ao prazer polimórfico em prol da fixidez identitária no mundo do trabalho – fixidez já presente na ideia de “vocação”. (2008, p. 121).

Devido ao caráter regulador da ética protestante do trabalho, podemos chegar à generalização de que a lei moral sustenta a (pre)disposição dos sujeitos em adotar

determinadas condutas econômicas. Frente a isso, é-nos possível traçar uma segunda proposição: a de que a economia libidinal do capitalismo não poderia ter se consolidado sem o engendramento de uma civilização neurótica, cujos processos de socialização são determinados pela instrumentalização repressiva e pelo agenciamento do sentimento de culpa. Isso não significa dizer que os sujeitos (particulares) do capitalismo, do capitalismo em sua primeira e segunda fases, são neuróticos, mas sim que os imaginários sociais e políticos responsáveis pela interpelação dos sujeitos são pautados em identificações que pendem para a constituição de economias libidinais<sup>21</sup> neuróticas.

Se consideramos o laço social como instância mediadora entre o funcionamento das estruturas psíquicas e da estrutura social e, logo, determinado pelas instâncias do inconsciente e da ideologia, podemos conjecturar que é no seu seio que se constituem os imaginários sociais. Imaginários que, por sua vez, obedecem a uma dupla função: a de servirem de parâmetro de identificação para a conformação de economias libidinais, e a de operarem como representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Funcionamentos que coincidem com as instâncias prático-cognitiva e ideológica das formas da racionalidade da sociedade de produção capitalista.

Assim, ao pensar o laço social como possível elemento estrutural que articula inconsciente e ideologia na constituição subjetiva, partimos da ideia inicial de que os Aparelhos Ideológicos de Estado o conformam, uma vez que é no seu âmbito especular geral que se estabelecem as relações intersubjetivas. Posto que o sujeito só é subjetivado na história mediante a *práxis*, os AIE (sobre)determinam o laço social como uma maneira de agenciar as economias libidinais que dão forma às ações do sujeito. Economias libidinais que, desde aí, passam a ser cooptadas pela razão ético-prática do sistema econômico à propósito da manutenção da submissão das forças produtivas e da reprodução das relações de produção detidas pela classe dominante.

---

<sup>21</sup> O conceito de economia libidinal é lido por Safatle em Lyotard (1990). Por uma questão de incompatibilidade epistemológica entre a filosofia de Lyotard e os princípios da AD (ao menos em uma primeira leitura, difícil leitura), optamos por abordar o conceito a partir de sua acepção original em Freud (1996i). Para o psicanalista, a economia libidinal diz respeito ao mecanismo psíquico que direciona a energia produzida por uma economia dos investimentos das pulsões sexuais e sua conseguinte dessexualização. No contexto em que a noção é proposta, essa serve para o propósito de ilustrar os modos como toda civilização se assenta sobre uma econômica que transforma a satisfação pulsional (o gozo), que em uma primeira instância não é social, mas realiza-se em práticas sociais.

Portanto, o laço social constitui-se como produto e lugar da interpelação ideológica. E por ser tecido e estruturado em linguagem, sua natureza é discursiva (LACAN, 1992).

Diante dessa extensão do conceito de laço social, Lacan (1992) chega à distinção de quatro formas possíveis de vinculação social entre os sujeitos: o discurso do mestre, o discurso da histérica, o discurso do universitário e o discurso do analista. De acordo com Coelho,

[o] discurso é um modo de relacionamento social representado por uma estrutura sem palavras. Lacan propõe os discursos como sendo modos de uso da linguagem como vínculo social, pois é na estrutura significante que o discurso se funda. É a articulação da cadeia significante que produz o discurso. Os quatro discursos (do mestre, universitário, da histérica e do analista, além do quinto discurso, o do capitalista) são quatro configurações significantes - embora nem tudo seja significante na estrutura do discurso - que se diferenciam e se especificam por sua distribuição espacial. O que está em jogo é aquilo que ordena e regula um vínculo social entre os sujeitos. (2006, p. 108-109).

O sujeito que interessa, aí, é o sujeito do inconsciente, que emerge da relação entre significantes, uma vez que “um significante representa o sujeito para outro significante”. A partir de Lacan, podemos ilustrar essa acepção a partir do seguinte matema<sup>22</sup>:

$$\frac{S^1 \rightarrow S^2}{\$}$$

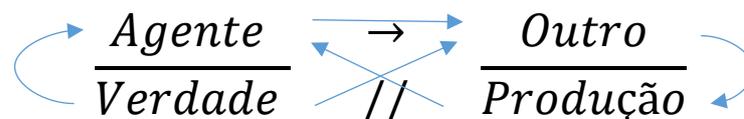
Ao desdobrar o funcionamento dos elementos  $S^1$ ,  $S^2$ ,  $\$$  e  $a$  na constituição dos quatro discursos, Lacan (1992) parte do princípio de que “o sujeito falante se inscreve em uma realidade discursiva preexistente, a partir dos significantes do campo do Outro” (JORGE, 2002, p. 25). Portanto, o laço social é responsável pela configuração das realidades em que o sujeito emerge articuladas, sempre, pelo *impossível*. As

<sup>22</sup> O termo ‘matema’, no âmbito da psicanálise freudolacaniana, designa um conjunto de escritas de cunho algébrico cuja função é a de explicar os conceitos-chave da psicanálise. Nas palavras de Chemama (1995, p. 130), “o matema não é uma simples abreviatura, ou uma inscrição estenográfica, mas possui a ambição de denotar uma estrutura realmente em causa no discurso psicanalítico, e, a partir disso, nos demais discursos. Pela escrita, o matema assemelha-se às formulas algébricas e formais existentes na matemática, na lógica e nas ciências matematizadas, e, para Lacan, tratar-se-ia do ponto de engate da psicanálise com a ciência. Uma das funções do matema é a de permitir uma transmissão do saber psicanalítico, transmissão referente à estrutura, deixando de fora as variações próprias do imaginário e escapando da necessidade do suporte da palavra do autor”.

trocas discursivas, portanto, antes de funcionarem pela necessidade de identificação (correlata ao funcionamento de reconhecimento da ideologia em Althusser), operam pela necessidade de contornar o impossível (relacionável ao funcionamento de desconhecimento ideológico). Para Lacan (1992), os discursos compõem-se a partir de quatro lugares:

$$\frac{\textit{Agente}}{\textit{Verdade}} \quad \rightarrow \quad \frac{\textit{Outro}}{\textit{Produção}}$$

Conforme Coelho (2006), nesse matema, o *agente* é o elemento que organiza a produção de discurso, domina o laço social e coloca a possibilidade de alteridade. O *outro* é o elemento para o qual o discurso é endereçado e que precisa do agente para se constituir. A *produção* é o que resta do discurso, seu efeito, o *mais-de-gozar*. A *verdade*, por sua vez, dá sustentação para o discurso, mas é interdita e acessível pela *produção* apenas como um *semi-dito* (COELHO, 2006). Há entre eles uma ordem de reversibilidade marcada por vetores que sempre partem para outros lugares no discurso, mas nunca chegam, conforme podemos ver a baixo.



Da dinâmica posta entre esses elementos, temos o fato de que “todo e qualquer discurso apresenta uma verdade que o move, sua mola propulsora, sobre a qual está assentado um agente, o qual se dirige a um outro, produtor, a fim de obter deste uma produção” (JORGE, 1997, p. 158). De acordo com Coelho (2006, p. 110), no instante em que o S<sup>1</sup> (significante) age na instância do Outro (A), campo estruturado pelo S<sup>2</sup> (saber inconsciente) em que os significantes se articulam, irrompe o \$ (sujeito clivado). O processo tem como produto o objeto *a*, o que resta de uma produção sempre incompleta. Lacan matematiza essa operação a partir da notação que segue.

$$\frac{S^1}{\$} \quad \rightarrow \quad \frac{S^2}{a}$$

$$//$$

Conforme a mesma autora (2006) essa operação, “tem uma importância toda particular na medida em que, entre os quatro discursos, ela se fixará no que [Lacan] enunciar[á] como discurso do mestre” (LACAN, 1992, p. 18 *apud* COELHO, 2006, p. 110). A designação desse discurso surge da dialética do senhor e do escravo, presente em uma parábola da *Fenomenologia do espírito* (HEGEL, 1992). Não remontaremos, aqui, a dita parábola, mas recuperamos a palavra de Lacan sobre ela e sobre a ideia hegeliana de que o servo alcançaria a liberdade pelo trabalho:

[s]em prejudicar a dialética hegeliana por uma constatação de carência, há muito levantada a propósito da questão do vínculo da sociedade dos senhores, mestres [...]. O trabalho, diz-nos ele, a que se submete o escravo, renunciando ao gozo por medo da morte, será justamente a via pela qual ele realizará a liberdade. Não há engodo mais manifesto politicamente e, ao mesmo tempo, psicologicamente. O gozo é fácil para o escravo e deixará o trabalho na servidão. (LACAN, 1998, p. 825 *apud* COELHO, 2006, p. 111).

Na modernidade de Weber, podemos substituir o medo da morte pela esperança da salvação como causa da renúncia do gozo pelo servo. No diálogo de Lacan com Hegel, o S<sup>1</sup> é posicionado como o “senhor”, que sustenta sua pretensa identidade unificada. O senhor procura sustento no mito de ser idêntico a si. O S<sup>2</sup> é posicionado como o “escravo”, o saber inconsciente. O produto dessa relação é o gozo, que é fácil para o escravo e impossível para o mestre pois ele é castrado (LACAN, 1992). O escravo tem, assim algum saber sobre a castração do senhor, uma vez que o sujeito clivado colocado no lugar da verdade atesta a impossibilidade de uma identidade unificada, que S<sup>1</sup> busca sustentar, e falha. É esse o impossível que o discurso do mestre busca contornar: o de que o sujeito castrado/clivado, posto em posição de verdade, regula as suas relações com o escravo e, logo, o senhor não ostenta uma imagem/identidade unificada, embora procure sustentá-la. É esse o funcionamento típico do discurso do mestre, do discurso de poder e de governo.

$$\frac{\textit{Mestre}}{\textit{sujeito barrado}} \quad \rightarrow \quad \frac{\textit{Escravo}}{\textit{gozo}}$$

$$//$$

A estrutura discursiva radical apresentada conformam a estrutura lógica de diversos discursos, com os quais guarda semelhanças, mas não total correspondência. Reconhecendo que os discursos do governante endereçados aos trabalhadores se inserem como discursos desdobrados do discurso do mestre, podemos questionar: qual imagem unificada/unificadora tenta construir? E, conseguintemente, qual incompletude tenta tamponar?

### 3 PERCURSO TEÓRICO-ANALÍTICO

#### VI

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*

À tecedura dos capítulos anteriores, realizamos as discussões teóricas que embasam a pesquisa. Tomando a AD como *locus* enunciativo e como campo de trabalho teórico-analítico, refletimos sobre a racionalidade ético-prática que conforma o espírito do capitalismo no Brasil, a saber, uma racionalidade que ocupa o entre-lugar da razão do homem cordial, ainda não superada, plástica e subjetiva, e da razão prática do capitalismo, a ética protestante do trabalho.

Visando apropriar-nos dessas discussões para o campo da AD, dedicamos atenção aos modos como essa racionalidade ético-prática opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação. A conclusão a que chegamos é a de que essa racionalidade é construída nos/pelos Aparelhos Ideológicos de Estado a partir da construção de certas imagens de trabalho. Pelo funcionamento da ideologia, assim, o proletariado se relaciona com suas condições reais de existência a partir de imagens de trabalho consolidadas pelas classes dominantes (que governam os AIE).

Ao explorar os conceitos de ideologia e de imaginário em AD, fez-se necessário que remetêssemos à noção de sujeito. Enquanto disciplina de entre-lugar, a AD articula os campos de seu quadro epistemológico a partir de uma teoria da

subjetividade de natureza psicanalítica e, por isso, o sujeito em AD é tanto assujeitado pela Ideologia, quanto clivado pelo inconsciente. Na busca de relações entre inconsciente e ideologia na constituição subjetiva, chegamos ao conceito de laço social: elemento estrutural que articula inconsciente e ideologia e que se refere à instância discursiva que regula as ações dos sujeitos e na qual se estabelecem as relações intersubjetivas. Ao trazê-lo para o campo da AD, propusemos que os laços sociais são conformados pelos AIE, haja vista que é no seu âmbito especular geral (dos AIE) que se estabelecem as relações intersubjetivas. Dado que o sujeito só se subjetiva na história através da *práxis*, faz-se necessário que os AIE (sobre)determinem o laço social como uma maneira de agenciar as economias libidinais que dão forma às ações do sujeito. Economias libidinais cooptadas pela razão ético-prática do sistema econômico à propósito da manutenção da submissão das forças produtivas e da reprodução das relações de produção detidas pela classe dominante.

Em resumo, nos capítulos anteriores, procuramos sustentar duas proposições fundamentais: as de que o trabalho se constitui como a forma de subjetivação, por excelência, da formação social capitalista e de que este é injungido à razão prática do sistema econômico em função das repercussões/ressonâncias dos Aparelhos Ideológicos de Estado à (sobre)determinação do laço social.

Agora, já lançados os princípios teóricos gerais do trabalho, podemos adentrar no âmbito dos procedimentos teórico-analíticos; resguardado, aí, o espaço para nosso gesto de leitura das imagens de trabalho nos discursos de Getúlio Vargas endereçados aos trabalhadores.

### **3.1 Prolegômenos às análises**

De que modo os imaginários perpetrados pela ideologia dominante determinam o discurso governamental? Melhor, especificamente, de que maneira os imaginários de trabalho sustentados pela ideologia capitalista constituem o discurso do governante?

O problema de pesquisa, acima recuperado, colocou-nos diante de uma questão complexa, de ordem teórica. A saber, as relações entre discurso, ideologia e imaginário no processo de constituição de sentidos. Visando confrontá-la, sem, no entanto, resolvê-la, chegamos à configuração do objetivo geral de analisar

representações imaginárias sobre o trabalho no discurso governamental e, em implicação dessas, suas inter-relações com as de trabalhador. Em recorte, assumimos como escopo as imagens instauradas na emergência do capitalismo competitivo no Brasil, período histórico em que o discurso governamental é fortemente injungido pela ideologia capitalista que, aí, estava em franco processo de consolidação.

Pautamos a noção de “capitalismo competitivo” nos escritos de Fernandes, especificamente, naqueles em que o autor se ocupa da interpretação sociológica da revolução burguesa no Brasil. Conforme Fernandes (2006), em uma possível categorização, o capitalismo no Brasil se desenvolve(u) em três etapas: a do mercado capitalista moderno, a do capitalismo competitivo e a do capitalismo monopolista<sup>23</sup>. O mercado capitalista moderno, entendido por Fernandes como uma fase de transição neocolonial, teria início com a abertura dos portos em 1808 e seu desfecho em meados do século XIX com a crise do sistema escravagista. Tal crise abriria espaço para o capitalismo competitivo, caracterizado pela disseminação e pela consolidação do mercado enquanto fator de diferenciação no sistema econômico; etapa marcada pela crescente industrialização e pela lógica desenvolvimentista, cujo auge se dá entre as décadas de 30/40 com a ruptura com a política do Café com Leite. A concretização do capitalismo competitivo abriu espaço ao capitalismo monopolista, que se institui em prol da reconfiguração do mercado em razão da “grande corporação”, da transnacionalização econômica (fruto da globalização) e do neoliberalismo; embora essas tendências sejam anteriores à década de 1950, o capitalismo monopolista assumiu caráter estrutural apenas após à ditadura civil-militar de 1964, ou seja, segunda metade dos anos 1980.

A opção por centrar a visão na segunda etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, paralela à consolidação da burguesia enquanto classe dominante, se dá pelo fato de que esse seria, *grosso modo*, o primeiro momento em que o capitalismo se torna estrutural no país, o que coincide com efetivação do Estado-nação e com a queda da monarquia. É característico desse momento o acirramento da luta de classes, com a recente primeira greve geral, de 1917, a necessidade de institucionalizar os movimentos operários e de calcar o trabalho, e os trabalhadores, sob a égide de códigos trabalhistas mais rígidos que assegurassem de um lado a propriedade privada e o livre comércio e, de outro, as “políticas sociais

---

<sup>23</sup> Outros sociólogos inserem uma quarta etapa, voltada à interpretação das formas do capitalismo contemporâneo: a do capitalismo de consumo.

produtivas” e os fundamentos do Estado de Compromisso; os últimos marcados pelo populismo.

O desenvolvimento do capitalismo competitivo coincide com o período histórico denominado Estado Novo. Compreendido como o Regime de Estado pós Revolução de 30, o Estado Novo pende entre características populistas e fascistas, que, aí, confundem-se com as posições do governante, o então ditador Getúlio Vargas.

Amplamente influenciado pela Carta do Trabalho (*Carta del Lavoro*), de Benito Mussolini, pela constituição semifascista polonesa de abril de 1935 e pelas encíclicas do Papa Leão XIII, em especial a *Rerum Novarum* (documentos que embasam a constituição de 1937) Vargas dá início ao Estado Novo como um Estado de Compromisso (ROWLAND, 1974), marcado pela ruptura interna da burguesia oligárquica de São Paulo com os setores periféricos da oligarquia fundiária e industrial. Essa ruptura é conciliada pela figura de Vargas com a criação do Conselho Nacional do Café e com o investimento estatal na expansão da indústria de base, por exemplo. Ainda, Vargas age como mediador entre os anseios das patronais da indústria e os setores trabalhistas, tanto ao apaziguar os ânimos dos trabalhadores com a concessão de direitos, quanto ao atuar na formação de mão-de-obra especializada para o sistema fabril e, conseqüentemente, ao institucionalizar medidas para a expansão da classe média. Desconstrói-se, dessa maneira, a ideia de que a esfera pública era gerida por um determinado estrato social, e a cena política passa a girar ao redor do ditador, populista; o que o desonera de assumir/sustentar posturas partidárias.

Em outra perspectiva, baixo a concepção de que o fascismo é uma *revolta dentro da ordem* (BERNARDO, 2015), podemos pensar o Estado Novo como um Regime, ao menos, semifascista. O Estado Novo assentou-se sobre o terreno da Revolução de 30, e, longe de a Revolução primar pela transformação social brasileira, foi uma resposta dos setores econômicos modernos (a Indústria) à resistência colocada pelas oligarquias monocultoras. Logo, a base do Estado Novo é a revolta dentro da ordem, cujo fim era o de radicalizar os mecanismos de dominação do proletariado e expandir os campos de ação das classes dominantes a partir da criação de novas instituições, como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939. Nesse contexto, são os ditames disciplinares e hierárquicos do exército quem dão forma à estrutura de governo do Estado Novo e reforçam os discursos ufanistas,

fazendo do Aparelho Repressivo (o Estado e as Forças Armadas) a imagem unificadora da Nação.

Dito isso, e afastando-nos (tanto quanto possível) da intenção de produzir uma historiografia do Estado Novo e de realizar uma biografia do seu governante, Getúlio Vargas, adentramos na próxima seção, na qual procuramos remontar as condições de produção do discurso em análise atreladas à configuração das formações discursivas.

### 3.1.1 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Em *Análise do discurso: princípios e procedimentos*, Orlandi (2015) nos lembra que, se o discurso é o objeto da Análise de Discurso, o texto configura-se como unidade de análise; unidade no sentido de um efeito imaginário de fechamento, já que o discurso é sempre constituído pela exterioridade, e, por isso, aberto. O texto, assim apreendido, é constituído por três ordens distintas: em relação aos demais textos, a da textualidade, em relação ao discurso, a da discursividade, e em relação à sua inscrição na história, da historicidade (ORLANDI, 1995). Segundo Orlandi (1995), quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa; enquanto materialização da língua, e, conseqüentemente, materialização do discurso, o texto inscreve-se porque possui discursividade, isto é, produz efeitos de sentido; e os textos representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento, porque dotados de historicidade.

Em relação à historicidade, o efeito-texto se produz porque irrompe na história a partir de determinadas condições de produção. Termo oriundo da análise de conteúdo (Cf. COURTINE, 2009), as condições de produção do discurso (CP) em AD “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” (ORLANDI, 2015, p. 28) em sua relação imbricada aos funcionamentos da memória. Na perspectiva de Courtine (2009), em AD, as CP não podem ser interpretadas como um *a priori* que produz o discurso, mas como uma tentativa de apreensão da conjuntura histórica em que o discurso se insere; sendo a história sem início e nem fim, e as condições de produção determinadas em razão da historicidade do texto, as CP são, também, um efeito de fechamento que possibilita ao analista realizar gestos de interpretação do texto enquanto situado na dispersão do discurso e da História.

Na perspectiva de Orlandi (2015), as CP podem ser compreendidas em sentido amplo, como condições sócio-históricas de produção do discurso, e em sentido estrito, como as condições imediatas de produção do discurso, que compreendem os elementos da cena discursiva. Ambas, ao estarem articuladas às relações de produção dos sentidos, colocam em evidência que “não há discursos que não se relacionem com outros”, uma vez que “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2015, p. 37).

Ao atentar às CP sócio-históricas do discurso do governante durante o Estado Novo, não há outro modo de situar-lhes, senão a partir dos processos políticos que levaram à consolidação do Estado e Novo e, devido ao seu caráter populista, às interrelações entre o processo político e a constituição da imagem do governante: Getúlio Vargas. Cabe, assim, uma distinção entre “Getúlio Vargas” enquanto sujeito histórico e “Getúlio Vargas” como sujeito-suporte da posição sujeito ditador (falaremos dessa posição mais adiante).

### 3.1.2 O DISCURSO DE GV SOB A ORDEM DA FORMAÇÃO DISCURSIVA DOS GOVERNANTES DE ESTADO E DA POSIÇÃO-SUJEITO DITADOR

Acreditamos que o eixo que articula os discursos do governante é, inexoravelmente, o político. Em AD, conforme propõe Cazarin, o político funciona “como representação das forças políticas em jogo no discurso, no qual interferem a história e a ideologia como constitutivas” (2004, p. 56). Longe de tratar-se do estudo especializado das práticas político partidárias, em AD, o político refere-se aos embates próprios da luta de classes como constituidores do discurso e, nesse sentido, “é resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes formações discursivas” (INDURSKY, 2002, p. 117).

A visão de Indursky (2002) é próxima à de Maingueneau (1997), para quem o universo discursivo (o interdiscurso) determina o campo discursivo e, conseqüentemente, o espaço discursivo. Segundo o autor, o universo discursivo compreende as distintas Formações Discursivas (FD) que coexistem e confrontam-se em uma determinada conjuntura, enquanto o campo discursivo é entendido como um conjunto, no âmbito do universo discursivo, de FDs que se delimitam em relações de confronto, aliança, aparente estabilidade/neutralidade, etc., e o espaço discursivo

“delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando, pelo menos, duas FDs que se supõe manterem relações privilegiadas para a compreensão dos discursos considerados” (CAZARIN, 2004, p. 36).

Desprendendo-nos de qualquer intenção de cristalizar e/ou tipologizar os discursos do governante, parece-nos necessário situá-los em relação à sua exterioridade, uma vez que esse movimento nos permitirá chegar às posições assumidas pelo sujeito-suporte em relação a determinado domínio de saber. Para isso, vejamos a Sequência Discursiva de Referência a seguir, recortada do pronunciamento de 1º de maio de 1943 de Getúlio Vargas, referente ao Dia do Trabalhador:

**SDRO** – Neste Primeiro de Maio, aproveitando o ensejo de falar-vos diretamente, quero lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores, de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político.

Primeiramente, ao observar a situação interlocutiva, são depreensíveis os protagonistas do discurso: o governante que enuncia para um “vos” que, aí, a partir da situação, é preenchido pelos trabalhadores. O político emerge pela relação de desigualdade posta entre o governante e os trabalhadores: o primeiro fala e arbitra, enquanto os últimos “ouvem”. O político emerge, ainda, pela tentativa conciliatória: há necessidade de aumentar a inscrição de trabalhadores nos sindicatos, não em vistas de alterar-lhes a *organização, a estrutura ou a finalidade*, mas sim de que os trabalhadores, efetivamente, participem das resoluções do governo. Deixa-se em segundo o plano, aí, o fato de que aumentar o número de trabalhadores sindicalizados altera, necessariamente, sua *organização* e sua *estrutura*, uma vez que mais amplas, e sua *finalidade*, já que não é a de, especificamente, garantir os direitos dos trabalhadores, mas a de levar os trabalhadores a influir, de dentro da estrutura estatal, no *caráter econômico, social e político*. Por isso, estruturalmente, os sindicatos não são autônomos, já que assumem a ordem de Aparelho de Estado.

Frente a esse recorte, representativo, podemos configurar como campo discursivo de referência o político, e, no seu seio, podem ser regionalizados, minimamente, dois domínios de saber em relação de confronto, que conformam o

espaço discursivo: o dos governantes de Estado, que concatena os saberes relativos às formas de governar, e o dos trabalhadores brasileiros, que “abriga os saberes e as demandas dos trabalhadores” (CAZARIN, 2004, p. 58)<sup>24</sup>. Dado o caráter conciliatório do discurso do governante, o discurso do outro (dos trabalhadores) emerge, aí, a partir de imagens do governante sobre os trabalhadores e de imagens do governante sobre o referente, o trabalho. Nesse sentido, considerando as suas CP, e antecipando os gestos interpretativos da seção 3.2, o governante (sujeito-suporte) toma posição em relação à FD que o domina (a dos governantes de Estado) a partir da posição-sujeito ditador que regula, aí, aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que poderia e deveria dizer, por exemplo, um monarca, ou um presidente democraticamente eleito.

Dito de outro modo, de maneira sistematizada: Vargas (enquanto sujeito-suporte) subjetiva-se ao ser interpelado pela posição-sujeito (PS) ditador que, na conjuntura social e política do Estado Novo, assumia a dominância da FD dos governantes de Estado. Nesse processo, o sujeito constitui-se discursivamente em oposição/alteridade com as diferentes posições-sujeito que constituem a FD dos governantes de Estado e, diametralmente oposta, à FD dos trabalhadores brasileiros. Essas duas FD conformam o espaço discursivo da pesquisa, inserido no campo discursivo do político que, por sua vez, é uma regionalização do universo discursivo, o interdiscurso.

Adentramos, no entanto, em uma articulação complexa que atravessa a configuração dessas FD e respectivas formações ideológicas em que se inscrevem. Dentre os elementos que aí ressoam, cabe destacar três: primeiro, o de que, na década de 30, como interpreta Fernandes (2006), o Brasil adentrava no capitalismo competitivo e, por isso, deslocava-se da ordem de uma formação-social de transição neo-colonial, “pré-capitalista”, para uma formação social capitalista; segundo, o de que, por a década de 30 ser um período histórico de transição, o Estado Moderno, e seus Aparelhos não estavam consolidados e coexistiam com os restos da formação-social pregressa – operavam, portanto, no entrelugar dos agenciamentos moderno e pré-capitalista do trabalho; e, por fim, o de que o capitalismo competitivo não é

---

<sup>24</sup> Preferimos designar, assim, as FD (a dos governantes de Estado e a dos trabalhadores brasileiros), com o emprego do adjunto adnominal ‘brasileiros’, dada a necessidade de especificar que os saberes de uma FD são determinados pela estrutura social, uma vez que nela emergem. Por isso, ‘brasileiros’ funciona como uma delimitação dos saberes referentes às formas de governo e de trabalho (sumariamente) condicionadas às particularidades do processo de constituição do Brasil enquanto formação social.

engendrado por uma revolução burguesa, propriamente dita, mas por uma revolução burguesa-militar em que o Aparelho Repressivo toma o *front* nas disputas pelo poder entre as classes reminiscentes pré-capitalistas (as oligarquias monocultoras rurais, cuja origem remonta ao Brasil Império) e a burguesia emergente industrial e urbana.

Ao relacionar esses aspectos conjunturais à configuração das FD que determinam o discurso do ditador, em relação às formações ideológicas (FI) que as inscrevem, não podemos dizer, meramente, que FD dos governantes de Estado, aí, é dominada pela posição-sujeito ditador. Antes disso, faz-se necessário ponderar que a Formação Ideológica Política, aí, não é dominada pelo AIE Político, mas pelo próprio Aparelho Repressivo de Estado, em seu funcionamento secundário pela ideologia (ALTHUSSER, 1996), uma vez que a instância da qual emana o poder centralizador é a jurídico-política, representada pelo exército. Melhor dizendo, a FI Política corresponde a uma ideologia particular realizada no/pelo ARE que, nesse ponto, configura-se como estrutura centralizadora do Estado.

Considerando essa proposição, a PS Ditador não é, apenas, dominante no âmbito da formação discursiva, mas hegemônica<sup>25</sup>, uma vez que intimamente atrelada à consolidação da formação social capitalista e, conseqüentemente, da ideologia do capital. Por esse motivo, em vistas da necessidade de constituir mecanismos de interpelação dos sujeitos à ideologia do capital, a FI Política funciona com o objetivo de criar Aparelhos que expandam a sua dominação. Os trabalhadores, até esse período, estabeleciam uma relação “natural” (servil) com sua prática laboral. Em vistas de instar esses sujeitos à ordem da ideologia capitalista, o ARE desdobra-se em instituições, também centralizadoras, mas que operam, em primeiro plano, a partir do funcionamento ideológico. A primeira delas, é o Sindicato Oficial que, diferente da função das associações de classe autônomas, configuram-se como “para-choques” das tendências antagônicas, isso é, como lugar de conciliação da luta de classes. Põe-se em jogo, então, o AIE Sindical como mecanismo de interpelação dos trabalhadores à ideologia do capital. Trabalhadores que, até então, relacionavam-se com suas condições reais de existência pelas formas pré-capitalistas de agenciamento do trabalho, de sua racionalidade e de sua economia libidinal.

---

<sup>25</sup> Em um regime ditatorial, a PS Ditador é hegemônica porque somente ela pode dizer e somente seus interesses podem ser ditos. Os saberes autorizados pelas demais PS devem ser, portanto, perseguidos e silenciados.

Dessa maneira, a FD em que o discurso do ditador se insere, a dos governantes de Estado, pode ser redesignada como a FD do Ditador. Isso em razão do caráter populista que a domina, e que se coloca Ideologia de Estado. Na perspectiva adotada por Bottomore (2001), o *populismo* é um sintagma polissêmico utilizado para mobilizar uma série de concepções esparsas, todas pautadas pela tentativa de dar contorno a certos movimentos sociais e políticos, ou, ainda, à determinadas ideologias e Políticas de Estado. Dentre os contextos em que a palavra tem sido empregada, podem ser distinguidos, quatro, especificamente, os mais proveitosos.

Em primeiro lugar, *populismo* é uma expressão mobilizada para designar os movimentos radicais do Sul rural e Oeste norte-americanos surgidos no final do século XIX. A base do populismo nos Estados Unidos era a articulação entre as demandas dos agricultores independentes, então predominantes no meio rural, e a voz dada às suas suspeitas e denúncias em relação à concentração de poder econômico pelos bancos e instituições financeiras, pelos especuladores agrários e pelas companhias ferroviárias (BOTTOMORE, 2001). As pautas desses agricultores, que não eram camponeses, eram relativas à política fiscal e à reforma monetária, somadas à reivindicação do direito de livre cunhagem de prata a fins de combater a depressão econômica do setor agrário no período.

O segundo caso é o do *populismo russo*,

uma corrente que teve vários aspectos e influenciou homens e movimentos tanto revolucionários como não-revolucionários. As concepções básicas do populismo consistiam de uma teoria do desenvolvimento não-capitalista e da ideia de que a Rússia podia e devia prescindir da etapa capitalista e edificar uma sociedade socialista, igualitária e democrática, com base na força da comuna camponesa e da pequena produção de mercadorias, pois o populismo era hostil à organização da produção em grande escala. (BOTTOMORE, 2001, p. 289).

O terceiro contexto no qual a expressão *populismo* surge é o de Ideologia de Estado que assume visões de desenvolvimento nacional e de sociedade bastante próximas à dos populistas russos. Como exemplo de formação social em que essa ideologia se conforma, Bottomore (2001) cita a Tanzânia, país que propôs uma estratégia de desenvolvimento de base rural e de baixa escala de produção, rechaçando a grande indústria pela busca de um processo de desenvolvimento não-capitalista (ao menos no discurso manifesto).

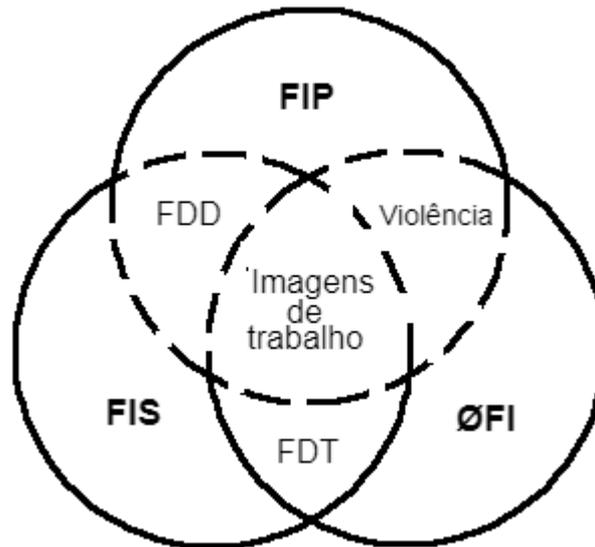
Por fim, Bottomore (2001) recupera o quarto caso de em que o *populismo* é mobilizado: como Ideologia de Estado “populista” em nações latino-americanas. Nesses espaços, o populismo assume a ordem de uma estratégia política empregada pelas débeis burguesias locais com a pretensão de constituir alianças com as classes subalternizadas, contra as oligarquias fundiárias. A razão dessas alianças seria a de, em última instância, viabilizar a industrialização. Segundo o autor (2001), essa acepção de populismo é a inversão do populismo russo, como ideologia de movimentos sociais de base rural que entram em conflito com as forças/classes dominantes do Estado. Os casos proeminentes de populismo na América Latina são os do Brasil de Vargas e de seus herdeiros e o da Argentina Peronista. No caso brasileiro, uma característica fundamental do populismo é a sua retórica, que funciona sob o objetivo de mobilizar o apoio dos grupos subalternizados. Há, aí, uma hipervalorização do Estado, entretanto, essa forma de populismo orbita ao redor da atração pessoal a um líder carismático e da fidelidade pessoal do “povo” a ele, cujas bases é um sistema complexo de “proteções e de paternalismo” (BOTTOMORE, 2001, p. 290).

A ideologia populista, diante disso, é anti-intelectual, moralista e emocional. Coloca a sociedade como constituída por massas populares impotentes e de grupos poderosos que se colocam contra elas. Entretanto, como observa Bottomore (2001), “a luta de classes não é parte da retórica populista, que prefere glorificar o papel do líder como protetor das massas” (p. 290). O autor propõe, então, que não designemos essa ideologia de estado como “populismo”, mas sim como *personalismo*, uma ideologia de estado que guarda conexões e afinidades com o fascismo.

Dado o caráter personalista da formação social, nesse período, populista, o discurso de Vargas se inscreve em uma FD particular, constituída no entremeio da FI Política e da FI Sindical, esta abrigada pelo AIE Sindical, primeiro desdobramento do funcionamento ideológico do ARE.

Inspirados pelo nó Borromeano de Lacan, visando topografar o quadro das formações ideológicas e das formações discursivas que atravessam o discurso do ditador, chegamos à seguinte imagem:

**Figura 1** – Nó borromeano (FI e FD que determinam o discurso do ditador)



Fonte: elaboração própria

A fim de que possamos ler a figura, cabe distinguir seus elementos representados por siglas: FIP corresponde a formação ideológica política; FIS a formação ideológica sindical; ØFI a ausência de formação ideológica (ou formação ideológica neo-colonial/pré-capitalista); FDD a formação discursiva do ditador; FDT a formação discursiva dos trabalhadores brasileiros.

Através dessa topografia, buscamos ilustrar que o discurso do ditador endereçado aos trabalhadores brasileiros emerge de um fenômeno complexo da estrutura social. Dois dos aspectos principais desse nó são a constituição de uma formação ideológica a partir do funcionamento secundário, pela ideologia, do Aparelho Repressivo, e a ausência de uma formação ideológica (moderna) que mediatize as relações dos trabalhadores com suas condições de existência no que diz respeito ao modo de produção capitalista – o capitalismo, aí, não estava consolidado, assim como os próprios AIE não estavam. Em razão da necessidade de injungir os trabalhadores à ideologia do capital, o ARE, e a FI que lhe corresponde, desdobra-se em outros AIE que possam exercer essa função<sup>26</sup>. O ARE, nesse ponto, não poderia assujeitar, diretamente, os trabalhadores, uma vez que sua função primária é a da repressão e

<sup>26</sup> Os AIE instauram-se onde o ARE falha (ALTHUSSER, 1996).

essa relação direta se daria pela violência e, logo, por uma quebra no sistema discursivo.

No entremeio da FIS e da ØFI é configurada a FDT: nesse período histórico, atravessada tanto pelos saberes/práticas referentes ao âmbito institucional, capitalista, quanto pelos saberes/práticas mobilizados na fase de transição neocolonial/pré-capitalista<sup>27</sup>.

No nó, há duas possibilidades práticas para o sujeito que se inscreve na FDD: seguir pela esquerda do nó e dirigir-se aos trabalhadores em razão de “convidá-los” para se subjetivarem na FDT pela mediatização da FIS, ou, seguir pela direita e, pela violência, reprimi-los, uma vez que resistem à FIS porque permanecem assujeitados ao conjunto complexo de atitudes e representações da ØFI. Urge, portanto, interditar a ØFI, uma vez que ela faz furo na FIS, que não é plena, portanto.

Com o advento de outros vieses ideológicos no âmbito das associações autônomas de trabalhadores, como o anarquista, o comunista e o socialista, poderíamos configurar uma outra formação ideológica para ocupar o lugar da ØFI: a anticapitalista (FIA). Essa seria constituída pelo avesso em relação à ideologia do capital e, na conjuntura do Estado Novo, pela reversibilidade do nó, estaria submetida a duas possíveis interpelações pelo discurso do ditador: submeter-se à ideologia sindical e aos saberes que dela derivam, ou ser reprimida pela violência, funcionamento primário do ARE.

No entrelaçamento do nó, temos, como produto, a sobredeterminação dos imaginários de trabalho que (se) constituem (n)o discurso do ditador: heterogeneamente constituídos, são simultaneamente atravessados pelos domínios da FDD e da FDT, nas quais emerge uma SDR em comum: “o trabalho dignifica”.

Nesse quadro constitutivo, e na cena em que o discurso do ditador é produzido, constitui-se o laço-social. Em razão do seu caráter autoritário, em que temos um discurso produzido pelo governante e endereçado ao trabalhador, coloca-se o discurso do ditador como estruturado pelo laço do mestre lacaniano. Preenchendo os elementos e as posições do enlace, podemos chegar à seguinte estruturação:

---

<sup>27</sup> Diante da necessidade de amadurecermos nossa leitura (em futuros trabalhos), aqui, ao invés de tomarmos partido de uma ou de outra perspectiva sociológica, que seria indiciada pelo emprego do termo “feudal(ismo)”, optamos por utilizar um sintagma indefinido – no caso, pré-capitalista.

$$\frac{\textit{Governante}}{\textit{sujeito barrado}} \quad \rightarrow \quad \frac{\textit{Trabalhador}}{\textit{gozo}}$$

O discurso do governante inscreve-se na estrutura do discurso do mestre sob uma economia libidinal neurótica. O governante é assentado como S<sup>1</sup>, significante primário, que busca sustentar uma imagem unificada e absoluta de si. O trabalhador é colocado como S<sup>2</sup>, o saber inconsciente. O produto dessa relação é o mais-de-gozar que, para o “servo moderno”, deve ser renunciado em razão da esperança de salvação. Entretanto, como pensa Lacan (1992), o gozo é fácil para o escravo e impossível para o mestre, pois ele é castrado. O trabalhador, então, suspeita da natureza castrada do governante, visto que o sujeito clivado que ocupa lugar da verdade coloca a impossibilidade de uma identidade unificada, que o governante busca sustentar, e falha. Dito isso, estruturalmente, o discurso do governante opera com três imagens: a de si, que pretende completa e unificada(-ora), a do outro, que pretende submetido, e a do referente, utilizada como instrumento para o refreamento do gozo alheio que, caso cumprido, atestaria sua constituição de ser-em-falta.

No laço social, assim constituído, “o mestre deve ser obedecido – não porque nos beneficiaremos com isso ou por alguma outra razão desse tipo – mas porque ele assim o diz. Não há razão para que ele tenha poder: ele simplesmente tem” (FINK, 1998, p. 161). Redesignando-se os termos lacanianos, e deslocando-os da clínica para a crítica histórico-social e para a interpretação materialista dos processos discursivos, o ditador (representado pelo S<sup>1</sup>) dirige-se ao trabalhador (S<sup>2</sup>). Parafrazeando o processo traçado por Fink (1998, p. 161), o trabalhador, ao trabalhar duro para o mestre, aprende que ele vem a encarnar o saber/algo produtivo representado por S<sup>2</sup>. Entretanto, o ditador não se preocupa com o saber: desde que seu poder seja mantido, ou aumente, desde que tudo “funcione bem”, tudo estará bem. Considerando o ditador como mestre e o trabalhador como servo, o objeto a posicionado no canto inferior-direito do quadro do laço social representa o excedente produzido: a mais-valia. “Esse excedente derivado da atividade do trabalhador é apropriado pelo [ditador] capitalista e poderíamos presumir que ele, direta ou indiretamente, proporciona algum tipo de prazer a este último: o mais-gozar” (FINK, 1998, p. 161). Reiteramos, diante disso, que o mestre não pode demonstrar quaisquer fraquezas e, conseqüentemente, deve ocultar com zelo o fato de que ele, como

qualquer sujeito de linguagem, sucumbiu à ordem do simbólico, à castração. A “divisão entre inconsciente e consciente (\$) acarretada pelo significante é velada no discurso do mestre e aparece na posição de verdade: a verdade dissimulada” (FINK, 1998, p. 161) que emerge na cadeia significante, no máximo, sob as formas de um semi-dito.

### 3.1.3 DO DOMÍNIO DE SABER À CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E DOS *CORPORA*

Em função da configuração do espaço discursivo da pesquisa, foi-nos possível chegar à configuração das FD em relações às quais o discurso do governante (doravante, discurso do ditador) se constitui. A partir desse primeiro gesto, que já é interpretativo, podemos chegar à configuração do arquivo. Conforme Pêcheux, o arquivo compreende um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (1994, p. 57). Sob esse ponto de vista, o arquivo opera na dispersão dos documentos pertinentes às temáticas de interesse do analista e, por isso, tal como as FD, realiza-se como uma regionalização de saberes. Por isso, o arquivo é constituído por aquilo que pode e deve ser arquivado em relação a certa questão. Sua natureza é, por tanto, heterogênea, já que determinada pela exterioridade do complexo da dispersão dos documentos e pela sua incapacidade de fechamento.

Essa realidade coloca em articulação o “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 1994 p. 57). No imbricamento do trabalho do arquivo na ordem da memória, o analista lê o arquivo em relação à sua discursividade e à sua historicidade. O que instaura o gesto de leitura do analista como único e irrepetível, e, por isso, impossível de se exaurir em relação ao arquivo que, por si, é materialização de uma leitura e sempre passível de ser lido de um outro modo.

Isso posto, a constituição do arquivo, segundo Pêcheux (1994), relaciona-se aos gestos de leitura que, por sua vez, incidem para a possibilidade de maneiras-outras de ler, de apreender e de apropriar-se dos documentos do arquivo, seja ele experimental ou institucional. Por tanto, parece-nos interessante distinguir o arquivo a partir de duas acepções: como o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão, e como o produto do gesto interpretativo e de sistematização do analista postos sobre esses documentos. Para fins de operacionalização

metodológica, dar-lhes-emos as designações de, respectivamente, arquivo institucional e de arquivo de análise, sendo o segundo um recorte do primeiro.

A partir da configuração do arquivo, chegamos à configuração dos *corpora*. Orlandi (2015) afirma que o trabalho de análise tem início com a configuração do *corpus*, “delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções” (p. 64-65). Isso se dá devido à AD ter “um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho” (p. 65).

Os ‘recortes’ operados no corpus, e no arquivo, são representações “correlacionadas de linguagem e situação” (ORLANDI, 1984), ou melhor, são unidades discursivas, fragmentos de uma situação discursiva. Assim sendo, nas palavras de Orlandi (2015), o “objeto discursivo não é dado” (p.64); ele pressupõe um esforço do analista e para chegar a ele é necessário, em um primeiro momento, “converter a superfície linguística (o corpus bruto) [...] em um objeto teórico” (p. 64), “objeto linguisticamente dessuperficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de realidade do pensamento” (p. 64).

Dito isso, conforma o arquivo institucional um total de cento e dezenove pronunciamentos de Getúlio Vargas (ANEXO 1) disponibilizados pela Biblioteca da Presidência da República. Em razão do escopo da pesquisa, tomamos apenas aqueles proferidos durante o Estado Novo (10 de novembro de 1937 - 29 de outubro de 1945), documentos registrados em sua forma transcrita, único registro material de boa parte das declarações. Temos, portanto, um arquivo institucional ligado, diretamente, aos interesses do Estado e de consolidação de sua narrativa histórica. Nesse contexto, nem tudo deve ser arquivado, e, tampouco, tudo deve vir à tona para o público. Operamos, por tanto, com uma falta: a de desconhecer os lugares em que o Estado interdita o arquivo.

A partir do arquivo institucional, configuramos o arquivo analítico em quatro pronunciamentos de Getúlio Vargas alusivos ao dia do trabalhador e endereçados aos trabalhadores brasileiros; boa parte deles proferidos no Estádio São Januário diante de grande massa popular e difundidos via rádio. São eles os de 1º de maio de 1938 (ANEXO 2), de 1940 (ANEXO 3), de 1943 (ANEXO 4) e de 1944 (ANEXO 5). Aí, remontamos os pronunciamentos mais afinados ao tema da pesquisa, o trabalho. Faltam, entre eles, no entanto, os pronunciamentos de 1º de maio de 1939, de 1941,

de 1942 e de 1945. Anos em que, sabidamente, Vargas fez discursos sobre o Dia do Trabalhador, mas seus registros não contam no arquivo institucional. Curiosamente, como vimos na seção das condições de produção, esses três anos, em específico, foram politicamente conturbados, principalmente nas relações do governo com os trabalhadores e com os sindicatos.

### 3.1.4 DESSUPERFICIALIZAÇÃO DA MATERIALIDADE SIGNIFICANTE: AS CONSTRUÇÕES RELATIVAS E CONSTRUÇÕES DE CLIVAGEM COMO EXCESSOS CONTINGENTES

Assim, configurado o arquivo, chegamos à delimitação dos *corpora* empíricos: coincidem com os quatro pronunciamentos que integram o arquivo. À sua dessuperficialização, partimos dos pressupostos de Ernst. Em trabalhos publicados em 2009 e 2011, a autora propõe as noções de *falta*, de *excesso* e de *estranhamento* como categorias aplicáveis à interpretação/constituição do *corpus* discursivo. Especificamente sobre a categoria do excesso, e, antiteticamente, a seu par, a falta, Ernst (2009) defende que esse pode estabelecer “o ponto a partir do qual o processo de interpretação pode ser realizado pelo analista” (p. 3). Tomando por base os estudos de Authier-Revuz no campo das heterogeneidades enunciativas, a analista de discurso (2009) caracteriza o excesso como estratégia discursiva que se constitui por aquilo que está demasiadamente presente no discurso. Assim, o excesso toma forma material tanto no intradiscurso, em que o emprego do sistema gramatical pode ser considerado um “acréscimo contingente”, quanto no interdiscurso/memória discursiva, por meio da reiteração incessante de saberes alheios ou internos à formação discursiva dominante que, por sua vez, tomam formas distintas na formulação.

Assumindo os princípios teórico-analíticos propostos por Ernst, ao dessuperficializar o corpus empírico, atentamos a uma forma de excesso que se institui como regularidade nos discursos do governante: no intradiscurso, a recorrência de construções de clivagem e de orações relativas do tipo “É X que P”. Antes de chegar aos recortes que realizamos no processo de dessuperficialização dos *corpora*, vejamos, a seguir, alguns apontamentos sobre a relativização e sobre a clivagem em AD.

### 3.1.4.1 Sobre as construções relativas e construções de clivagem

Como visto anteriormente, as noções de língua e de discurso não se confundem em Análise de Discurso, mas estão imbricadas, uma vez que é a partir das normas internas da língua que se desenvolvem os processos discursivos – e só podem ser compreendidos na medida em que os processos ideológicos simulam os científicos (PÊCHEUX, 2014, p. 81-82). O sistema linguístico não é mobilizado “acidentalmente” pelos sujeitos falantes, e tampouco os processos discursivos não podem ser concebidos como “expressões de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (PÊCHEUX, 2014, p. 82).

Diante da necessidade de explicar a maneira como os processos discursivos se constituem em relação à ordem da língua, Pêcheux (2014) se vale dos estudos linguísticos sobre as formas da relativização, ou, melhor, sobre as construções oracionais relativas explicativas (apositivas) e determinativas (restritivas). Nesse entremeio, o autor salienta a necessidade de deslocar a teoria linguística para fora dos seus domínios quando apropriada pela teoria materialista do discurso. Postura corroborada por Courtine (2009) ao dizer que ao analista de discurso cabe, necessariamente, aprender a ser linguista e, em seguida, deixar de sê-lo.

A preocupação do autor é, aí, a de explorar, através da relação explicação/determinação, as “disjunções” entre o objeto técnico-empírico da Linguística e o objeto especulativo-fraseológico da ciência das Formações Sociais<sup>28</sup>. Nesse intento, ao opor língua e discurso, Pêcheux afirma que a base linguística (as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas) é organizada por leis internas, relativamente autônomas, que acabam por constituir a língua como objeto da Linguística e, sobre essa estrutura sistematizada, desdobram-se os processos discursivos. Logo, numa teoria materialista dos processos discursivos, voltada à materialidade do sentido, o estudo da base comum deve ser realizado a partir das práticas discursivas; e, uma vez que a explicação e a determinação servem como referência para esse estudo, em AD, só podem ser apreendidas no seio de práticas efetivas.

---

<sup>28</sup> Lembremo-nos, aí, dos efeitos ideológicos de tipo A e B sobre os quais Herbert (1995) se debruça em *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Cf. capítulo 1 desta dissertação.

Em *Determinação, formação do nome e encaixe*, Pêcheux (2014d) se dedica, especialmente, a essa temática. Em sua argumentação, primeiramente, recupera o enunciado fregueano “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”. Frege o comenta longamente;

se a subordinada tivesse por sentido um pensamento, deveria ser possível exprimi-lo por meio de uma proposição independente. O que é impossível, pois o sujeito gramatical “aquele que” não tem um sentido independente; ele garante a ligação com a proposição que se segue: “morreu na miséria”. Decorre daí que o sentido da subordinada não é um pensamento completo, que sua denotação é Kepler, e não um valor de verdade. Poder-se-ia objetar que o sentido do todo inclui como parte um pensamento, a saber, o de que existiu alguém que pela primeira vez descobriu a forma elíptica das formas planetárias. De fato, se se aceita como verdadeira a proposição em seu todo, não se pode negar essa parte. Isso é indubitável, mas apenas porque, em caso contrário, a subordinada “que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” não teria denotação alguma. Quando se faz uma afirmação, pressupõe-se sempre que os nomes próprios empregados, sejam eles simples ou compostos, têm uma denotação. Portanto, quando se afirma “Kepler morreu na miséria”, pressupõe-se que o nome “Kepler” esteja designando alguma coisa. Mas o pensamento de que o nome ‘Kepler’ esteja designando um indivíduo não está, porém, contido no sentido da proposição “Kepler morreu na miséria”. Se fosse esse o caso, a negação dessa proposição não seria:

“Kepler não morreu na miséria”,

mas sim

“Kepler não morreu na miséria ou o nome ‘Kepler’ não denota nada”.

Mais do que isso, a pressuposição de que o nome ‘Kepler’ designa alguma coisa vale tanto para a afirmação:

“Kepler morreu na miséria”

quanto para a afirmação oposta. (FREGE, 1978, *apud* PÊCHEUX, 2014d, p. 85-86).

Sobre essa citação, Pêcheux (2014d) faz algumas observações. A primeira é a de que Frege emprega sintagmas próprios da linguística estruturalista de sua época, como “subordinada”, “sujeito gramatical” e “proposição independente”; ao fazê-lo, o lógico indicia alguma relação entre o funcionamento da língua e o funcionamento do “pensamento”. Nesse contexto, ao distinguir essas duas instâncias, Frege pensa que o funcionamento da língua induz no “pensamento” uma ilusão (posição de existência). Devido ao seu *locus* enunciativo, o de lógico, Frege não explora as possíveis relações linguísticas entre esse funcionamento e outros, e tampouco observa se esse é um funcionamento linguístico sistemático. Sua resolução é a de que essa “ilusão provém de uma imperfeição da linguagem, da qual o simbolismo da análise matemática não está totalmente livre” (FREGE, 1978, *apud* PÊCHEUX, 2014d, p. 87). A constatação de Frege, portanto, é a de que as ilusões na linguagem, que incidem sobre o pensamento, só são possíveis pois a língua é inacabada, natural, mal feita; suas redes

abrigam o impossível das armadilhas e das ambiguidades, que poderiam desaparecer em uma língua “bem feita”, a matemático-científica.

Pêcheux (2014d) se serve desses apontamentos para prevenir-se da concepção logicista, a qual concebe as concepções ideológicas e políticas como resultantes de “imperfeições” da linguagem. Essa visão calcaria o político e a ideologia a uma ordem de problemas crassos, uma vez que seriam resolvidos caso todos se dessem ao trabalho de deles escapar. Pêcheux, por outro lado, discorda. Para tanto, retoma em Frege a distinção entre a *designação de algo*, por um lado, e a *afirmação sobre esse algo*, de outro. No contexto do enunciado anteriormente exposto, o “algo” que é designado na frase é alguém, que, aí, é ‘Kepler’. Por sua vez, a afirmação se refere à situação econômica de Kepler quando de sua morte, uma verdade que pouco tem a ver com a sua descoberta das leis dos movimentos dos corpos celestes. Exceto, para Pêcheux (2014d), em uma situação moral e/ou religiosa em que a miséria é opróbio para os esclarecidos, uma vez que o conhecimento é uma transgressão às leis divinas - o que daria sentido à asserção “Kepler que descobriu [...] morreu na miséria”. A intenção de Frege, entretanto, não é a de atentar aos efeitos de sentido decorrentes do funcionamento da linguagem, mas o de descrever a relação formal entre a proposição em seu todo, como “pensamento”, e a relativa que nela se inscreve como objeto de pensamento.

A ilusão à qual o lógico se remete, aí, é aquela por meio da qual um objeto do pensamento induz no pensamento a existência de um alguém específico, um sujeito absolutamente único (no caso, Kepler, o primeiro a descobrir a forma elíptica das órbitas planetárias, nascido em 1571 e morto em 1630). Em outras palavras, essa ilusão provém da imperfeição da linguagem, em que um objeto de pensamento pressupõe a existência real de um objeto que ele designa.

Frente a essa proposição fregeana, Pêcheux questiona,

deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu, na qual o discurso do ateísmo militante nega, na “proposição em seu todo”, a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada? Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação*, *distância* ou *discrepância* na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase? (PÊCHEUX, 2014d, p. 88-89).

Essas indagações levam Pêcheux (2014d) a pensar as relativas como formas de inscrição de pré-construídos. O termo ‘pré-construído’ tem sua idealização nos estudos de Paul Henry (2013), e designa a uma construção anterior e exterior e independente oposta ao que é construído pelo enunciado. É, aí, o efeito discursivo ligado ao encaixe sintático; em Pêcheux, especificamente, o encaixe sintático nas construções de subordinativas adjetivas. Sob essa perspectiva, a ilusão da qual fala Frege não é simples efeito de um fenômeno sintático, de uma imperfeição da linguagem. Pelo contrário, o fenômeno sintático da relativização é a

“condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios de pensamentos’, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos pré-construído” (PÊCHEUX, 2014d, p. 89).

Portanto, os pré-construídos atestam a separação fundamental entre o pensamento e o objeto do pensamento, sendo que este antecede o primeiro, marcado pela disjunção entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito se depara com um desses domínios como o “impensado de seu pensamento”, que, necessariamente, pré-existe em relação ao sujeito. Articulando a noção de pré-construído ao domínio do interdiscurso e das formações discursivas, podemos dizer que esse é uma das formas da inscrição da exterioridade do interdiscurso na atualização do dizer (o intradiscurso), que só pode existir porque regulado por uma certa formação discursiva. Assim, o pré-construído faz emergir o discurso-outro no fio do discurso; sendo o discurso-outro um saber que, primariamente, não pode e não deve ser dito pelo sujeito, por determinação da forma sujeito dominante da FD, e que, ainda assim, emerge na cadeia significativa.

Courtine (2009), a partir dos trabalhos de Pêcheux (1994d) e de Henry (2013) sobre encaixe sintático, desenvolve seu estudo sobre as formas clivadas (aparentadas às orações relativas) de tipo “é X que P”, e de suas variações “o que é P é X” e “X é o que P”, em que ‘X’, em termos pêcheuxtianos, é a designação de algo, o sujeito sintático, e ‘P’ é a afirmação sobre esse algo. Às formas “é X que P”, Courtine (2009) correlaciona os processos discursivos de tematização do discurso. O tema de discurso<sup>29</sup>, conforme o autor, sumariamente, pode ser compreendido como “um

---

<sup>29</sup> Hoje, a noção *tema discursivo* é pouco utilizada em AD, embora sua mobilização tenha sido recorrente na AD1. A partir da década de 80, foi apropriado, principalmente, pelas Teorias do Texto.

elemento que figura no intradiscurso de uma sequência cuja importância é acentuada, marcada na cadeia. Um tema de discurso carrega assim uma marca de ênfase” (COURTINE, 2009, p. 158). Ainda, o tema de discurso pode ser compreendido como um elemento que é identificado, enquanto tal, pelo próprio discurso. Logo, a presença de um tema de discurso em uma determinada formulação presume alguns efeitos de sentido, como “é disso que falo (e não de outra coisa)” / “é isso que é objeto de meu discurso”, ou, ainda, “é isso que quero dizer quando falo aquilo” / “esse elemento do meu discurso significa isso”.

Conforme Brito e Duarte (2003), as estruturas clivadas tratam-se de construções sintáticas nas quais o verbo *ser* com pronomes relativos (*é que*) permitem colocar em destaque grande parte dos constituintes de uma oração (exceto alguns advérbios e orações adverbiais condicionais e concessivas). Segundo as autoras (2003, p. 685), o português admite o seguinte elenco de construções de clivagem (1):

- (1) (a) Foi o trabalhador o que o Estado explorou  
 (b) Foi o trabalhador que o Estado explorou  
 (c) O que o Estado explorou foi o trabalhador  
 (d) O trabalhador foi o que o Estado explorou  
 (e) O trabalhador é o que o Estado explorou  
 (f) O Estado explorou foi o trabalhador

Os exemplos expostos em (1) partilham entre si a característica de terem “condições de verdade idênticas” (BRITO; DUARTE, 2003, p. 685) à frase simples indicada em (2) e de veicularem, essencialmente, o mesmo sentido, ainda que flutue nos diferentes arranjos sintagmáticos.

(2) O capitalista explorou o trabalhador

Nas frases postas em (1), o constituinte *trabalhador*, argumento interno direto do verbo *explorar*, é colocado em ênfase, ocorrendo à direita ou à esquerda de uma das formas do verbo *ser*. Os processos de clivagem exemplificados em (1) fazem com que o constituinte em destaque seja “interpretado” como foco quantificacional/estrito, como indiciam os exemplos em (3).

---

Em nosso trabalho o conceito ocupa papel fundamental, uma vez que, através dele, instrumentalizamos para analisar o funcionamento discursivo das construções de clivagem/de topicalização.

Van Valin e LaPolla (1997), a partir dos estudos de Lambrecht (1994), distinguem as noções de *narrow focus* (foco estreito) e de *wide focus* (foco largo) como base de seu intento de tipologização linguística das estratégias gramaticais de atribuição de Foco. Para os autores, a distinção aplicada, é a de que o foco estreito se refere ao foco que recai sobre, apenas, um dos constituintes oracionais, ao passo que o foco largo recai sobre dois, mais ou todos os constituintes da oração, a exceção do tópico oracional. Para tanto, os linguistas traçam, ainda, outra distinção: entre o *potencial focus domain*, o domínio potencial de Foco, e o *actual focus domain*, o domínio real de Foco. Nesse contexto, o primeiro diz respeito aos constituintes que podem exercer função focal, ao passo que último se refere à parte da sentença que é realmente focalizada.

- (3) (a) Foi o trabalhador, e *não a burguesia*, o que o Estado explorou  
 (b) Foi o trabalhador, e *apenas o trabalhador*, que o Estado explorou  
 (c) O que o Estado explorou foi o trabalhador, e *não a burguesia*  
 (d) O trabalhador foi *tudo* o que o Estado explorou  
 (e) O trabalhador é que o Estado explorou, e *não a burguesia*  
 (f) O Estado explorou foi o trabalhador, e *não a burguesia*

Nessas construções de clivagem, “o constituinte em posição de destaque identifica o subconjunto exaustivo de elementos de um conjunto contextualmente dado, e [...] fixa o referente do elemento vazio presente no constituinte que contém o verbo da frase simples correspondente” (BRITO; DUARTE, 2003, p. 686). Na tipologização das construções de clivagem proposta por Brito e Duarte (2003), corroborada por Courtine (2009), temos três estruturas de sentenças: a ClivadaQ (clivada básica), a pseudo-clivada básica (pseudo-clivadas) e a pseudo-clivada invertida. Conforme a “matemação” sistematizada por Courtine (2016, p. 21), essas formas podem ser representadas, respectivamente, como em (4):

- 4) (a) É X que P  
 (b) Aquele que P é X  
 (c) X é aquele que P

Essas estruturas constituem uma base formal de localização e identificação de um elemento X do discurso (COURTINE, 2016), e, a título de exemplo, podem preencher-se como em (5).

- (5) (a) É o Estado que explorou o trabalhador  
(b) O que o Estado explorou é o trabalhador  
(c) O trabalhador é que o Estado explorou

Dessa maneira, as construções linguísticas sobre as quais nos debruçamos, servem de base para, pelo menos, dois funcionamentos discursivos: o da incidência dos pré-construídos como o impensado do pensamento que emerge no fio do discurso, e o do tema de discurso que produz efeitos de sentido de ênfase e de identificação.

Em razão do imbricamento entre funcionamento linguístico e funcionamento discursivo, à dessuperficialização dos *corpora*, chegamos ao delineamento de sequências *discursivas de referência* (SDR). Segundo Courtine (2009, p. 55), as SDR podem ser entendidas como sequências verbais maiores que a frase que representam um recorte temático no *corpus*. Podendo ser enumeradas para fins de sistematização, as SDR são provenientes do processo de dessuperficialização e de recorte do todo discursivo com a finalidade de possibilitar a análise, o que resulta em recortes representativos do discurso em análise. Na visão do autor, a partir da configuração de SDR, pode-se chegar ao funcionamento das posições-sujeito, das formações imaginárias e das formações discursivas que determinam os processos discursivos, assim como pode-se chegar ao funcionamento próprio da ideologia.

Com base nesses princípios, e assumindo como parâmetro as formas sintáticas clivadas básicas (porque mais recorrentes no Português) de tipo “é X que P” e seus consequentes funcionamentos discursivos, chegamos à configuração de onze SDR (APÊNDICE 1), representativas dos *corpora* em análise. Três delas foram delimitadas a partir do pronunciamento de 1º de maio de 1938, outras três do pronunciamento de 1º de maio de 1940, três do pronunciamento de 1º de maio de 1943 e, por fim, duas do pronunciamento de 1º de maio de 1944. Outras SDR poderiam ser configuradas, mas, considerando os limites do trabalho (que não possui anseios de exaustão analítica, sempre impossível) optamos por manter um recorte mais restrito.

Para fins de sistematização (e de facilitar ao leitor remontar as SDR no seio dos *corpora*) os pronunciamentos foram digitados e tiveram suas linhas numeradas. Nesse processo, respeitamos a estruturação dos parágrafos, o que engloba o destacamento (de alguns) dos vocativos em relação ao corpo do texto, assim como mantivemos os destaques empregados nos originais, que se restringem ao uso de caixa alta. Ainda, através de processo informatizado de sondagem lexicométrica (TORRES LIMA,

1990), foram delineados os contextos internos de ocorrência de palavras-chave cujo radical é *trabalh-* ou *operar-* e, secundariamente, *pov-* e *pop-*. Para tanto, fizemos uso do software *LinguaKit*<sup>30</sup>, programado em Perl. O aplicativo, idealizado pela Uninova (incubadora de empresas da Universidade de Santiago de Compostela), é disponibilizado como serviço *web* acessível através de RESTful API<sup>31</sup>. Seu código fonte está publicado com base em uma licença GPL (*General Public License*). Chegamos, a partir da restrição formal, a pouco exposta, às formas derivadas *trabalho*, *trabalhador*, *trabalhar*, *trabalhadores*, *trabalhadoras*, *trabalhista*, *trabalhistas*, *trabalha*, *operário*, *operários*, *operariado*, *povo*, *povos*, *popular*, *populares*, *população* e *populações*. Com base nesse tratamento linguístico de dados, atrelados ao funcionamento linguístico-discursivo das construções de clivagem, chegamos ao delineamento das SDR. São elas:

#### Quadro 5 – Sequências Discursivas de Referência

continua

Pronunciamentos (1937-1945)	Linhas n.º	Sequência Discursiva de Referência
1º de maio de 1938	<b>L25-28</b>	<b>SDR1P38</b> – Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno.
	<b>L40-41</b>	<b>SDR2P38</b> – É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração.
	<b>L55-57</b>	<b>SDR3P38</b> – É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.linguakit.com>>. Acesso em: 14 out. 2018. Cf. Gamacho e García (2017).

<sup>31</sup> A RESTful API é uma interface de programa de aplicativo (IPA, do inglês *application program interface*, API) que usa solicitações HTTP (sigla inglesa para Protocolo de Transferência de Hipertexto) para obter, colocar, postar e excluir dados.

**Quadro 5 – Sequências Discursivas de Referência**

		conclusão
1º de maio de 1940	<b>L11-13</b>	<b>SDR4P40</b> – Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão, é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade.
	<b>L70-73</b>	<b>SDR5P40</b> – É uma legislação que tende a ampliar-se e a cobrir com a sua proteção os diversos ramos da economia nacional, da fábrica aos campos, das oficinas aos estabelecimentos comerciais, empresas de transportes e todos os empregos e ocupações.
	<b>L76-80</b>	<b>SDR6P40</b> – Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos, em vez de forças de cooperação para o bem comum.
1º de maio de 1943	<b>L64-66</b>	<b>SDR7P43</b> – É isso que nos proporcionará o ensino industrial, capacitando os brasileiros a atingirem o ideal da unidade na diversidade, isto é: o trabalho para todos e as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões.
	<b>L114-117</b>	<b>SDR8P43</b> – Produzir mais, produzir melhor – nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades.
	<b>L144-145</b>	<b>SDR9P43</b> – A conspirata integralista fracassou, mas só hoje é possível imaginar a que triste condição estaríamos reduzidos se tivesse logrado êxito.
1º de maio de 1944	<b>L19-21</b>	<b>SDR10P44</b> – É um esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a nação brasileira dias de paz digna e de maior progresso.
	<b>L34-37</b>	<b>SDR11P44</b> – É nesse sentido que desejo anunciar-vos hoje a projetada reforma dos serviços de assistência social em bases mais amplas, capazes de favorecer número de trabalhadores e amparar mais eficientemente suas famílias.

Fonte: elaboração própria.

Expostos os princípios teórico-analíticos gerais que orientam a pesquisa, na seção que segue, adentramos, propriamente, nas linhas que materializam nosso gesto de leitura.

### **3.2 Às análises: imaginários de trabalho no discurso governamental endereçado aos trabalhadores brasileiros**

Traçados os princípios teórico-analíticos que sustentam nosso gesto de leitura, é-nos possível adentrar às análises das SDR. Puxando o fio da interpretação a partir da SDR1P38, faz-se, antes, necessário que recuperemos alguns fatos históricos que constituem suas CP. No ano anterior (1937), diante da iminência da *Intentona Comunista* e da ameaça integralista, Vargas e seus correligionários dão um golpe de Estado no âmbito do Governo Provisório e suspendem a Constituinte. Em maio desse ano Luis Carlos Prestes é condenado pelo crime de deserção. Em junho é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e em novembro Vargas outorga a quarta constituição brasileira e, em dezembro, assina o decreto-lei que põe fim a todos os partidos políticos.

O pronunciamento de 1º de maio de 1938, realizado no Palácio Guanabara, foi o primeiro referente ao Dia do Trabalhador e, sumariamente, versa sobre os decretos de leis sociais que concediam direitos aos trabalhadores, como os das férias remuneradas e do salário mínimo nacional. Coloca-se, aí, um funcionamento de reversibilidade discursivo que se conforma como típico dos discursos do ditador.

Orlandi (2003), refletindo sobre a linguagem e seu funcionamento, trata do conceito de *reversibilidade* como “a dinâmica da tomada da palavra” (2003, p. 239). Essa noção é fundamental para a compreensão da “tipologia discursiva”, termo proposto por Orlandi que, ao afastar-se da determinação empiricista, permite generalizar certas características dos discursos em análise. Nesse contexto, o *tipo* jamais pode ser pensado como mecanismo de cristalização do discurso, mas, sim, como imbricado ao funcionamento discursivo e, por isso, define-se como “atividade estruturante de um discurso determinado” (ORLANDI, 2003, p. 125). Atividade articulada por/entre a dinâmica da tomada da palavra, a manutenção e previsibilidade do dizer (paráfrase) e a emergência da multiplicidade dos sentidos (polissemia) e, logo, às condições sócio-históricas e imediatas de produção do discurso.

As tipologias discursivas são distinguidas em três: os discursos lúdico, polêmico e autoritário; diferenciação operada a partir da observância de duas dimensões basilares: primeira, a da reversibilidade; e, segunda, a da tensão entre paráfrase e polissemia. No discurso lúdico há a predominância da polissemia e a reversibilidade é total; no discurso polêmico a polissemia é controlada, negociada, e a reversibilidade se dá em certas condições; já no discurso autoritário há a predominância da paráfrase e a reversibilidade tende a zero.

No discurso do ditador, em primeira instância, o interlocutor (os trabalhadores) é interpelado por meio do uso de interrogações, como em “Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!” (P38, L7-8). Entretanto, a interrogação, como pista de reversibilidade, não se constitui como tal, uma vez que os trabalhadores não tomam a palavra. Ao revés, são-lhes atribuídas palavras, uma vez que o ditador responde em seu lugar. Assim, o discurso opera a partir de um *semblante* de reversibilidade que se instaura como evidência. Em sua dimensão fundamental, o discurso é autoritário, e os saberes são agenciados pelo domínio do mesmo.

Na cena que se monta, um operário é chamado ao microfone e diz: “Confiamos em V. Exa.”. Ao fazê-lo, um dos efeitos de sentidos que ressoa é o de que esse fala como porta-voz dos demais trabalhadores e, portanto, *os trabalhadores confiam no governante*. É interessante, aí, colocar o verbo “confiar” em relação a outros que integram o seu eixo parafrástico, como “acreditar”. Seus significados<sup>32</sup> orbitam as acepções de “depositar fé”, “depositar crença”. Em uma relação paternalista, o ditador é imaginado como depositário da fé dos trabalhadores. Em uma perspectiva psicanalítica, o ditador encarna o Nome-do-pai que diz ao trabalhador: “recalca o gozo pois, assim, alcançarás a dignidade”. Pela crença na dignidade futura, o trabalhador “livremente” se submete à ordem do trabalho; pela crença de tornar-se herdeiro do desejo do Outro, que nunca chega. Temos, aí, as pistas que nos permitem identificar o laço em que o ditador se dirige aos trabalhadores:

---

<sup>32</sup> Poderíamos dizer, sentidos em gel, ou *expressões em gel* (*expressões figées*) uma vez que o discurso (e mesmo os pré-construídos) jamais é cristalizado, mas assume a “consistência” de algo relativamente estável (TORRES LIMA, 1990, p. 118).

$$\frac{\textit{Ditador}}{\textit{sujeito barrado}} \quad \rightarrow \quad \frac{\textit{Trabalhador}}{\textit{gozo}}$$

O ditador constitui-se como sujeito do poder em relação à necessidade de mantê-lo (o poder e sua unidade) a partir da submissão do trabalhador, que deve renunciar o gozo para alcançar *dignidade social* através do *trabalho justamente remunerado* (P38, L24-25). A imagem de trabalho enquanto meio para a dignificação do trabalhador, opera a partir da mobilização de saberes oriundos da memória discursiva e que guardam relações com a acepção cristã de dignidade. Ainda que difundida pelos textos judaicos do Antigo Testamento, e reafirmada pelos Evangelhos, a *dignidade* ganha corpo na modernidade através das Encíclicas do Papa Leão XIII. Diante do acirramento da luta de classes na Europa, o Sumo Pontífice arbitra sobre as atitudes dos sacerdotes e da comunidade cristã em relação às condições de existência dos operários. Na carta *Rerum Novarum* (das Mudanças Políticas), de 15 de maio de 1891, lê-se:

quem tiver na sua frente o modelo divino, compreenderá mais facilmente o que Nós vamos dizer: que a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude; que a virtude é o património comum dos mortais, ao alcance de todos, dos pequenos e dos grandes, dos pobres e dos ricos; só a virtude e os méritos, seja qual for a pessoa em quem se encontrem, obterão a recompensa da eterna felicidade. (LEÃO XIII, 1891, s/p).<sup>33</sup>

A dignidade, aí, é vista como atrelada a virtudes e méritos que facultam ao trabalhador a obtenção da *recompensa da eterna felicidade*. As encíclicas de Leão XIII foram a base da constituição do Estado de Bem-estar Social europeu, tendência conservadora e liberal de agenciamento dos sufrágios sociais em que o Estado é colocado como agente da promoção social e organizador da economia (ideologia de Estado que surge oposta aos avanços do Socialismo). Mais tarde, os princípios nelas expostos seriam, também, os fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), para a qual a *dignidade humana* é um princípio fundamental. Logo, cabe ao Estado, pela lógica católica, garantir a dignidade do trabalhador, ao mesmo

<sup>33</sup> LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Roma: 1891. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Acesso em: 5 nov. 2018.

tempo em que concilia embates entre o proletariado e as patronais e arbitra pela manutenção da racionalidade econômica, capitalista.

Os saberes sobre a dignidade, oriundos do campo religioso, irrompem no discurso do ditador através da atualização desses saberes na formulação atreladas à ordem da memória em AD. Para que possamos desenvolver teoricamente essa afirmação, levemos em consideração a SDR2P38:

**SDR2P38** – *É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração.*

Na leitura de Silva (2012), a memória opera como um espaço que concatena enunciados já-ditos em processos discursivos outros filiados a certas formações discursivas. A exterioridade da memória é, nesse contexto, constitutiva do dizer, uma vez que esses saberes são retomados pelo sujeito e linearizados no fio do discurso. A FD a partir da qual o sujeito se subjetiva, isso é, toma posição, encobre a dependência da formulação em relação aos domínios da memória<sup>34</sup>, o que lhe confere efeitos de unidade e de autonomia. A noção de memória, assim, “abarca a constituição histórica, vale dizer ideológica, das discursividades” (SILVA, 2012, p. 48). Todavia, em AD, a “apreensão” do discurso tanto pressupõe sujeitos sócio-histórica e ideologicamente sobredeterminados, quanto atravessados pela sua constituição psíquica, isso é, pelo inconsciente. Pautada em Le Goff (2003), Silva (2012) diz que a memória é, simultaneamente, um fenômeno social e psíquico/individual e, por tanto, articula essas duas instâncias determinantes do sujeito. A memória discursiva em AD é histórica, simbólica e afetiva (SILVA, 2012).

A esta última dimensão, até então, pouco desenvolvida nos estudos discursivos, Silva (2012) dedicará especial atenção, desenvolvendo-a por duas razões.

A primeira delas é que a inscrição dos já-ditos na linearidade não é determinada exclusivamente pela formação discursiva dominante; o sujeito é constituído por uma gama de sentimentos e é desejante, logo, “estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como

---

<sup>34</sup> Silva (2012), entende memória discursiva e interdiscurso como designações diferentes para os domínios da memória e, por isso, sinônimas. Entretanto, dado que, neste trabalho, corroboramos com a distinção entre interdiscurso/memória saturada e memória discursiva/memória lacunar, tal como propõe Indursky (2001, 2011), compreendemos as proposições de Silva como desdobramentos sobre a noção de memória discursiva, em estrito, uma vez que a autora se refere à atualização da memória discursiva na formulação intradiscursiva. Silva trabalha com o domínio da memória no campo das FD e, portanto, suas contribuições podem ser correspondidas à categoria da memória lacunar.

é determinado ele também a afeta e a modifica em sua prática discursiva” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 23). Logo, a inscrição do interdiscurso, “domínio da memória”, no intradiscurso é perpassada por uma tensão, por um embate de forças. (SILVA, 2012, p. 49)

A segunda razão, exposta pela autora, é a de que os acontecimentos históricos se inscrevem na memória imbricados aos sentimentos que suscitam. Diante dessas razões, Silva (2012, p. 50-51) questiona, qual o papel da memória *afetivo-discursiva*? Como a análise das flutuações sócio-afetivas pode contribuir para a compreensão do funcionamento do discurso político?

Propondo-nos a assumir o revés do gesto de leitura da pensadora, porque voltado ao discurso sindical endereçado aos trabalhadores, podemos inferir que, para constituir novos imaginários de trabalho na memória da FDD e, por atravessamento, na da FDT, o ditador lembra o recente “apoio” de representantes dos operários às causas da Legislação Social, atrelando a questão política de uma “conciliação/filiação” entre os trabalhadores e Estado ao sentimento de “felicidade” que essa “conciliação/filiação” suscita: “uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração”. A memória afetivo-discursiva é instada para sobredeterminar a compreensão que os trabalhadores têm da atualidade e das suas condições reais de existência, para fazê-los atentar para as ações do Estado como o advento do “novo”, que trazem felicidade ao ditador, e dignidade ao povo.

Não podemos dizer, entretanto, que o ditador evoca memórias da ordem de elementos pregressos da relação histórica Estado/trabalhadores, mas sim busca constituir novas memórias/memórias-outras em relação aos já-ditos/sentimentos que constituem a memória da ØFI, lá onde ela determina a FDT. Nesse sentido, se o aparelhamento das relações trabalhistas traz “felicidade” e “dignidade”, antiteticamente, a ausência da regulação estatal, cuja materialidade reside nos restos pré-capitalistas e neocoloniais da ØFI, promove “infelicidade” e “indignidade”.

O sentimento de felicidade, atualizado no/pelo discurso do ditador, pode ser compreendido como intento de constituição de uma imagem carismática do governante, eixo articulador do Estado de Compromisso, populista e personalista. A noção de carisma aponta para as orientações dos discursos religioso e popular. Conforme o Papa Bento XVI, no *Compendio do Catecismo da Igreja Católica*, os carismas são vistos como “dons do Espírito Santo”, “são dons especiais do Espírito, concedidos a alguém para o bem dos homens, para as necessidades do mundo e, em

particular, para a edificação da Igreja” (2005, questão n.º 160, s/p). Por outro lado, o ‘carisma’ é utilizado para designar a característica daquele que exerce influência e admiração, marcada, fundamentalmente, pelo empreendimento de gerar simpatia e de agradar a “todos”. Sob essas duas ordens, o *imaginário de si* constituído no/pelo discurso do ditador pende entre o de *herdeiro dos dons do Espírito para o bem dos homens* e o de *sujeito que encarna influência e admiração, que a todos apraz*.

Sob esse ponto de vista, podemos depreender possíveis efeitos de sentido decorrentes do tema discursivo instaurado pelas construções de clivagem, como marcado na SDR2P38. A construção de clivagem coloca em destaque a afirmativa do “representante” do operariado, de que “confiamos” (nós, os trabalhadores) no ditador; e não apenas isso, soma-se à sua clivagem a predicação “feliz” e “que ecoou bem no meu coração”. Aí, os modificadores “feliz” (afirmativa) e (ecoou) bem conformam-se como excessos que visam a mobilização de afetos cuja razão seria a de mobilizar efeitos de “reconhecimento”, das palavras dos trabalhadores pelo ditador, e de “felicidade”, instaurada pela “confiança” posta sobre a figura do governante.

No discurso de 1938, assim como nos demais, o sentimento de *dignidade*, correlato aos de orgulho e de exaltação, de apreço de si, sobressai-se. Tomando pelo avesso a perspectiva de Ansart (2002) sobre a humilhação, para quem “ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado” (p. 15), a dignidade seria a exaltação do sujeito em sua intimidade, o tamponamento das feridas do seu amor próprio, a exaltação da sua autoimagem, é índice do respeito do qual é depositário, em última razão. A memória da dignidade irrompe no discurso governamental como “moeda de troca” no discurso da mão estendida do ditador aos trabalhadores. Se, para Abramo (1999), no campo das greves dos metalúrgicos de 1983, é possível pensar as condições de trabalho, “exaustivas” e “humilhantes” como “subjetivamente vividas” (p. 44-46), e lembradas como motor do retorno das lutas trabalhistas pós 64, as condições de dignidade do trabalho (e do trabalhador), também, subjetivamente vividas pelo operariado, funcionam como matriz a partir da qual o Estado de Compromisso se engendra e como mecanismo do aparelhamento das forças produtivas à razão ético-prática do Estado.

Entretanto, se as construções de clivagem determinam o tema do discurso ao dar destaque a um constituinte oracional, por outro, pode “desviar” a atenção do seu *foco largo*. É o caso da SDR1P38:

**SDR1P38** – Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno.

Na SDR em questão, “essas condições” refere-se aos períodos anteriores, que textualmente, remontam às palavras de que “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social” (P38, L22-24).

A partir da construção de clivagem, no discurso do ditador, o foco estreito é colocado sobre o trabalho como “fonte de elevação da dignidade humana” e sobre o fato de sua “justa remuneração eleva-o [o trabalhador] na dignidade social”. Essa imagem de trabalho coloca em segundo plano uma outra, que emerge *a posteriori*: a de que o trabalho justamente remunerado, que concede dignidade humana e social ao trabalhador, é fator para o “aumento de consumo”, “e, portanto, melhora as condições do mercado interno”. Essa última imagem constitui o foco largo do discurso e, ainda que marcado na formulação, é calcado pelo foco estreito e figura como margem do enunciado, um semi-dito.

Utilizamos a noção de semi-dito pois, no discurso do ditador, porque determinado pela instância reguladora da FDD, a explicitação de que a dominação do trabalho em razão do sustento do mercado não pode ser livremente posta. É necessário, antes disso, enlevá-la pelo imaginário de trabalho enquanto dignificador do trabalhador em vistas de, aí, mediar sua relação com sua práxis laboral. Em outras palavras, o discurso do ditador (re)produz imaginários de dignidade pelo trabalho em vistas de injungir a dignidade como uma necessidade para o proletariado. É recalcado, por isso, o insuportável: a dominação do trabalho não dignifica os sujeitos, mas sustenta a economia capitalista. Relembremos, nesse ponto, Lacan (1998, p. 825), para quem “não há engodo mais manifesto politicamente e, ao mesmo tempo, psicologicamente”, do que o de que o trabalho ao qual o escravo está submetido é via para a sua liberdade/dignidade. Diante dessas pontuações, fazemo-nos os mesmos questionamentos que Galileu às margens do seu exemplar de *Diálogos sobre os dois principais sistemas do mundo*:

Quem pode duvidar que leve às piores desordens quando mentes que Deus criou livres são compelidas à submissão escrava a uma vontade externa? Quando nos dizem que devemos negar as evidências de nossos sentidos e sujeita-los aos caprichos de outros? Quando pessoas sem qualquer competência são tornadas juizes de peritos e se lhes outorga autoridade para tratá-los como lhes aprouver? São essas as novidades capazes de levar à ruína das comunidades e à subversão do Estado.

No caso do discurso em análise, o gozo do escravo (trabalhador) não é refreado pelo medo da morte eterna, mas pela imagem, discursivamente construída no/pelo discurso do ditador, de que o trabalho lhe dignificará frente ao Estado e frente ao líder carismático. Sob essa perspectiva, podemos remontar sentidos-outros ao qualitativo “feliz” que, na SDR2P38, atualiza a memória afetivo-discursiva: o sentimento de felicidade, aí evocado, funciona como um reforço positivo à “confiança” expressada pelo “representante dos operários”. A confiança, aí anunciada, conforma-se como uma reverência do servo para o mestre que, diante da “cordialidade” do escravo, regozija-se, lhe dignifica e lhe concede o “presente” da Legislação Social. Inspirados em Ansart (2002), podemos dizer, então, que tanto a *humilhação*, como a *dignidade* são qualificações atribuídas pelo (O)outro e subjetivamente vividas pelo trabalhador, que, aí, tem mediada suas condições reais de existência pela memória afetivo-discursiva da humilhação e da dignidade. Par, quase antitético, que assume as bases do discurso político conciliador, como imputação da crença da dignidade, e do discurso trabalhista, como ressentimento pela humilhação (SILVA, 2012).

Nessa perspectiva, conforme Laing (1972, p. 143) o sujeito é “colocado em determinada posição pelas atribuições que lhe são conferidas. Designando-lhe essa determinada posição, as atribuições situam-n[o], tendo assim, de fato, a força de injunções”. Algumas atribuições podem ser comprovadas por validação consensual, ou, de mesmo modo, invalidadas. Entretanto, caso não haja consenso, o recipiente de uma atribuição não pode desconfirmá-la por si mesmo; nesse caso, as atribuições pode ser, apenas, conjuntivas (aceitas pelo recipiente) ou disjuntivas (com as quais o recipiente discorda). No caso do discurso em análise, em que não há reversibilidade na tomada do discurso, o governador pode atribuir imagens ao trabalhador (sobre quem ele é e o que ele faz, se é digno, ou não), enquanto este não possui espaço para refutá-las. Nesse ponto, a atribuição se torna injunção, e, assim, implícita ou explicitamente, a injunção “representa um papel decisivo na formação do senso [do trabalhador] sobre sua função, percepções, motivos, intenções: sua identidade” (LAING, 1972, p. 143).

Para além das construções imaginárias sobre o referente e sobre o outro, a *injunção* funciona a partir de outros mecanismos discursivos, como a atribuição de discurso ao interlocutor. Esse funcionamento pode ser observado, ainda que não especificamente, na ordem da SDR3P38. Relembremo-la, portanto:

**SDR3P38** – É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

O “ideal supremo” a que o ditador se refere, a nível textual, é o do “espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção” (P38, L50-51); “ideal supremo” da Constituição de 10 de novembro de 1937, em específico, e do Estado Novo, como um todo. De maneira distinta da SDR1P38, em que a ideia de “necessidade” (de dignidade) constrói-se como semi-dito, na SDR2P38 ela emerge pelo funcionamento linguístico do qualitativo “preciso”. Na construção de clivagem, “preciso” ocupa o foco estrito da oração, ao passo que o foco largo e o tema discursivo recaem sobre a “colaboração comum e [...] o esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil”.

Sob a lógica de Brito e Duarte (2003), o qualitativo “preciso” é um deverbal, isto é, adjetivo formado por derivação regressiva a partir de um verbo que, no caso, é “precisar”. No processo de derivação, o qualitativo mantém os argumentos internos exigidos pelo verbo: precisar exige um sujeito (quem precisa?) e um objeto, preposicionado, ou não (de que precisa? O que precisa?). A esses argumentos, no fio do discurso, referem-se “todos” (aqueles que precisam) e “marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil” (o que é preciso).

A “precisão”, portanto, é atribuída a um “todos” (eles). Para que possamos melhor compreender o funcionamento discursivo em jogo, faz-se necessário que nos debrucemos sobre a questão da pronominalização em AD. A pronominalização, objeto de interesse da teoria da enunciação de Benveniste (1995), é incorporada por Maingueneau (1997) em sua proposição de *dêixis discursiva*. Segundo o autor, a dêixis define, na língua, “as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41). Em outras palavras, a dêixis engloba o

conjunto de referentes articulados pelo triângulo **eu/tu** ↔ **aqui** ↔ **agora**. Sob essa abordagem,

se existe dêixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar. (MAINGUENEAU, 1997, p. 42).

Distinguem-se, na cena discursivamente produzida o locutor e o destinatário discursivos (a discursivização do eu e do não-eu), a cronografia e a topografia. A cena do discurso do ditador, aí, conforma-se a partir do ditador-locutor, que se confunde com a “voz do Estado”, e da cronografia e da topografia do Estado Novo, uma vez que essa instância se conforma como período histórico e, em sua dimensão político-jurídica, delimita o território da Nação. O trabalhador-destinatário, aí, afasta-se do “Estado-ditador”. Distanciamento que faz com que os mecanismos discursivos funcionem, uma vez que os discursos em análise têm por função, como vimos discutindo, integrar os trabalhadores “autônomos” (não-sindicalizados) ao Estado sob a ordem de trabalhadores sindicalizados.

Com base na noção de dêixis discursiva, podemos dedicar-nos à análise de possíveis efeitos de sentido de “todos” no âmbito da SDR3P38. Na situação posta, a interlocução discursiva se sustenta a partir da relação ditador (eu) que enuncia para o trabalhador (tu) ou para os trabalhadores (vós/eles). “todos”, no discurso do ditador, injunge o imperativo da “precisão” aos trabalhadores (eles); funcionamento discursivo assentado sobre o funcionamento linguístico da desinência número-pessoal do verbo da subordinada “marchem” (eles). Recai, sobre essa injunção, o excesso contingente (ERNST, 2009) do emprego do adjunto adnominal “unidos” (todos) em relação parafrástica com as expressões “colaboração comum” e “esforço homogêneo”. Depreende-se do excesso em questão, somado à injunção de uma “necessidade”, a tentativa de constituir um imaginário acabado, coerente e harmonioso da classe trabalhadora. O operariado, aí, deveria unir-se em prol da sua “dignificação” e da “prosperidade e grandeza do Brasil”, colaboração que seria “efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social” (P38, L51-52). Essa tentativa unificadora, primariamente dirigida aos trabalhadores, espraia-se para os imaginários de Nação, nos quais um país não é visto “apenas um conglomerado de indivíduos

dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” (P38, L52-54).

Os imaginários de trabalho emergentes no discurso do ditador nos primeiros anos do Estado Novo, deslizam conforme o Regime populista se consolida e chega ao ápice da sua fragilidade. É o que podemos atentar a partir dos processos discursivos que engendram o pronunciamento de 1º de maio de 1940, dois anos após a tomada do poder por Vargas, e os pronunciamentos de 1º de maio de 1943 e de 1944, em que a Era Vargas se aproxima do desfecho.

Sobre 1940, especificamente, alguns fatos históricos são proeminentes, como a assinatura do Decreto que institui a Lei do Salário Mínimo e a assunção de “neutralidade” do Brasil no âmbito da 2ª Grande Guerra, em que o País estabelece relações de colaboração com os Estados Unidos e aceita a incumbência de tratar dos interesses da Itália em sua relação com a Grã-Bretanha e as suas colônias, o que desagradava os britânicos. Nessa postura polêmica, o País se mantém aliado às nações americanas e com os Estados Unidos, embora “flerte” econômica e politicamente com os países do Eixo. Ao final desse ano, Vargas decreta a Lei nº 2.848/40, que institui o Código Penal brasileiro – que só entraria em vigor dois anos mais tarde.

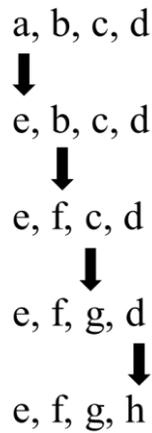
A conjuntura de guerra passa a exigir novas ações e condutas dos trabalhadores e, para isso, o discurso do ditador que lhes é endereçado ressignifica os imaginários de trabalho e de trabalhador, associando essas (novas) imagens a outras redes de memória discursivo-afetiva. Para que possamos dar conta desses deslizamentos de sentido, “cabe ao analista observar o que chamamos de efeitos metafóricos” (ORLANDI, 2015, p. 77). Pêcheux (2014b), na AAD-69, define *efeito metafórico* como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (p. 96) para lembrar que os deslizamentos de sentido entre x e y são constitutivos dos sentidos designado por x e y.

A metáfora, assim, é constitutiva do processo de produção do discurso e, de mesmo modo, do sujeito (ORLANDI, 2015). O efeito metafórico, portanto, não é *desvio de sentidos*, mas “transferência”, no sentido de que, parafraseando LaPlanche e Pontalis (2004, p. 514), os saberes, os já-ditos, se atualizam no fio do discurso sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles. Nesse processo de atualização dos registros da memória na formulação, os sentidos podem deslizar conforme “tomados” por determinadas posições-sujeito no seio de uma FD, pelo efeito metafórico, ou serem deslocados, quando saberes oriundos

exteriores a uma FD irrompem no fio do discurso pela metonímia, produzindo uma ruptura com a significação (CASSANA, 2017).

O efeito metafórico, produzido pelo deslize, lugar da interpretação e da historicidade (ORLANDI, 2015), pode ser ilustrado pela seguinte representação:

Figura 2 – Efeito metafórico



Fonte: Orlandi (2015, p. 77)

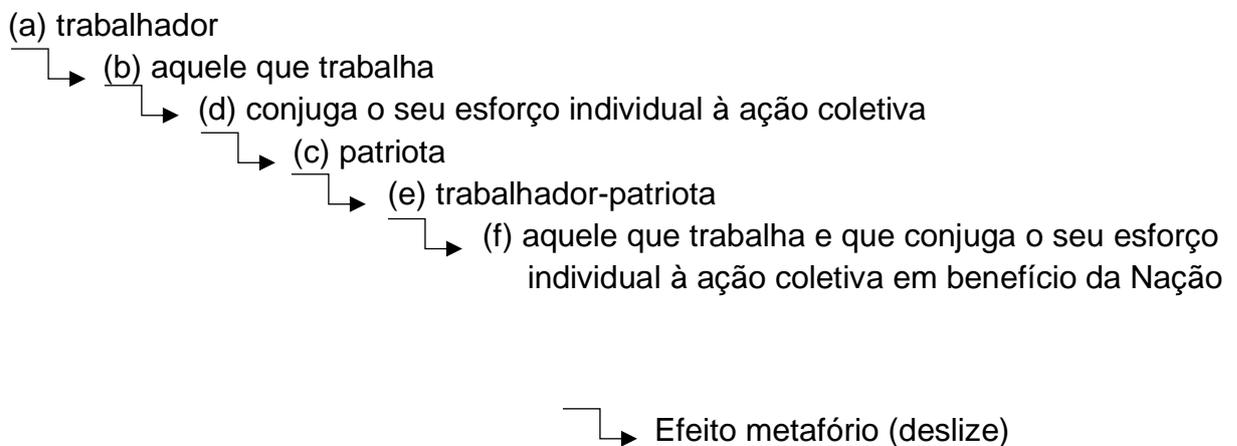
Podemos compreender, através desse esquema, que o contínuo deslizamento de sentidos, no processo incessante de substituição de *uma palavra por outra*, alcança “algo” completamente diferente, mas que mantém traços das relações de sentidos dos deslizamentos (MARIANI, 2007). Na visão de Mariani (2007), é através dos processos de efeito metafórico que Pêcheux articula a questão da historicidade e da ideologia ao domínio da língua e do discurso. Dito isso, adentremos às análises da SDR4P40.

**SDR4P40** – Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão, é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade.

Na construção sintática que dá forma à SDR4P40, temos uma relativa determinativa que se assenta sobre o pré-construído (já dito) de que “todo trabalhador é um patriota”. Nesse sentido, o domínio de pensamento que sobre ele incide é o de que “o trabalhador-patriota conjuga seu esforço individual à ação coletiva” e, portanto, suas ações se dão em prol da “independência econômica da nacionalidade”. Não

acreditamos que o mote “todo trabalhador é um patriota”, *per se*, é um pré-construído, mas um saber enunciado a partir dos Aparelhos de Estado com fins de que seja cristalizado na formação social e, por isso, caracterizar-se-ia como um *efeito de pré-construído*, ou, melhor, como semblante de um saber estabilizado que, de tanto ser repetido, é alçado à ordem de “verdade”.

Nessa conjuntura, o semblante de pré-construído “todo trabalhador é um patriota” opera um deslizamento da imagem de trabalhador, que deriva da dimensão “daquele que trabalha”, para a “daquele que soma sua *práxis* à ação coletiva em benefício da Nação”. Assumindo como enfoque estreito o “trabalhador”, e como enfoque estreito secundário o “patriota”, temos, novamente, a dissimulação do foco largo “independência econômica da nacionalidade”. Dentre os efeitos de sentido decorrentes do efeito metafórico, assim articulado, temos os de tentativa de colocar em paralelismo semântico o esquema de representações exposto a seguir:



Pelas avessas do que diz Orlandi (2015) sobre o efeito metafórico, no discurso do ditador o que se configura não é *algo do mesmo que reside no diferente*, mas a imposição de que *algo de diferente reside no mesmo*. Em outras palavras, os deslizamentos de sentido operados, aí, buscam instaurar que há uma relação “natural” de derivação do “trabalho” em “trabalho patriótico”, quando, em verdade, o “trabalho patriótico” nada mais é do que a cooptação da mais-valia produzida pelos trabalhadores em benefício da consolidação do Estado e da manutenção da dominação burguesa. Nas redes da memória afetivo-discursiva, criam-se outros nós: da exaltação da dignidade do trabalhador, caminha-se para o enaltecimento do trabalhador patriota.

Junto à imagem do “trabalhador-patriota”, a imagem do papel do Estado também desliza: daquele que concilia os sufrágios sociais para aquele que “protege os diversos ramos da economia nacional”, como enunciado na SDR5P40.

**SDR5P40** – É uma legislação que tende a ampliar-se e a cobrir com a sua proteção os diversos ramos da economia nacional, da fábrica aos campos, das oficinas aos estabelecimentos comerciais, empresas de transportes e todos os empregos e ocupações.

Para referir-se à Legislação Social, o ditador mobiliza a figura de linguagem de uma árvore, no sentido de que as ações do Estado “cobririam” com sua proteção os “diversos ramos” da economia. O ditador mobiliza, aí, a memória afetivo-discursiva do desamparo e da proteção, que coloca aqueles próximos ao Estado como “protegidos” e aqueles que dele se afastam, ou aqueles a que ele não alcança, como “desamparados”. Embora seja uma representação desgastada, acreditamos que ela dá conta de metaforizar a consolidação do Estado capitalista, tal como viemos discutindo, até aqui.

À constituição de seu modelo descritivo e epistemológico, Deleuze e Guatarri (2000) concebem a figura do Rizoma, no sentido de que “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo (GUATARRI; DELEUZE, 2000, p. 15). À sua constituição, inspirada na botânica, não há uma origem totalizadora, uma vez que o rizoma se espalha em linhas tortas que se sobrepõem, se expandem, se desfazem, se confundem. Embora seja, também, uma metáfora ligada à flora, a imagem de rizoma não se aplica à imagem que o ditador busca construir dos mecanismos jurídicos: sua metáfora necessita de uma base sólida e firme, uma raiz, que sustente o tronco “superestrutural” e que garanta que os “galhos-Aparelhos” vivifiquem e “ampliem-se para os diversos ramos da economia nacional”. Desse modo, o Aparelhamento pela Legislação Social funciona por duas vias: a de garantir direitos ao trabalhador, sob os efeitos das evidências ideológicas, e a de submetê-los ao poder centralizador do Estado, o centro do efeito ideológico, semi-dito no discurso do ditador.

Junto à memória afetivo-discursiva da dignidade, do patriotismo e da proteção, outra, ainda, emerge no discurso em análise: a da “civilização”, oposta, antiteticamente, à do “atraso” econômico. Para discutirmos essas relações, observemos a SDR6P40.

**SDR6P40** – Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos, em vez de forças de cooperação para o bem comum.

Na SDR em questão, temos um jogo complexo de articulações entre as imagens do Estado e do Estado-outro:

**Quadro 6** – Imagens de Estado

<b>Imagem do Estado-si</b>	<b>Imagem do Estado-outro</b>
Nossas conquistas	“As (não) conquistas”
Civilização mais nova	Civilização mais velha
Não-modelo a ser copiado	Modelos a copiar
Resolve satisfatoriamente as relações de trabalho	Não resolve satisfatoriamente as relações de trabalho
Relações de trabalho são forças de cooperação para o bem comum	Relações de trabalho são causas de perturbações e antagonismos

Fonte: elaboração própria

Funcionam, aí, imagens do *Estado-si* e do *Estado-outro* ancoradas no dito e pelo semi-dito da negação e da afirmação. Quando o ditador enuncia “nossas conquistas”, nega a existência das “conquistas deles”, quando menciona as “civilizações mais velhas”, exclui o Brasil dessa categoria e, assim, insere-o em uma outra, a das “Civilizações novas”; o mesmo ocorre com as “civilizações antigas que são modelos a copiar”: estando a Nação brasileira alocada fora dessa categorização, lhe cabe uma outra, a de “não-modelo”. Algo parecido se sucede ao afirmar que as “civilizações antigas não resolveram satisfatoriamente as relações de trabalho”, que aloca o Brasil como “civilização que as resolve” e, por isso, as relações de trabalho são-lhe forças de cooperação para o bem comum, e não “causas de perturbações e antagonismos”.

À atualização desses saberes, é mobilizada a memória afetivo-discursiva do atraso brasileiro, que aloca o Brasil como Nação “primitiva”, pouco desenvolvida economicamente, em relação às civilizações do velho mundo, que alcançaram a modernidade. O “atraso” irrompe no discurso de Vargas como pré-construído, assim como é o caso de “civilizações antigas, modelos de desenvolvimento”. Um saber posto

na formação social, mas que, como tal, não pode ser enunciado pela posição-sujeito ditador porque não autorizada pela FDD: se o fizesse, atestaria o fracasso do governo em implantar/expandir a economia nacional e romperia com a imagem unificada e absoluta que pretende sustentar. Diante disso, o “atraso” precisa ser negado. O que ocorre, entretanto, é uma negação da negação: o Brasil não é atrasado porque as civilizações desenvolvidas, que lhe servem de parâmetro, nem ao menos conseguiram “resolver satisfatoriamente suas relações de trabalho”. Dos efeitos de sentido que aí funcionam, destacamos os de que os “modelos a serem copiados”, diante da negação da negação realizada pelo ditador, não servem de modelo. Ao passo que o Brasil agencia as relações de trabalho sob a prerrogativa da “cooperação para o bem comum”, “nossa conquista”.<sup>35</sup>

No âmbito da SDR6P40 é sublevada a Legislação Social que, para além de meio de dignificação do trabalhador e de mecanismo de impulsionamento da economia, serviria de remediação para o atraso social, econômico e político da formação social, como um todo. Dentre as legislações mais proeminentes do Estado Novo, está Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tematizada no pronunciamento de 1943.

Antes de adentrarmos, especificamente, no gesto de leitura das SDR, cabe comentar, brevemente, as condições de produção do pronunciamento público de Getúlio Vargas proferido em 1º de maio de 1943. Tal pronunciamento, é um marco histórico das relações de trabalho no Brasil, uma vez que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto de Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943), pedra angular para a reunião das normas trabalhistas, até então difusas e esparsas, em um único código. Além disso, é através deste pronunciamento que Vargas afirma apoio aos Aliados e declara que o Brasil está em guerra.

Vulgarmente, a CLT é vista como um grande avanço pela garantia de direitos à classe operária, assim como, por estas e outras razões, como a criação do salário mínimo nacional, Vargas ocupa o papel de conciliador entre as patronais (burguesia) da indústria, ainda em processo de consolidação, e o proletariado. Amplamente influenciado pela Carta do Trabalho (*Carta del Lavoro*), de Benito Mussolini, pela constituição semifascista polonesa de abril de 1935 e pelas encíclicas do Papa Leão

---

<sup>35</sup> Os excertos entre aspas foram seccionados do pronunciamento de Vargas proferido em 1º de maio de 1940.

XIII, em especial a *Rerum Novarum* (documentos que embasam a constituição de 1937) Vargas dá início ao Estado de Compromisso (ROWLAND, 1974).

Feitas essas considerações sobre as condições de produção do discurso em análise, é-nos possível adentrar às análises das SDR. Puxemos o fio da análise a partir da SDR7P43.

**SDR7P43** – É isso que nos proporcionará o ensino industrial, capacitando os brasileiros a atingirem o ideal da unidade na diversidade, isto é: o trabalho para todos e as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões.

Na SDR7P43, temos a configuração de uma oração relativa, cuja estrutura é “É X que P”. Nesse caso, a posição X é ocupada pelo dêitico *isso* que, anaforicamente, retoma a oração anterior: “Congregá-los [os filhos dos trabalhadores, em escolas de fábrica] para que tenham amanhã um ofício e possam constituir outras famílias atende a um anseio afetivo e a um justo reclamo social”.

Conforme a leitura de Azeredo (2009), a relativização, em sua função restritiva, assume, na interlocução, o papel de restringir o raio de referência do antecedente. De toda sorte, não é o que ocorre na SDR7P43. No antecedente há a afirmação de que congregar os filhos dos trabalhadores em escolas de fábrica lhes permitirá que tenham um ofício e que possam constituir outras famílias. A relativização ratifica o posto: um ofício e que possam constituir outra família é o que proporcionará o ensino industrial”. Temos, aí, exemplificada a perspectiva de Ernst (2009), para quem, no âmbito do intradiscurso, o *excesso* funciona pelo viés de um acréscimo contingente, às beiras daquilo que falha.

Assim, em sua formulação, a SDR7P43 reafirma o já-dito de que o sistema de educação voltado à formação de mão-de-obra permitiria aos filhos dos trabalhadores o acesso ao trabalho e, logo, à possibilidade de constituir família, “anseio afetivo” e “justo reclamo” que o governante lhes injunge. Doutrarte, o discurso do governante apresenta o novo em um movimento conciliatório, em que as vontades creditadas ao trabalhador caminham em consonância com interesses maiores: se por um lado, conforme Vargas, as escolas de fábrica respondem aos “desejos” da sociedade, por outro ela capacita os brasileiros a atingirem o “ideal da unidade na diversidade”.

A imagem superficial que se constrói, devido ao *excesso*, é a de que o sistema educativo que se estava moldando respondia às necessidades das classes populares, enquanto, em segundo plano, dá-se menor ênfase ao seu papel de “unificadora na

diversidade”. Dentre os possíveis efeitos de sentidos que decorrem dessa superposição de imagens, tem-se que a escola voltada aos filhos de trabalhadores, tal qual um sistema de montagem, deve prezar pela padronização das diversidades individuais em razão do ideal de unidade necessário ao Estado e ao mercado, de quem, em última análise, o governante é porta-voz.

Soma-se a este efeito de sentido o que é colocado pelo aposto que encerra a oração, cujo funcionamento explica a noção de “unidade na diversidade”: o trabalho para todos [unidade] e as ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões [diversidade]. Constitui-se, aí, um outro imaginário, filiado ao anterior: o de que o trabalho é uma competência inata ao indivíduo, uma vez que essa prática pode ser desempenhada a partir de tendências e aptidões do jovem em formação. Ambas as imagens construídas pelo discurso do governante, pautadas por uma falsa reversibilidade, em que, pretensamente, dá-se voz aos anseios do trabalhador, funcionam pelo viés da reafirmação de saberes que, hoje, descampam para a obviedade na formação social capitalista: a) que a educação bancária (para utilizar o termo freireano) é um anseio do proletariado; b) que o sistema educacional deve atuar com fins de “unificar” as “aptidões” e as “tendências” dos filhos dos operários em razão de seu papel enquanto força produtiva na formação social; c) que o trabalho, enquanto força produtiva, é uma competência inata, e não socialmente condicionada; e, por fim, d) que o ciclo que inicia pela educação bancária, seguida pela realização de um ofício e que culmina com constituição de uma outra família é desejo legítimo da classe trabalhadora.

Esses mesmos saberes ressoam na SDR8P43.

**SDR8P43** – Produzir mais, produzir melhor – nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades.

Na SDR8P43, são mobilizados recursos retóricos similares aos anteriores, a saber, a relativização e a atribuição de saberes/ditos ao outro do discurso, o trabalhador. Se o referente da SDR7P43 era os filhos dos trabalhadores, na SDR8P43 os trabalhadores, em si, são diretamente interpelados pela máxima “produzir mais, produzir melhor”. Novamente, a estrutura relativizada funciona com fins de ratificar o posto, já que o pronome recupera “palavra de ordem”, que, por sua vez, é predicativo

de “produzir mais, produzir melhor” frase que guarda a estrutura de uma “palavra de ordem”, uma vez se assenta semanticamente sobre uma “obrigação social” já, então, consolidada.

A palavra de ordem é dada a um “nós” (deveremos). Sobre o pronome “nós”, diz Benveniste (1995, p. 256) que se trata de uma pessoa amplificada, para o qual o não-eu (seja um “tu” ou uma não-pessoa) é implícito e necessário. No caso em questão, no exercício da língua, “nós” preenche-se a partir da relação “eu”/governante + “tu”/trabalhador ou “vós”/trabalhadores. Entretanto, ao observarmos os advérbios “nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares”, há marcas de que o “eu” não integra o “nós”, já que o lugar de atuação do enunciador, o Palácio do Catete, por exemplo, não é mencionado.

Dentre os possíveis efeitos de sentidos de mais esse excesso, destacamos o de que o uso da pessoa amplificada faz máscara para a omissão do “eu” e, dessa maneira, a palavra de ordem, “produzir mais, produzir melhor”, é uma máxima, somente, para os ouvidos do(s) trabalhador(es). Uma vez mais, o excesso tropeça na evidência e funciona com fins de, por meio do artifício retórico da relativização associada à simulação de reversibilidade, atribuir discurso ao outro do discurso, os trabalhadores.

A imagem que é aí sustentada, a partir da mobilização de termos lexicais como “alertando-nos”, é a de que produzir é um imperativo, não somente para a dignidade humana do trabalhador, como também para a estabilidade/segurança do país. Esta última perspectiva sustenta-se nas menções que seguem ao lugar da SDR8P43 na cadeia textual do pronunciamento, em que a palavra de ordem “produzir” desliza para “batalha da produção” e, por atribuição, o imaginário de trabalhador desliza da imagem daquele que trabalha pela sua dignidade, de seus filhos e de sua família para aquele que trabalha/luta por sua nação.

Sem embargo, para que se construa a unidade imaginária de trabalhador, é instituída, antiteticamente, a imagem do que seja ‘não-trabalhador’ e daqueles que são os ‘inimigos da pátria’. É esta a imagem construída pelo recorte a seguir:

**SD** - E, principalmente, vigilante para impedir que os espiões, sabotadores e quintacolonistas de várias espécies abalem a nossa mútua confiança e perturbem o nosso trabalho com as suas manobras e expedientes criminosos. [...]. Ficai alertas e auxiliai a ação das autoridades policiais, que no seu zelo pela segurança pública encontram, na presente emergência, cooperação espontânea de todos os bons

brasileiros empenhados na difícil tarefa de descobrir e reprimir as atividades dos inimigos da Pátria.

Nesse, o governo se diz vigilante em relação às manobras e expedientes criminosos de “espiões”, de “sabotadores” e de “quintacolonistas” de “várias espécies” contra a “mútua confiança” e o “nosso trabalho”. Nesse contexto, “espiões” e “sabotadores” são referidos no discurso do governante ora como os comunistas, ora como a extrema-direita integralista, ao passo que os “quintacolonistas” seriam os agentes da mídia que criticam Vargas e seu governo. Desse modo, a imagem de inimigo da pátria pauta-se, aparentemente, por qualquer figura que ofereça oposição à imagem do líder carismático.

Cabe observar que no recorte em questão não há relativização, como nas anteriores, entretanto, há o excesso de atribuições de discurso ao outro do discurso através, principalmente, da pronominalização. Pronominalização que instaura imaginários particulares. É o caso de “[governo] vigilante”, de “autoridades policiais”, de “nosso trabalho”, de “fikai alerta e auxiliai”, de “todos os bons brasileiros” e de “inimigos da pátria”.

Dada a complexa rede de dêiticos que se apresenta, que acaba por funcionar como categorização de papéis dos sujeitos na organização do Estado, comecemos por tratar do “[governo] vigilante”, que, imaginariamente, institui-se como “aquele que vigia”, um poder centralizador e capaz de enfrentar as oposições de “espiões”, de “sabotadores” e de “quintacolonistas”. Entretanto, embora vigie, o governo tem sua imagem descolada do papel repressivo, que é decalcado nas autoridades policiais, aqueles que “zelam pela segurança pública”. O raro desta perspectiva é que, inusitadamente, é utilizado o imperativo para se referir a um “vós”, que é convocado a “ficar alerta” e “auxiliar” as autoridades policiais. Soa-nos que “fikai” e “auxiliai” não se preenchem com “trabalhadores”, mas sim pelo hiperônimo “povo”, chamado a agir como uma capilarização das forças repressivas. Nesse sentido, também seria “povo” quem preencheria os sentidos de “todos os bons brasileiros”, instados a cooperar com a repressão aos “inimigos da pátria”, aqueles dissidentes da ideologia dominante, independente do lugar no qual se posicionem no espectro ideológico.

Ainda sobre os “inimigos da pátria”, observemos a SDR9P43.

**SDR9P43** – A conspirata integralista fracassou, mas só hoje é possível imaginar a que triste condição estaríamos reduzidos se tivesse logrado êxito.

A construção relativa mobiliza um já-dito, o de que “a Ação Integralista fracassou”, entretanto, a antecipação do sentimento de tristeza que por ela seria engendrado é colocado em jogo no discurso do governante como uma advertência à “uma falsa maneira de ser patriota” (P43, L146): “a dos que se arvoram em intérpretes das necessidades e aspirações nacionais, quando, realmente, só pensam nos próprios interesses e vaidades” (P43, L146-148). Nesse ponto, nos discursos do ditador há duas acepções de patriotismo: a de postura daquele que “conjuga seu esforço individual à ação coletiva” (P40, L12-13) em razão do benefício da Nação, e daqueles que se colocam como “intérpretes das necessidades e aspirações nacionais”, mas orientados por interesses “egoístas”. Coloca-se, aí, um distanciamento entre os imaginários de “patriotismo” movimentados no/pelo discurso do ditador e a imagem de “patriotismo” atribuída aos integralistas.

Entretanto, tomando a parte a imagem de “patriotismo” injungida pelo ditador aos integralistas, podemos comparar os imaginários de ambos (os integralistas e o ditador) sobre o patriotismo. Comparemos, para tanto, os excertos que seguem:

**Excerto 1** – “Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” (P38, L52-54).

**Excerto 2** – “daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade” (P44, L155-157).

**Excerto 3** – “Antes de transpores esta porta, consulta teu coração: És capaz de renunciar aos prazeres, ambições, interesses, à própria vida, pela grandeza da Pátria? Se ele disser “SIM” então entre e encontrarás aqui teus irmãos e tua glória”<sup>36</sup>.

**Excerto 4** – Deus, Pátria e Família.

Nos dois primeiros excertos, temos parte dos pronunciamentos de 1º de maio de 1938 e de 1944 de Getúlio Vargas, ao passo que, nos excertos número três e quatro, temos a inscrição da entrada das “salas de civismo” da Ação Integralista Brasileira e o lema do integralismo no Brasil (as últimas palavras de Afonso Pena), respectivamente. Alguns termos de ambos os recortes ocupam o mesmo eixo parafrástico, como “unidade do pensamento nacional” e “grandeza da Pátria”, “ideais

<sup>36</sup> MACIEL, L. Escola de Civismo. Jornal a Razão. 28 de março de 1937. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/764450/per764450\\_1937\\_00252.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/764450/per764450_1937_00252.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2018.

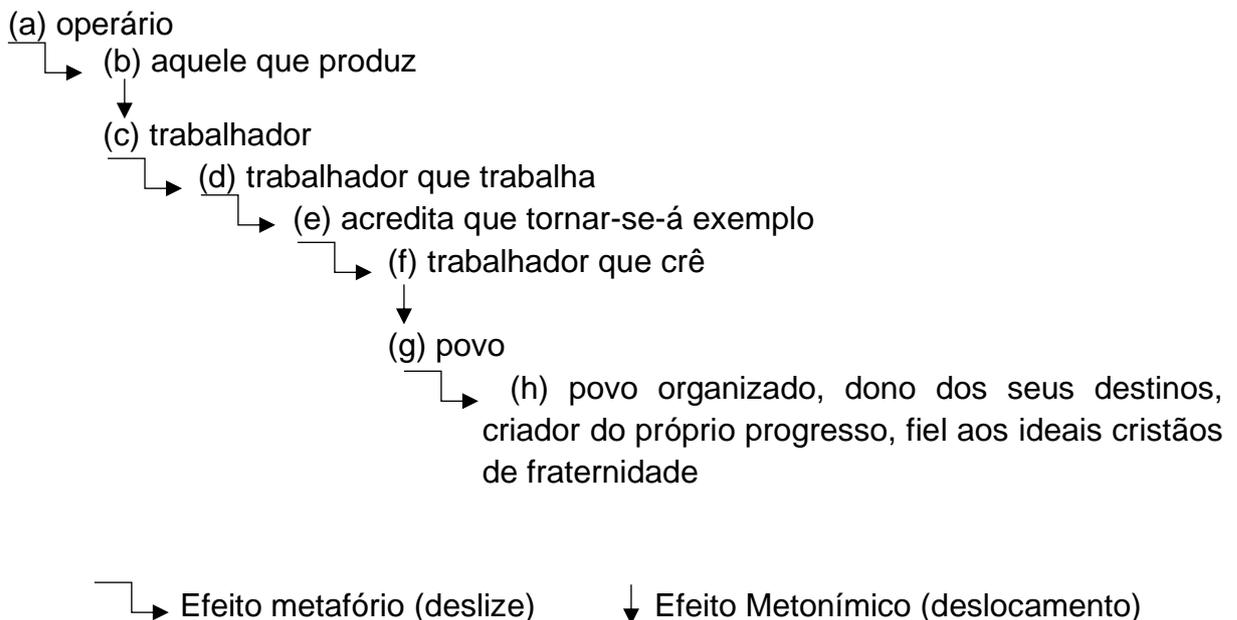
cristãos de fraternidade” e “Deus, Pátria e Família”, “a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” e “renunciar aos prazeres, ambições, interesses, à própria vida pela grandeza da Pátria”. Embora os sentidos de “patriotismo” constituídos não sejam os mesmos, assemelham-se. Levando em conta essa observação, podemos dizer que o ditador e os integralistas compartilham traços de ideologia nacionalista e autoritária, atravessada pelo religioso. Os efeitos de sentido de “falsos patriotas” na SDR9P43, desse modo, não giram ao redor da noção de um sujeito não-nacionalista, mas de um sujeito que coloca em risco o poder centralizador exercido pelo líder populista, ou, melhor, trincaria o espelho da identificação dos trabalhadores para com o ditador.

No pronunciamento de 1943, para além da construção da imagem dos “inimigos da Pátria”, o imaginário de “trabalhador” é deslocado, metonimicamente, para o imaginário de “povo”. Para atentarmos a esse processo discursivo, mobilizemos a SDR13P44. No ano de 1944, dentre os fatos históricos mais marcantes, podemos mencionar a criação do Departamento Federal de Segurança Nacional (hoje Departamento de Polícia Federal), em março, e o envio das Forças Expedicionárias Brasileiras para a Itália, seguido pelo torpedeamento do Navio brasileiro Vital de Oliveira pelo submarino alemão U-861, em julho desse ano.

**SDR13P44** – Para essa missão de enorme responsabilidade é que vos conclamo – chefes de indústria, operários, agricultores – todos quantos nesta abençoada terra produzem e vivem do trabalho honesto, acreditando que, no após-guerra, daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade.

Na construção de clivagem da SDR13P44, o objeto preposicionado da subordinada é deslocado à esquerda e se conforma como foco estreito da oração e como tema discursivo. Posteriormente, segue-se um aposto, que restringe o campo referencial do pronome “vós”, cuja função sintática é a de objeto não-preposicionado do verbo da subordinada (conclamo). Após o aposto, o objeto direto é (re)introduzido pelos pronomes indefinidos “todos” e “quantos”, acompanhados pelo complemento nominal “nesta abençoada terra produzem e vivem do trabalho honesto [...]”. Ao verbo “produzem”, liga-se uma relativa restritiva: “acreditando que, no após-guerra, daremos o exemplo de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade”.

Diante da estrutura clivada que insere uma relativa, para além da construção de tema do discurso temos, também, a instauração de um pré-construído. O já-lá que aí se inscreve é o da existência de “trabalhadores que produzem na Pátria abençoada e vivem de trabalho honesto”. Por ser saber alheio à FDD, mas passível de ser por ela enunciado, o discurso do ditador reafirma o pré-construído e desliza-o (por efeito metafórico) da imagem de “trabalhador que produz” para a de “trabalhador que acredita vir-a-ser modelo”; secundariamente, a imagem do “trabalhador que acredita” é deslocada (pelo efeito metonímico) para o imaginário de “povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos ideais cristãos de fraternidade”. Os qualificadores “organizado”, “dono dos seus destinos”, “criador do próprio progresso” e “fiel aos ideais cristãos” integram o mesmo eixo parafrástico. Considerando que o imaginário de trabalhador instaura-se, por deslocamento, da imagem de “operário” (tal como no pronunciamento de 1938), esse funcionamento pode ser traçado da seguinte maneira:



Ao observarmos o funcionamento discursivo impresso na/pela SDR13P44, reconhecemos, uma vez mais, a mobilização da memória afetivo-discursiva do “atraso” através do emprego de “exemplo”. Relacionando esse sintagma a “modelo”, inscrito na SDR6P40, para além da memória do atraso, temos os efeitos de sentido de uma memória que se projeta para o futuro. De uma memória do “progresso” que, contingencialmente, seria consolidada pelos trabalhadores/povo que cumprem sua

“missão”. A saber, a missão à qual o ditador conclama os trabalhadores/povo é a de “colaborar [na conjuntura de guerra], por todos os meios ao seu alcance, no retorno das nações civilizadas aos largos caminhos do direito e da justiça” (P44, L148-152), o que presume combater o avanço do nazi-fascismo. O agenciamento do trabalho, assim, assume a ordem de *práxis* que levaria o Brasil ao progresso, como desenvolve Souza (1998). O Brasil seria, então, alçado à instância de uma Nação-modelo, ao contrário das civilizações antigas, que ainda não haviam conseguido “conciliar as relações trabalhistas” (SDR6P40).

São esses, também, alguns dos possíveis efeitos de sentido mobilizados pela SDR10P44.

**SDR10P44** – É um esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a nação brasileira dias de paz digna e de maior progresso.

Na construção relativa da SDR10P44, os sintagmas “digna” e “progresso” atualizam, mais uma vez, a memória afetivo-discursiva da “dignidade” e do “desenvolvimento”. Irrompe, aí, um terceiro elemento: o a memória “paz” que, aí, é enunciada e, no conjunto dos discursos de 1º de maio de Vargas, é instaurada pela formulação reiterada de “união”, “homogeneidade”, “colaboração”; todos itens lexicais, comumente, articulados aos sintagmas “Pátria” e “Nação” no nível interno dos enunciados.

A *repetibilidade* desses termos configura-se como *excesso* (ERNST, 2009). Nas palavras de Indursky,

ao inscrever seu discurso na ordem da repetibilidade, o sujeito produz um duplo movimento. Inicialmente retira seu discurso de uma rede de formulações pré-existentes (COURTINE, 1981) e, ato contínuo, re-inscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações. Ou seja: os saberes originam-se na rede de formulações e a ela retornam, instituindo uma espécie de moto perpétuo ou, se preferirmos, um ciclo de repetibilidade. (INDURSKY, 2003, p. 103).

Desse modo, o ciclo de repetibilidade atualizado na ordem estrutural funciona em prol de efeitos de verdade. Esses efeitos de verdade filiados à memória afetivo-discursiva da “dignidade” e do “progresso” constroem discursivamente, no/pelo discurso do ditador, a “paz social”. Se considerarmos que, nos discursos em análise, a “paz” seria consolidada pela “colaboração comum e do esforço homogêneo pela

prosperidade e pela grandeza do Brasil” (SDR3P38), o imaginário de “paz” opera pelo avesso do imaginário de “luta de classes”. No discurso do ditador, portanto, a “luta de classes” irrompe como o impensado do pensamento (PÊCHEUX, 1994d) do discurso do ditador. Esse “corpo estranho” é, aí, “deglutido”: mantém-se o imaginário de classe, uma vez que ele se constitui instância de identificação para o trabalhador, e se suprime o de “luta”, ou “os inimigos de outra ordem e não menos perigosos, que são as discórdias, a incompreensão, o egoísmo de classe, a intransigência dos interesses privados” (P44, L98-99).

Frente às análises, até aqui realizadas, apreendemos como regularidade o funcionamento, fundamentalmente, de três imaginários de “trabalho” na ordem do discurso do governante: a) o de trabalho como força-motriz para consolidar o Estado; b) o de trabalho como meio de dignificação do trabalhador frente ao Estado e frente ao governante; e c) o de trabalho como base para a edificação do bem-estar da sociedade. Paralelamente, percebemos o funcionamento de três imaginários de trabalhador: a) o de sujeito que trabalha e, desse modo, é agente fundamental da consolidação do Estado; b) o de sujeito que é digno porque trabalha; e c) o de sujeito que, mediante o “bom trabalho”, o trabalho sob Ordem, alcança a paz.

Essas imagens, engendradas no/pelo discurso do ditador assume a base dos mecanismos de aparelhamento do Estado, uma vez que precedem o surgimento das instituições e mediam a interpelação dos trabalhadores à formação ideológica sindicalista, até então dominados pelas formas ideológicas neo-coloniais/pré-capitalistas de trabalho. Para tanto, no decorrer do próprio processo de consolidação do Estado Novo, os imaginários de trabalhador e, conseqüentemente, de trabalho, sofrem deslizos e deslocamentos. A imagem de “trabalhador” desliza, por efeito metafórico, para a de “trabalhador-patriota”, e o imaginário de “trabalhador-patriota” é deslocado, por efeito metonímico, para “povo”. Esse processo, complexo, é a base da construção discursiva do povo brasileiro (TORRES LIMA, 1990); isto é, para que as noções de Nação moderna, e de povo moderno pudessem *pegar* (ALTHUSSER, 2005), era necessário construir discursivamente as forças produtivas.

Os processos de deslizamento e de deslocamento de sentidos aos quais “trabalho”, “trabalhador”, “operário” e “povo” estão submetidos podem ser observados, também, através dos contextos intradiscursivos em que os itens lexicais são mobilizados. A exemplo, trazemos à baila os *nomes* (substantivos e adjetivos, especificamente) que antecedem e sucedem os radicais *trabalh-*, *operar-*, *pov-* e *pop-*

na cadeia significativa do pronunciamento de 1º de maio de 1944, tomado, agora, como representativo dos demais.

**Quadro 7** - Sondagem lexicométrica, radicais *trabalh-*, *operar-*, *pov-* e *pop-*

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
firme disposição	trabalharmos	engrandecimento	L13-14
evolução	relações do trabalho	capital	L26-27
Frutos	Trabalho	magníficos	L33
Número	trabalhadores	eficientemente	L36-37
Superior	legislação trabalhista.		L43
	trabalhadores sindicalizados	utilidades básicas	L49
de restaurantes populares,	escolas de trabalho,	centros de saúde, lactários, campos	L57-58
Dos	direitos e deveres dos trabalhadores rurais		L48-49
população total	trabalha	Lavoura	L56-57
atividades agrárias	trabalhador	Solo	L59-60
três mil	locais de trabalho,	Concentra	L61-62
oitocentos mil	trabalhadores,	cento e vinte mil	L75-76
Melhores	trabalhadores	o ministro Marcondes Filho	L70-71
Exemplo	agregiações trabalhistas	mão de obra	L73-74
Economicamente	trabalhadores	verdadeiro	L133
Capital	trabalho.		L151-152
Capitalistas	trabalhadores,	remuneração farta	L-140-141
Terra	trabalho honesto	honesto, acreditando que, no após-guerra	L154-155
Licenciosidade/ludíbrico	povo,	fome	L102
Males	Povo	confiança	L126-127
Exemplo	Povo	organizado/destinos,	L155-156
com o funcionamento de restaurantes	populares,	escolas de trabalho, centros de	L57-58
A quinta parte da nossa	População	total trabalha e vive na	L66-67

Fonte: elaboração própria.

A partir da lexicometria realizada, é possível aportar que a imagem de “operário”, presente no pronunciamento de 1938, não é recuperada, como tal, no discurso de 1944. Entretanto, as de “trabalho”/“trabalhador”, de “povo” e de “população” assumem uma intrincada relação, ainda que mais definida em relação ao

pronunciamento de 1943. O imaginário de trabalho, em 1944, passa a estar relacionado, quase que especificamente, às funções laborais, ao passo que as imagens de trabalhador ocupam a ordem do quantificável, do economicamente relevante e da ordem da “mão de obra”. O imaginário de “trabalhador-patriota”, tal como construído no pronunciamento de 1940, é decalcado sobre o imaginário de “povo” que, por sua vez, pende entre os “males” sociais que lhe assola, o trabalho que pratica e a “confiança” que deposita no Chefe de Estado.

Sob os efeitos de deslizamento e de deslocamento de sentidos inscritos no/pelo léxico, desdobram-se efeitos de sentidos outros. Dentre eles, devido ao apagamento do deslizamento de “operário” para “trabalhador”, as *vérites de La Palice* de que “trabalhador é quem trabalha”, e “trabalho é trabalho”. As imagens, aí construídas, existem como “uma unidade dividida, [embora pretensamente acabada], suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural, politicamente sobredeterminado” (PÊCHEUX, 2011a, p. 157).

Nesse sentido, o efeito metonímico **operário** ↔ **trabalhador** (pronunciamento de 1938) e o efeito metafórico **trabalhador** ↔ **patriota** (pronunciamento de 1940), construídos discursivamente nos/pelos discursos do ditador, tendem, respectivamente, a se metaforizar e metonimizar. O “operário” se torna uma categoria vazia, uma vez que se cria a imagem de que o trabalhador foi sempre-já trabalhador, e por isso, não há produção capitalista, mas trabalho submetido à ordem do Estado **(a)**, ao passo que a imagem de patriota passa a ser decalcada à de povo (pronunciamento de 1944), com a qual a imagem de trabalhador passa a guardar relação metonímica **(b)**. Pêcheux (2011a), em trabalho dedicado ao estudo dos processos discursivos nos quais se inscrevem as práticas e os saberes surgidos/consolidados no transcurso do século XIX europeu, fala que “a metáfora aparece fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (p. 160), ao mesmo tempo em que a “metonímia apareceria [...] como uma tentativa de ‘tratar’ essa perturbação, de *reconstruir* suas condições de aparecimento” (p. 160). Nos discursos em análise, entretanto, a metonímia que se metaforiza e a metáfora que se metonimiza buscam *ocultar* suas condições de aparecimento.

A construção discursiva do trabalhador, atrelada ao funcionamento da memória afetivo-discursiva da “dignidade”, do “desenvolvimento” e da “paz social”, conformam o núcleo de saberes que o discurso do ditador busca estabilizar via *repetibilidade*.

Nessa conjuntura, o imaginário de “classe social” ocupa o cerne da “definição” da imagem de “trabalho” e de “trabalhador”: a “classe social” é a instância que mediatiza a relação do trabalhador com sua *práxis*, ao mesmo tempo em que essa *práxis* é a mesma do outro, com a qual o trabalhador se identifica e forma um estrato. Entretanto, se a noção de “classe social” é um saber enunciável pelo ditador, é porque autorizado pela FDD, desde que desprendido das ideologias “de esquerda” (agrupadas pela FIA). Isso presume dizer que, para que “classe” assuma a ordem do dito no discurso do ditador, a “luta de” deve ser negada. Sob a forma de pré-construído, a “luta de classes” emerge no fio do discurso e é “higienizada” em razão da construção discursiva da “classe” e do “trabalhador”, imagens que a FDD pretende homogênea, unificada e imbricadas às necessidades do poder centralizador do Estado.

Aos trabalhadores que se subjetivem na história diante desses imaginários, o ditador injunge de dignidade e de legitimidade. O trabalho, imaginariamente, no discurso do ditador, assume uma ordem disruptiva: a de *práxis* que confere “autonomia” ao trabalhador, e de *práxis* que submete essa “autonomia” às necessidades econômicas da Nação. O trabalho, assim construído, remete à análise althusseriana de que o “indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite (livremente) sua sujeição, ou seja, para que ‘execute sozinho’ os gestos e atos de sua sujeição” ”. (1996, p. 138). Parafraseando Althusser, não há trabalhadores senão por e para sua sujeição ao trabalho.

Diante dessa observação, Althusser (1965) nos lembra que, de fato, a ideologia satura todas as atividades do homem: faz-se presente nas atitudes e nos julgamentos políticos, no cinismo, na boa consciência, na resignação ou na revolta. E, nesse sentido, a transposição imaginária das condições de existência reais é a causa da “existência de um pequeno grupo de homens cínicos que assentam sua dominação e sua exploração do “povo” sobre uma representação falseada do mundo por eles para subjugar os espíritos pela dominação de sua imaginação” (ALTHUSSER, 1970, p. 86-87).

À ideologia dominante Althusser (1986) dá a designação secundária de “mito cínico”. Concebendo-se o cinismo como funcionamento discursivo em que “o sujeito [...] não acredita no que diz, considera a inutilidade das proposições ideológicas universais e conseqüentemente produz a falsificação da palavra” (ERNST, 2018, p 8), poderíamos dizer que a posição-sujeito que agencia o discurso do ditador “sabe” dos

mecanismos do Estado de sujeição dos trabalhadores à máquina capitalista, e que sua postura conciliadora pende para os interesses das classes dominantes, mas, no fio do discurso, sustenta a posição paternalista para com os trabalhadores e de compromisso para com a Legislação social. Isso só pode nos levar a aceitar que “a perversão, e não a neurose, é o modo dominante, invisível, de organização do laço social” do discurso do mestre, do discurso do poder (KEHL; BUCCI, 2005, p. 74).

Sob o efeito de dispersão que o parágrafo anterior outorga às análises e à pesquisa, e dada a impossibilidade de um efeito de fechamento, encaminhamo-nos às considerações finais do trabalho de escrita da dissertação.

## EFEITO DE FECHAMENTO DISPERSÃO

### VIII

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.

Walter Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*

À introdução deste trabalho de pesquisa, reconhecendo os limites de uma dissertação, assumimos a intensão fundamental, e subterrânea, de escovar o progresso a contrapelo, ou, melhor, de operar nos limites dos seus efeitos de evidência e da sua pretensa estabilidade lógica. Sob essa ordem, orientamo-nos pelo desejo de compreender os mecanismos discursivos pelos quais o progresso e, sumariamente, o Estado sustentam a dominação do trabalho e dos trabalhadores, das Relações de Produção e das Forças Produtivas por parte da classe dominante.

Sobre as bases da Análise de Discurso, tomada como *locus* enunciativo e como campo de trabalho, colocamo-nos diante do questionamento: de que modo os imaginários perpetrados pela ideologia dominante determinam o discurso governamental? Melhor, especificamente, de que maneira os imaginários de trabalho sustentados pela ideologia capitalista constituem o discurso do governante?

Diante dessa inquietação, chegamos ao objetivo geral de analisar representações imaginárias sobre o trabalho no discurso governamental e, em decorrência dessas, suas inter-relações com outras, as de trabalhador. Frente ao imperativo da delimitação, assumimos como escopo aqueles imaginários instaurados na emergência do capitalismo competitivo no Brasil, período histórico em que,

compreendemos, o discurso governamental é cooptado pela ideologia capitalista – esta ainda em processo de consolidação.

Concebendo, primariamente, a partir de Marx (2009), o trabalho como uma *práxis* de dupla articulação, vista como prática social que engendra o homem na história e a de, enquanto objeto central na luta de classes, uma prática em que sempre há resistência, chegamos à concepção moderna de trabalho desenvolvida por Weber (2004). Para o autor, existe uma visão de trabalho que colaborou para a consolidação do capitalismo empresarial, alçado a efeito de massa e que se constitui como racionalidade hegemônica, cujo funcionamento levou a uma revolução da disposição interna dos seres humanos sob a centralidade do trabalho (RIESEBRODT, 2012). Essa visão é a do protestantismo ascético, racionalidade religiosa que associa a profissão e o trabalho à esperança da salvação mediante a comprovação terrena de tais práticas enquanto sublimes. No seio dos processos históricos que consolidaram o capitalismo, a ética protestante do trabalho assume as formas de utilitarismo e passa a ser assumida enquanto um esperado comportamento institucionalizado.

Ao pensar que a racionalidade econômica dependia, estruturalmente, da disposição dos sujeitos em adotar determinados tipos de conduta, Weber instituía a ideia de que o capitalismo jamais se consolidaria sem a “internalização psíquica de uma ética protestante do trabalho e da convicção” (SAFATLE, 2008, p. 19). Ética assentada sobre os princípios calvinistas de acúmulo de bens e de afastamento de qualquer gozo espontâneo, uma vez que o “verdadeiro gozo” adviria no pós-túmulo. Na visão de Safatle (2008), situada no entrelugar da crítica marxista e da psicanálise, Weber observa “traços superegóicos” na ética protestante do trabalho que recaem em uma economia libidinal e em um laço social neuróticos. São lançadas, aí, as bases de uma formação social que só poderia pensar seus processos de socialização por meio da operacionalização repressiva do sentimento de culpa e do gozo. As instâncias psíquicas, portanto, refratam como economia libidinal aquilo que já é estrutura econômica.

Com aporte nesses princípios teóricos, o objetivo geral da pesquisa colocou-nos diante de outros questionamentos: a) Qual racionalidade ético-prática conforma, junto a outros elementos, o espírito do capitalismo no Brasil? b) Como essa racionalidade ético-prática opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação? c) De que maneira os conceitos de ideologia e de imaginário colaboram

para a compreensão dessa racionalidade? d) Como, e de que maneira, as dit-mansions dos imaginários de trabalho (re)produzem essa racionalidade?

Frente a essas perguntas, constituímos os objetivos específicos de nosso estudo, a saber: a) revisar o estado da arte referente à racionalidade ético-prática que conforma o espírito do capitalismo no Brasil; b) refletir sobre os modos essa racionalidade ético-prática opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação; c) identificar e sistematizar possíveis contribuições dos conceitos de ideologia e de imaginário à compreensão dessa racionalidade; e, por fim, d) analisar como, e de que maneira, as dit-mansions dos imaginários de trabalho (re)produzem a racionalidade que constitui o espírito do capitalismo brasileiro.

Optamos por centrar nossa visão sobre o capitalismo competitivo no Brasil porque seria esse o período histórico em que ocorre a consolidação da burguesia industrial e o capitalismo, em si, torna-se hegemônico no país. Na perspectiva sociológica, essa etapa de desenvolvimento (FERNANDES, 2009) se dá no seio do Estado Novo, Regime populista em que Getúlio Vargas assume o posto de ditador. A agenda política de Vargas girava ao redor da necessidade de institucionalizar os movimentos operários e de calcar o trabalho, e os trabalhadores, sob a égide de códigos trabalhistas mais rígidos que assegurassem de um lado a propriedade privada e o livre comércio e, de outro, as “políticas sociais produtivas” e os fundamentos do estado de compromisso.

Inserida tematicamente na esteira das in(ve)stigações de Torres Lima (1990, 1999), de Silva (2012) e de Ernst (2009, 2018), nossas principais ocupações teóricas foram as de relacionar os trabalhos da ideologia e do inconsciente à produção do discurso. Atrelados, para tanto, ao funcionamento do sujeito, do imaginário e do laço social.

O movimento retórico, aí implicado, articulado ao objetivo geral da pesquisa, coloca em primeiro plano a necessidade de definir o que é trabalho. E, uma vez que essa se constrói sobre as bases da teoria materialista dos processos discursivos, põe-se como fundamental o estudo das *concepções de trabalho sob a ótica do materialismo histórico*; temática desdobrada no capítulo que abre o trabalho, o grau zero<sup>37</sup> da dissertação. A partir desses apontamentos, chegamos à interpretação dos

---

<sup>37</sup> Deslocamos, aqui, a noção de “grau zero da escrita”, de Barthes, para pensar a natureza própria em que o discurso histórico, ou discurso sobre a história, se constitui. Barthes (1997) propõe a existência de um espaço nulo da escrita histórica, a escrita no grau zero, que “é no fundo uma escrita indicativa [...]”; é antes uma escrita inocente. Trata-se de ultrapassar aqui a Literatura, entregando-nos a uma

processos de constituição do capitalismo e do trabalho moderno no Brasil, consolidados a partir do mecanismo (ideológico) que Weber denominou racionalidade ético-prática.

Com base nesses saberes, em *Pêcheux, leitor de Althusser, leitor de Marx* adentramos no campo da Análise de Discurso, propriamente dito, em que nos detemos em compreender os modos como a categoria de ideologia, imbricada às de imaginário e de sujeito, permite compreender os modos como a racionalidade ético-prática do capitalismo opera a condução sistemática do trabalho e de sua dominação. Para isso, vimos a necessidade de desdobrar a discussão em um segundo capítulo, *Pêcheux, leitor de Lacan, leitor de Freud*, no qual nos apropriamos da noção lacaniana de laço social visando articular as determinações do inconsciente e da ideologia sobre a ordem do discurso. Através dessa sistematização, procuramos sustentar duas noções: primeira, a de que o trabalho se constitui como a forma de subjetivação, por excelência, da formação social capitalista, e, segunda, a de que este é injungido à razão ético-prática do sistema econômico em função das repercussões/ressonâncias dos Aparelhos Ideológicos de Estado à (sobre)determinação do laço social. Para tanto, seguimos um percurso retórico pendular de leitura dos princípios teórico-analíticos da AD a partir de seu quadro epistemológico. Logo, pautado pelos pensamentos de Marx, lido por Althusser, e de Freud, lido por Lacan, e ressignificados por Pêcheux.

Isso posto, em *Percurso teórico-analítico*, capítulo derradeiro, chegamos à operacionalização do nosso gesto interpretativo sobre os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas endereçados aos trabalhadores brasileiros durante o regime do Estado Novo (1937-1945). Nele, recuperamos as condições de produção do discurso em análise e delimitamos o campo discursivo da pesquisa, o político, e o espaço discursivo, que coloca em oposição as formações discursivas dos governantes de Estado e a dos trabalhadores brasileiros. Com base nessas configurações, são expostos os movimentos de constituição do arquivo e dos *corpora* e de

---

espécie de língua básica, tão afastada das linguagens vivas como da linguagem literária propriamente dita” (p. 64). A ideia de um espaço nulo da escrita histórica parece-nos interessante para pensar os modos como o histórico se faz narrativa: seu processo assenta-se sobre o vazio, lá onde a simbolização não alcança. Desse modo, propor a escrita sobre o trabalho na história como grau zero desta dissertação, possui uma dupla intencionalidade: a) a de propor que o trabalho é a dimensão mais básica da história, e é a partir da prática do trabalho que a história se inscreve no simbólico a partir do vazio, e b) é a partir desse vazio, também, que a pesquisa assume corpo porque engendrada pelo trabalho enquanto objeto do materialismo histórico.

dessuperficialização da materialidade significativa a partir do funcionamento discursivo das construções relativas e de clivagem de tipo “é X que P” – excesso contingente que emerge no fio do discurso. Por fim, traçamos as análises dos imaginários de trabalho que funcionam/determinam no/o discurso do governante, assumindo como recorte um total de onze sequências discursivas de referência correlatas aos pronunciamentos de 1º de maio de 1938, de 1940, de 1943 e de 1944.

Nas análises, distinguimos como regularidade o funcionamento de três imaginários de trabalho na ordem do discurso do governante endereçado aos trabalhadores. Primeiro, o de trabalho como força-motriz para consolidar o Estado; segundo, o de trabalho como forma de dignidade do trabalhador frente ao Estado e frente ao governante; e, por fim, o de trabalho como forma de acesso ao bem-estar social. Imagens imbricadas às de trabalhador, cuja construção discursiva ancora-se, primeiramente, no imaginário de “operário” que desliza, em um segundo momento, para o de ‘trabalhador’ e, em um terceiro momento, desliza, novamente, para o de ‘patriota’. A imagem de ‘trabalhador patriota’, por efeito metonímico, é deslocada para a representação de ‘povo’. Discursivamente, portanto, a imagem de povo, explorada por Torres Lima (1990), “deriva”, fazendo uso da ambiguidade do verbo, da imagem de trabalhador.

Em nível constitutivo, tais imagens são atreladas à memória afetivo-discursiva da “dignidade”, do “desenvolvimento” e da “paz social”. Memórias que, atreladas aos imaginários de trabalho e de trabalhador, e cooptadas ideologicamente pela ideologia de Estado populista, funcionam em prol do tamponamento de toda e qualquer contradição e da assunção de uma “sociedade de classes”, sem “luta”. Decorre daí as imagens de Estado e do ditador, as imagens de si, pretensamente acabadas, depositárias de confiança e inseridas nos afãs do progresso.

As representações especulares projetadas no/pelo discurso do ditador, assim, configuram um laço social neurótico, em que o mestre-ditador ocupa o lugar de poder e enuncia para o servo-trabalhador, que deve abrir mão de todo gozo terreno pela esperança da dignidade. Ou, pautando-nos em Althusser (1996), para quem os homens de governo conformam “um pequeno grupo de homens cínicos que assentam sua dominação e sua exploração do “povo” sobre uma representação falseada do mundo por eles para subjugar os espíritos pela dominação de sua imaginação” (ALTHUSSER, 1970, p. 86-87), somos levados a pensar que “a perversão, e não a

neurose, é o modo dominante, invisível, de organização do laço social”, do discurso do poder (KEHL; BUCCI, 2005, p. 74).

Dito isso, apelemos à dispersão. Já que, como dito anteriormente, a obra aqui materializada não passa de prólogo de outras tantas jamais escritas, muito mais ricas, apontemos onde falha, a obra, e o sujeito-autor.

A primeira falha a que podemos nos reportar é a do primado pela materialidade significativa, que nos levou a um gesto interpretativo às bases do formalista, em que há mais “análise” do que, propriamente, “discurso”. Essa falha, que seria resolvida pelo justo equilíbrio entre as análises do funcionamento linguístico e do funcionamento discursivo, de certo modo, faz acerto. A noção de estrutura (social, psíquica, linguística) conformou-se como o fio que perpassa todo o trabalho e, sob essa perspectiva, soou-nos quase que “natural”, solicitado pela pesquisa, o apelo estruturalista ao gesto de interpretação. De toda forma, esse retorno à estrutura, e aos princípios da AD-1, possibilitaram-nos um retorno a algumas noções caras à AD, e que, hoje, são pouco mobilizadas pelas práticas dos analistas: a saber, os conceitos de formação social, de formação ideológica, de formação imaginária e de tema de discurso.

Outro ponto a ser relevado, em que a *falta faz falha*, é o da pouca (ou nenhuma) atenção dada à “violência” e à sua memória; categoria inscrita no *quadro das formações ideológicas e formações discursivas* que interpelam o sujeito-ditador e determinam seu discurso. Decorre, daí, como sintoma, o recalçamento da *resistência*, lá onde o discurso dos trabalhadores faz furo no discurso do Chefe de Estado.

De todo modo, o cumprimento do desejo nunca é pleno. E a falta nos move para outros objetos.

Por outro lado, o trabalho traz algumas contribuições, ainda que modestas, ao domínio de saber em que se insere. A saber, na instância teórica, a apropriação da noção de laço social, advinda da psicanálise, para o campo da AD. A nosso ver, um conceito de extrema relevância para que se pense as (inter)relações entre inconsciente e ideologia na teoria da subjetividade que embasa a teoria materialista dos processos discursivos. Outra contribuição da dissertação, no âmbito analítico, é a de pensar as formações ideológicas pré-capitalistas que integram a constituição da formação social brasileira. Outra contribuição, ainda, agora na dimensão política, é a de questionar as evidências do “progresso” imputado à Legislação Social do Estado Novo.

Todo progresso, em seu percurso, deixa um amontoado de cadáveres. Já é hora de juntarmos nossos mortos. O pior não adveio, mas sempre-já esteve aí. E não tem cessado de vencer.

## POST SCRIPTUM

A capa da presente dissertação conforma-se a partir de uma fotografia de Claro Jansson, fotógrafo sueco que documentou a Revolução de 30. A fotografia tem duas versões. A primeira<sup>38</sup> delas, logo a seguir, é a que integra os manuais de história. Nela, registra-se a comitiva de Getúlio Vargas (ao centro) durante sua passagem por Itararé (São Paulo) a caminho do Rio de Janeiro após a vitoriosa Revolução de 1930 e, conseqüentemente, a deposição de Washington Luís.



---

<sup>38</sup> Getúlio Vargas em momento de descontração. Disponível em: <[http://www.itarare.com.br/%5Cimages%5Cgetu30\\_3.jpg](http://www.itarare.com.br/%5Cimages%5Cgetu30_3.jpg)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

A sua segunda versão<sup>39</sup> não é tão divulgada. Vejamos:



Na imagem, temos três planos: o central-superior, em que está Vargas e sua comitiva de militares; o inferior-esquerdo, ocupado por operários; e o inferior-direito, ocupado, também, por operários.

O silenciamento do Estado, o sócio-histórico que se insinua no discurso, produz a primeira imagem. E produz memória. Memória e imaginários de homogeneidade, de coerência e de centralização do poder no/sobre o líder populista.

Entretanto, a memória da resistência surge na segunda fotografia.

A resistência, aí, é uma menina mirrada, de aparência frágil e que cruza os braços em gesto de enjeito.

Embora de aparência frágil e armada, apenas, do gesto de cruzar os braços, a menina faz/fez-se história. .

Nesse dia, o Anjo da História, encarnado menina, interrompeu a marcha do progresso e, ainda que sem nome, profanou a imagem do ditador para mostrar-nos que é *preciso ousar se revoltar*.

<sup>39</sup> Getúlio Vargas, com outros líderes da Revolução de 1930, em Itararé, São Paulo, logo após a derrubada de Washington Luís. Disponível em: <<http://www.itarare.com.br/%5Cimages%5Cgetu30.jpg>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **História da filosofia**. v. 9. 4. ed. Lisboa: presença, 2000.
- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Temas básicos de Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ALTHUSSER, L. Marxismo, ciência e ideologia. In: DOMERGUE, R. (Org.). **Marxismo segundo Althusser**. Lisboa: Sinal, 1965. p. 10-55.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.
- \_\_\_\_\_. **Pour Marx**. Paris: Editions La Découverte, 1986.
- \_\_\_\_\_. Resposta a John Lewis. In: \_\_\_\_\_. **Posições 1**. Rio de Janeiro, Graal, 1978. p. 11-71.
- \_\_\_\_\_. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. São Paulo, Contraponto, 1996.
- \_\_\_\_\_. A corrente subterrânea do materialismo do encontro (1982). **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.20, 2005. p. 9-48.
- ANSART, P. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). In: SEIXAS, J. et al. (org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 199-215.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BADARÓ MATTOS, M. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BENTO, XVI. **Compêndio do Catecismo da Igreja católica**. Disponível em: <>. Acesso em

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Na encruzilhada da ordem e da revolta. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

BESERRA, B. Max Weber e a incerteza do conhecimento científico. **Educação em Debate**, v. 1, n. 47, p 89-93, 2004.

BRITO, A. M.; DUARTE, I. Orações relativas e construções aparentadas. In: MIRA MATEUS, M. H. et all. (Orgs.). **Gramática da língua portuguesa**: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 685-694.

CAMACHO, R. G.; BRENTAN, P. F. C. Atribuição de foco no português e no inglês falado. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 46, p. 95-110, 2002.

CASSANA, M. F. Os deslizamentos de sentido: efeitos metafóricos e metonímicos no discurso do corpo. **Letras Escreve**, v. 7, n. 1, p. 33-58, 2017.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula (1978-1998). Tese de Doutorado. UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. O enunciado “eu não tenho medo da mudança” e sua relação com a memória do dizer. In: **Investigações**: lingüística e teoria literária. Recife: UFPE, V.18, p 227-243, jul, 2005.

\_\_\_\_\_; DOS SANTOS RASIA, G. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, n. 48, p. 193-210, 2014.

CHEMAMA, R. (Org.). **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CLAVURIER, V. Real, simbólico, imaginário: da referência ao nó. **Estudos de Psicanálise**, n. 39, p. 125-136, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHAISE, M. F. A ideia de Revolução Burguesa no Brasil: uma análise das contribuições de Nelson Werneck Sodrê, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes. In: XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018, Niterói. **Anais XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2018.

COELHO, C. M S. Psicanálise e laço social-uma leitura do Seminário 17. **Mental**, v. 4, n. 6, p. 107-121, 2006.

CORREIA, T. M. M. Real, Simbólico e Imaginário. **Ciências Humanas em Revista**, v. 3, s/p, 2005.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

\_\_\_\_\_. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do Discurso. **Policromia**, New Zealand, v. 1, n. 1, p. 14-35, jun. 2016.

COUTO, D. P. do. Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 11-10, jan./jun. 2017.

D'ARAUJO, M. C. **Getúlio Vargas**. Série perfis parlamentares. v. 62. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011.

ELIA, L. Sexualidade e Psicanálise. In: \_\_\_\_\_. **Corpo e Sexualidade em Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Uapê, 1995. p. 39-80.

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. **Anais do IV SEAD**, p. 01-05, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v.24, n.48, p.17-34, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_; VARINI-MUTTI, R. M. O Analista de Discurso em Formação: apontamentos à prática analítica. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 3, p. 817-833, 2011.

\_\_\_\_\_. Cinismo e ato falho no discurso político-midiático. **Linguagem & Ensino**. No prelo, 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREGE, G. Sentido e denotação. In: \_\_\_\_\_. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978. P. 59-86.

FREUD, S. Una dificultad del psicoanálisis. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas**. v. 17. Buenos Aires: Amorrortu, 1990. p. 125-136.

\_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.

\_\_\_\_\_. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 325-342.

\_\_\_\_\_. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 271-286.

\_\_\_\_\_. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 10. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 11-133.

\_\_\_\_\_. A dissolução do complexo de Édipo. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. p. 189-199.

\_\_\_\_\_. Inibições, sintoma e ansiedade. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 20. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. p. 81-167.

\_\_\_\_\_. A interpretação dos sonhos. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 4 e 5. Rio de Janeiro: Imago, 1996f.

\_\_\_\_\_. Além do princípio de prazer. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996g. p. 12-85.

\_\_\_\_\_. O Ego e o Id. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996h. p. 11-83.

\_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização. In: STRACHEY, J. (Org.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996i.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GAMALLO, P.; GARCÍA, M. *LinguaKit*: uma ferramenta multilingue para a análise linguística e a extração de informação. **Linguamática**, v. 9(1), p. 19-28, 2017.

GARCÍA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GUATTARI, F; DELEUZE, G. **Mil platôs**. v. 1. Editora 34, 2000.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia dello spirito jenesse**, editado por Cantillo. Bari: Laterza, 1971.

\_\_\_\_\_. **O sistema da vida ética**. São Paulo: Edições 70, 1991.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Lineamenti della Filosofia del Diritto**. Diritto naturale e scienza dello Stato. Roma/Bari: Laterza, 1996.

HENGE, G. da S. Inconsciente e ideologia: contribuições da Análise do Discurso e da Psicanálise para a noção de sujeito. **Entretextos**, v. 16, n. 2, p. 85-105, 2016.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista Rua**, Campinas, v. 1., 1995. p. 63-89.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. LEFFA, V.; ERNST, A. (Orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001. p. 27-42.

\_\_\_\_\_. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso no/do sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Rev. ANPOLL**, n. 12, p. 111-131, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela. **Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD**, v. 2, p. 1-11, 2005.

\_\_\_\_\_. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. BARONAS, R. L. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 75-87.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. INDURSKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INFRANCA, A. **Trabajo, individuo, historia**. El concepto de trabajo em Lukács. Buenos Aires: Herramienta, 2005.

JORGE, M. A. C. Discurso e liame social: apontamento sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In: \_\_\_\_\_.; RINDALDI, D. (Orgs.). **Saber, verdade e gozo**: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002. p. 17-32.

KEHL, M. R.; BUCCI, E. **Videologias**. São Paulo, Boitempo, 2005.

LACAN, J. **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 807-842.

\_\_\_\_\_. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a. p. 96-103.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LAING, R. D. **O eu e os outros**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LE GOFF, J. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LÖWY, M. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. **Discurso**, n. 9, p. 129-152, 1978.

LUCRETIUS [Lucrecio]. **De Rerum Natura**. Estados Unidos: E. P. Dutton. 1916.

LUKÁCS, G. **Il giovane Hegel e i problemi della società capitalistica**. 2 v. Torino: Einaudi, 1975.

\_\_\_\_\_. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro/Porto: Elfos, Publicações Escorpião, 1989.

LYOTARD, J-F. **Economía libidinal**. Buenos Aires: FCE, 1990.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MARIANI, B. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. **Revista Trama**, Paraná, v. 3, n. 5, 2007, p. 55-71.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O capital**. v. 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Editora da UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins fontes. 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Luta de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORFINO, V. O materialismo da chuva de Althusser: um léxico. **Cardernos CEMARX**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, n. 2, 2005a. p. 135-141.

\_\_\_\_\_. O primado do encontro sobre a forma. **Crítica marxista**, Campinas, n. 23, p. 1-31, 2005b.

MOTTA, L. E. O (re) começo do marxismo althusseriano. **Crítica Marxista**, n. 35, p. 73-89, 2012.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. In: \_\_\_\_\_. **Lingüística: questões e controvérsias**. Uberaba, FIUBE, 1984, p. 9-26.

\_\_\_\_\_. Texto e Discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 111-118, 1995.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 42, Jan./Jun. 2002. p. 21-40.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4ed. Campinas, SP: Pontes: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, nº 1, p. 9-13, jun./2005.

\_\_\_\_\_. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, C. (Org.). **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. v. 2. 2013.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORNELLAS, M. de L. S. O real, o simbólico e o imaginário da docência da contemporaneidade. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v.17, n. 30, p. 81-88, jul./dez. 2008.

PÊCHEUX, M. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, M. M. **El discurso político**. México: Nueva Imagen, 1980.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 19, p. 7-24, 1990.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1994. p. 55-66.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. (Orgs.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999, p.49-58.

\_\_\_\_\_. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, E P. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 107-119.

\_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E P. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011a. p. 151-161.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014a.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADE, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b. p. 59-158.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso: três épocas. In: GADE, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014c. p. 307-315.

\_\_\_\_\_. Determinação, formação do nome e encaixe. In: \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014d. p. 95-112.

\_\_\_\_\_. Articulação de enunciados, implicação de propriedades. In: \_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014e. p. 113-128.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2015.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

POLI, M. C. Perversão da cultura, neurose do laço social. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan. 2004

\_\_\_\_\_. **A Revolução Brasileira e a Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

QUINET, A. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

RIESEBRODT, M. A ética protestante no contexto contemporâneo. **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1, p. 159-182, 2012.

RODRIGUEZ, R. V. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROWLAND, R. Classe operária e estado de compromisso. **Estudos cebrap**, v. 8, p. 5-40, 1974.

SAFATLE, V. **Lacan**. São Paulo: Publifolha, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Por uma crítica da economia libidinal. **Ide**, v. 31, n. 46, p. 16-26, 2008a.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHLUCHTER, W. **Die Entwicklung des Okzidentalen Rationalismus**. Tübingen: J.C.B.Mohr, 1979.

SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

SEMERARO, G. A concepção de trabalho na filosofia de Hegel e Marx. **Educação e Filosofia**, v. 27, n. 53, p. 87-104, 2013.

SILVA, R. S. da. **Tempo na Análise de Discurso**: implicações no imaginário de trabalhador da CUT. Curitiba: Editora CRV, 2012.

TORRES LIMA, M. E. A. **A Construção Discursiva do Povo Brasileiro**: Os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. A nação e a noção de povo dos discursos de Getúlio Vargas. In: MARI, H. et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Fale-UFMG, 1999. p. 445-451.

VAN VALIN, R.; LaPOLLA, R. Information structure. In: \_\_\_\_\_. **Syntax**: structure, meaning and function. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 199-237.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos**, v. 53, p. 33-47, 1999.

VORCARO, A. M. R. **A criança na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**Anexos**

Anexo 1 – lista de pronunciamentos de Getúlio Vargas (1938-1944) disponíveis na  
Biblioteca da Presidência da República

1938

1. 07 de janeiro de 1938 - A solidariedade dos riograndenses e a libertação do Rio Grande - discurso pronunciado no palácio do governo do Rio Grande, em Porto Alegre, respondendo e agradecendo a manifestação popular.
2. 07 de janeiro de 1938 - A autoridade federal e a preservação da ordem - discurso pronunciado em Porto Alegre, no banquete oferecido pelas classes conservadoras do Rio Grande.
3. 09 de janeiro de 1938 - A política de cooperação argentino-brasileira - discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelo presidente Agustín Justo, no "club comercial", em Uruguaiana.
4. 12 de fevereiro de 1938 - Pelo desenvolvimento do comércio exterior do Brasil – discurso pronunciado por ocasião de instalar-se o Conselho de Comércio Exterior.
5. 22 de abril de 1938 - Problemas e realizações do estado novo - entrevistas à imprensa do país, Petrópolis, 19 de fevereiro de 1938.
6. 12 de março de 1938 - O reaparelhamento das forças armadas é obra da vontade nacional, executada pelo governo - discurso pronunciado no Arsenal de Marinha, por ocasião de serem batidas as quilhas de três navios mineiros e quando eram incorporados à esquadra três novos submarinos.
7. 01 de maio de 1938 - O Estado Novo e as classes trabalhadoras - discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos-leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara.
8. 13 de maio de 1938 - A repulsa do país pelo atentado de 11 de maio - discurso pronunciado em agradecimento à grande manifestação popular, no Palácio do Catete.
9. 15 de maio de 1938 - A confiança do Brasil nos seus bons soldados discurso pronunciado na vila militar.
10. 30 de maio de 1938 - O Instituto Nacional de Geografia e Estatística - discurso pronunciado em agradecimento a homenagem do instituto, no Palácio do Catete.
11. 11 de junho de 1938 - Compromisso do dever patriótico – discurso pronunciado por ocasião de inaugurar-se a Escola Naval, na Ilha de Villegaignon.

12. 29 de junho de 1938 - O Estado Novo e as Forças Armadas – discurso por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da escola militar, em Rezende.
13. 1 de julho de 1938 - Ouro Preto – a meca da tradição nacional - improviso, por ocasião das manifestações populares, em ouro preto.
14. 15 de julho de 1938 - Perante as cinzas dos inconfidentes - no adro da igreja de Antônio Dias, na presença de grande massa popular, entregando à cidade de Ouro Preto as cinzas dos inconfidentes.
15. 17 de julho de 1938 - Minas Gerais — milagre de fé – improviso, em banquete no edifício da feira permanente de amostras.
16. 18 de julho de 1938 - A penitenciária das neves - improviso, na inauguração da penitenciária das neves, em Belo Horizonte.
17. 18 de julho de 1938 - A colaboração da classe comercial com o governo - improviso, na Associação Comercial de Minas Gerais, agradecendo o título de sócio honorário e a colocação.
18. 22 de julho de 1938 - A defesa do café pelo governo federal - discurso pronunciado no banquete oferecido pela municipalidade de Ribeirão Preto.
19. 22 de julho de 1938 - No Palácio dos Campos Elíseos - improviso, em agradecimento pela manifestação popular recebida no Palácio do Governo.
20. 23 de julho de 1938 - Na bolsa de mercadorias - improviso, na bolsa de mercadorias em São Paulo.
21. 23 de julho de 1938 - Os trabalhadores de São Paulo e o governo - improviso, em agradecimento pela grande manifestação trabalhista da tarde, na Avenida São João.
22. 23 de julho de 1938 - A nova feição bandeirante do espírito paulista - discurso pronunciado, em resposta a saudação do interventor paulista, no banquete do Teatro Municipal.
23. 25 de julho de 1938 - Palavras de afeto e reconhecimento - improviso, pelo microfone de uma emissora paulista, no salão nobre do Palácio dos Campos Elíseos, às 23:30h.

24. 20 de outubro de 1939 - O governo e a imprensa perante a guerra - discurso respondendo às manifestações dos jornalistas, por ocasião da visita ao edifício da Associação Brasileira de Imprensa.
25. 24 de outubro de 1939 - A finalidade da revolução de 1930 - improviso, na manifestação recebida em Porto Novo do Cunha.
26. 24 de outubro de 1939 - A estrada de rodagem rio-baía - discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, no Ginásio Leopoldinense, em Leopoldina, Minas Gerais.
27. 10 de novembro de 1939 - O aparelhamento e a renovação do exército - discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pelo Exército.
28. 10 de novembro de 1939 - A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas - discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurada a Conferência Nacional de Economia e Administração - parte I.
29. 10 de novembro de 1939 - A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas - discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurada a Conferência Nacional de Economia e Administração - parte II.
30. 15 de novembro de 1939 - O cinqüentenário da proclamação da República - discurso pronunciado antes do desfile das forças de terra e mar, na praça Paris, ao comemorar-se o cinqüentenário da Proclamação da República.
31. 18 de novembro de 1939 - A divisão do país em zonas geo-econômicas - discurso pronunciado no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração.
32. 05 de dezembro de 1939 - O imperador Dom Pedro II e os seus grandes serviços ao Brasil - discurso pronunciado na Catedral de Petrópolis, ao ser inaugurado o mausoléu dos imperadores D. Pedro II e D<sup>a</sup>. Teresa Cristina.
33. 24 de dezembro de 1939 - O bem-estar e a saúde das mães e das crianças - discurso pronunciado no Palácio da Guanabara, em comemoração do natal.

## 1940

34. 05 de janeiro de 1940 - O ensino técnico-profissional - discurso pronunciado, em São Paulo, ao paraninfar a turma dos diplomados de 1939, no instituto profissional masculino.

35. 07 de janeiro de 1940 - cultura do algodão em São Paulo e a economia nacional - improviso, em Campinas, por ocasião de se instalar o 3º Congresso Algodoeiro.
36. 09 de março de 1940 - As bases navais do Brasil - discurso pronunciado ao inaugurar-se a Base de Aviação Naval de São Francisco, Santa Catarina.
37. 10 de março de 1940 - O sentimento de brasilidade em Blumenau - discurso pronunciado no teatro Carlos Gomes, em Blumenau, por ocasião do banquete oferecido pela municipalidade.
38. 11 de março de 1940 - Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas - discurso pronunciado no edifício da Assembléia Legislativa, em Florianópolis, por ocasião do banquete oferecido pelo interventor do estado.
39. 12 de março de 1940 - Em dois anos do novo regime - improviso, na sacada do Palácio do Governo, em Porto Alegre, após o desembarque, agradecendo as manifestações da população.
40. 12 de março de 1940 - O estabelecimento de frigoríficos nacionais e a preparação da carne a frio - improviso, por ocasião do churrasco oferecido pelos frigoríficos nacionais, em Porto Alegre.
41. 12 de março de 1940 - Realizações e projetos do estado novo - entrevista coletiva à imprensa, no Palácio do Governo, em Porto Alegre.
42. 13 de março de 1940 - Cooperação do comércio com o governo, no Rio Grande do Sul - improviso, na visita ao Palácio do Comércio, em Porto Alegre, agradecendo grande manifestação popular.
43. 13 de março de 1940 - As classes conservadoras riograndenses - discurso pronunciado em Porto Alegre, por ocasião da homenagem das classes conservadoras.
44. 16 de março de 1940 - Na campanha riograndense - improviso, em Rosário, Rio Grande do Sul
45. 17 de março de 1940 - As manobras de Saican - discurso pronunciado em Saican, no almoço em que estiveram as altas autoridades militares presentes às manobras.
46. 27 de abril de 1940 - O estádio de Pacaembú e a cultura cívica da mocidade - improviso em São Paulo, na inauguração do estádio do Pacaembú.
47. 27 de abril de 1940 - O esforço dos prefeitos paulistas na obra reconstrutiva do Estado Novo - discurso pronunciado em agradecimento ao almoço oferecido pelos prefeitos paulistas.

48. 28 de abril de 1940 - O espírito de progresso paulista harmônico com a obra do governo nacional - discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras paulistas.
49. 1º de maio de 1940 - A política trabalhista do governo e seus benefícios - discurso pronunciado no estádio Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, no dia 1º de maio de 1940.
50. 12 de maio de 1940 - A atividade do povo mineiro e a mentalidade renovadora do Brasil - improviso, da sacada do Palácio da Liberdade, agradecendo as manifestações populares, na recepção em Belo Horizonte.
51. 12 de maio de 1940 - O Minas Tennis Club e a melhoria das condições físicas do homem - discurso pronunciado em Belo Horizonte na inauguração do Minas Tennis Club.
52. 13 de maio de 1940 - - Forma jurídica definitiva para o novo regime - discurso pronunciado no Minas Tennis Club, agradecendo o banquete oferecido pelo governador do estado.
53. 29 de maio de 1940 - A exposição de mapas municipais - improviso, na inauguração da exposição de mapas municipais.
54. 11 de junho de 1940 - No limar de uma nova era - discurso pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitânea da esquadra nacional.
55. 17 de junho de 1940 - Intercâmbio comercial do Brasil com países americanos - discurso pronunciado na sessão semanal do Conselho Federal de Comércio Exterior, a propósito do envio de uma comissão comercial brasileira a países da América.
56. 29 de junho de 1940 - A posição do Brasil na América - discurso pronunciado na Ilha do Viana, ao realizar-se a homenagem da Federação dos Marítimos.
57. 7 de agosto de 1940 - Atualidade e futuro de Goiás - discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Goiânia, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor do estado.
58. 08 de agosto de 1940 - Cruzada rumo ao oeste - improviso inaugurando, em Goiânia, a associação cívica "Cruzada rumo ao oeste".
59. 31 de agosto de 1940 - O recenseamento de 1940 - entrevista concedida à imprensa.
60. 07 de setembro de 1940 - O culto da pátria e o dever de cada brasileiro - discurso pronunciado no estádio Vasco da Gama, perante a concentração cívica da "Hora da Independência".

61. 06 de outubro de 1940 - Os problemas da planície amazônica e o futuro do Pará - discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras e produtoras do estado.
62. 08 de outubro de 1940 - A terra amazônica do Pará e o trabalho paraense - improviso agradecendo a manifestação das classes proletárias paraenses em Belém.
63. 08 de outubro de 1940 - Os portugueses no Brasil - improviso agradecendo a manifestação da colônia portuguesa do Pará, no Palácio do Governo.
64. 09 de outubro de 1940 - O destino brasileiro do Amazonas - discurso pronunciado no Ideal Club, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do estado.
65. 14 de outubro de 1940 - Conferência das nações amazônicas - entrevista concedida à Associated Press, em Porto Velho.
66. 15 de outubro de 1940 - O Ceará e os seus homens de trabalho - improviso agradecendo, em Fortaleza, a manifestação das classes operárias.
67. 18 de outubro de 1940 - Pernambuco, o seu povo e o seu governo - improviso, na sacada do Palácio de Governo, agradecendo as grandes manifestações populares, por ocasião da chegada a Recife.
68. 19 de outubro de 1940 - Rejuvenescimento econômico e social de Pernambuco - discurso pronunciado no Club Internacional, em Recife, agradecendo o banquete oferecido pelas classes conservadoras.
69. 20 de outubro de 1940 - Os diplomados pelas escolas superiores e a necessidade de especialização - discurso pronunciado em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia, ao receber o diploma de doutor Honoris Causa.
70. 20 de outubro de 1940 - O petróleo de Lobado e o progresso da Bahia - improviso agradecendo o banquete oferecido no Palácio da Aclamação, em Salvador, pelo interventor do estado.
71. 06 de novembro de 1940 - A industrialização do ferro - base de nova estrutura econômica do Brasil - improviso agradecendo a manifestação dos metalúrgicos, no Palácio do Catete.
72. 09 de novembro de 1940 - A revolução de 1930 e o 10 de novembro de 1937 - improviso perante a grande concentração operária da Esplanada do Castelo.
73. 10 de novembro de 1940 - A reorganização e o reaparelhamento do Exército no decênio 1930-1940 - discurso pronunciado no Ministério da Guerra, por ocasião do

almoço oferecido pelo Exército, após a inauguração da exposição retrospectiva das realizações do mesmo nos dez anos findos.

74. 11 de novembro de 1940 - A obra de dez anos de governo - discurso pronunciado no grande banquete do aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas.

75. 12 de novembro de 1940 - Atividades do governo - entrevista aos jornalistas do Rio Grande do Sul, no Palácio do Governo, momentos após a chegada a Porto Alegre.

76. 12 de novembro de 1940 - Porto Alegre - a grande concentração urbana do sul do país - discurso pronunciado no Club do Comércio, agradecendo o banquete oferecido pelas classes produtoras e trabalhadoras.

77. 13 de novembro de 1940 - A cultura e a máquina - discurso pronunciado na Universidade de Porto Alegre, agradecendo o título de professor Honoris Causa.

78. 18 de novembro de 1940 - O departamento administrativo do estado - improvisado por ocasião da visita ao departamento administrativo do estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

79. 21 de novembro de 1940 - O "Livro do Mérito" - palavras proferidas no Palácio do Catete, ao instalar-se a comissão do "Livro do Mérito", perante a respectiva comissão.

80. 07 de dezembro de 1940 - Os oficiais das formas armadas - discurso pronunciado no pátio do quartel do centro de preparação dos oficiais da reserva, por ocasião da declaração de aspirante a oficial dos alunos que concluíram o curso.

81. 31 de dezembro de 1940 - O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação nacional - discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes armadas, no Automóvel Club.

## 1941

82. 01 de janeiro de 1941 - Oração pronunciada ao microfone do Departamento de Imprensa e Propaganda, no Palácio Guanabara.

83. 1º de maio de 1941 - O trabalhador brasileiro no estado novo - discurso pronunciado no estádio do "vasco da gama", por ocasião das comemorações do dia do trabalho.

84. 20 de maio de 1941 - O Brasil e o México - entrevista concedida ao jornalista mexicano Sr. Daniel Morales, transcrita da revista Hoy, na imprensa brasileira.

85. 26 e 27 de junho de 1941 - O Brasil perante a América e o mundo - entrevista concedida ao enviado especial de La Nacion, Sr. Fernando Ortiz Echague, publicada, em Buenos Aires e transcrita na imprensa brasileira.
86. 27 de junho de 1941 - O Brasil e a Argentina - entrevista concedida ao enviado especial de La Prensa, ao Rio de Janeiro, Sr. Ricardo Saenz Tayes, publicada, em Buenos Aires, e transcrita na imprensa brasileira.
87. 04 de julho de 1941 - A independência dos Estados Unidos da América - saudação ao povo e ao governo dos Estados Unidos da América, irradiada pela cadeia radiofônica da "Columbia Broadcasting System".
88. 09 de julho de 1941 - Saudação à Argentina - saudação ao povo argentino e a seu governo, na data da independência nacional, irradiada na "hora do Brasil" e retransmitida pela "rádio belgrano", de Buenos Aires.

1943

89. 1º de maio de 1943 - O patriotismo do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo - discurso pronunciado no estádio do "vasco da gama", por ocasião das comemorações de 1º de maio.
90. 06 de maio de 1943 - Comunhão de interesses vitais entre o Brasil e o Paraguai - discurso pronunciado no Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido pelo governo brasileiro ao Presidente Higínio Morínigo.
91. 07 de maio de 1943 - Volta Redonda e a capacidade construtiva dos brasileiros - discurso pronunciado em Volta Redonda, por ocasião do almoço oferecido ao Presidente Higínio Morínigo.
92. 08 de maio de 1943 - Tratados entre o Brasil e o Paraguai - improvisado respondendo ao Presidente Higínio Morínigo, no Palácio da Guanabara, a propósito do ato do governo brasileiro declarando extinta a dívida de guerra do Paraguai e por motivo da assinatura do tratado de comércio e navegação e do convênio de turismo.
93. 29 de maio de 1943 - Campanha da borracha - circular aos prefeitos, concitando-os a empenhar decisivos esforços para o êxito do "mês nacional da borracha".
94. 1º de junho de 1943 - Mês nacional da borracha - manifesto ao povo brasileiro, por ocasião de iniciar-se a campanha nacional de um mês em favor de mais borracha para a guerra.

95. 06 de junho de 1943 - A terra fluminense - centro de trabalho organizado e de progresso contínuo - improviso agradecendo o banquete oferecido em Campos, Rio de Janeiro.
96. 23 de junho de 1943 - O Brasil e a Bolívia - bons vizinhos e bons amigos – discurso pronunciado no Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao General Enrique Peñaranda, Presidente da Bolívia.
97. 27 de junho de 1943 - O chefe de estado da Bolívia no Brasil - improviso respondendo à saudação do Presidente da Bolívia General Enrique Peñaranda, por ocasião do banquete oferecido na embaixada da Bolívia.
98. 07 de setembro de 1943 - As comemorações da independência nacional e a entrada do Brasil na guerra - discurso pronunciado no estádio do "vasco da gama", por ocasião da "hora da independência".
99. 07 de outubro de 1943 - 11 – O esforço progressista dos fazendeiros de Uruguaiana - improviso no almoço oferecido pela sociedade pastoril de Uruguaiana.
100. 07 de outubro de 1943 - A cooperação de Uruguaiana para o progresso do estado - improviso respondendo à saudação do interventor federal, por ocasião do banquete oferecido no Clube Comercial, em Uruguaiana.
101. 11 de outubro de 1943 - A trigésima exposição-feira de Bagé - improviso inaugurando, na sede da associação rural, de Bagé, a trigésima exposição-feira de gado e agradecendo as manifestações populares recebidas.
102. 11 de outubro de 1943 - Bagé e o seu crescente desenvolvimento - improviso agradecendo o banquete oferecido pela municipalidade na sede da associação rural, em Bagé.
103. 12 de outubro de 1943 - O espírito progressista das classes conservadoras de Pelotas - improviso agradecendo a grande manifestação de apreço das classes conservadoras de Pelotas, na associação comercial da cidade.
104. 14 de outubro de 1943 - O problema da energia elétrica e o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul - conferência com as classes conservadoras do Rio Grande do Sul, realizada no Palácio do Comércio, de Porto Alegre.
105. 10 de novembro de 1943 - O arsenal de guerra do Rio de Janeiro e o interesse do povo e do governo do Brasil pelos seus soldados - discurso pronunciado ao inaugurar o novo arsenal de guerra do Rio de Janeiro.
106. 10 de novembro de 1943 - A nova sede do ministério da fazenda - discurso inaugurando o novo edifício do ministério da fazenda.

107. 18 de dezembro de 1943 - Escola e a ação dos professores - discurso pronunciado no instituto de educação, por ocasião da formatura das novas professoras do Distrito Federal.

108. 21 de dezembro de 1943 - A política econômica do governo e os problemas vitais do país - discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pela Federação das Indústrias de São Paulo, no Cassino Umuarama.

109. 21 de dezembro de 1943 - Assistência ao trabalhador intelectual - improviso inaugurando o serviço de assistência ao trabalhador intelectual, no D.E.I.P, de São Paulo.

110. 22 de dezembro de 1943 - A lavoura de São Paulo e o desenvolvimento econômico do Brasil - (improviso no parque da água branca, em São Paulo, agradecendo o almoço oferecido pelos lavradores paulistas.

111. 29 de dezembro de 1943 - Academia Brasileira de Letras - discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, empossando-se como substituto do acadêmico Alcântara Machado.

112. 31 de dezembro de 1943 - Brasil e as suas forças armadas nas tarefas árduas da guerra - discurso pronunciado no almoço oferecido pelas classes armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica.

#### 1944

113. 24 de janeiro de 1944 - O Brasil visto como um todo - discurso pronunciado no círculo militar do Paraná, em Curitiba, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor federal.

114. 24 de janeiro de 1944 - Nova terra da promessa - improviso agradecendo a grande manifestação popular realizada na avenida 15 de novembro, em Curitiba.

115. 27 de janeiro de 1944 - Criação dos territórios nacionais - improviso agradecendo o banquete oferecido em Guairá, no território de Ponta Porã.

116. 15 de abril de 1944 - A orientação renovadora do governo e da imprensa - discurso agradecendo as homenagens dos jornalistas, por ocasião do almoço oferecido na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

117. 1º de maio de 1944 - Cooperação e solidariedade entre os grupos sociais - discurso pronunciado no estádio do Pacaembú, em São Paulo, por ocasião das comemorações do "dia do trabalho".

118. 20 de maio de 1944 - A preparação e o patriotismo do corpo expedicionário - improviso agradecendo a saudação do general Mascarenhas de Moraes, por ocasião dos exercícios do corpo expedicionário brasileiro, no campo de Gericinó.

119. 24 de maio de 1944 - Confiança do Brasil no seu corpo expedicionário - discurso pronunciado por ocasião do desfile das forças do corpo expedicionário brasileiro, no pavilhão levantado próximo ao obelisco da avenida Rio Branco.

## ANEXO 2 – PRONUNCIAMENTO DE 1º DE MAIO DE 1938

**Rio de Janeiro, 1o de maio de 1938<sup>40</sup>**

---

<sup>40</sup> Fonte: **Biblioteca da presidência da República**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>>. Acesso em: fevereiro de 2018.

*01 de maio de 1938 - O Estado Novo e as classes trabalhadoras  
- discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos-  
leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio  
Guanabara.*

1 Operários do Brasil, no momento em que se festeja o Dia do Trabalho, não  
2 desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que fosse traduzida em  
3 fatos e atos que constituíssem marcos imperecíveis, assinalando pontos luminosos  
4 na marcha e na evolução das leis sociais do Brasil.

5 Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem  
6 satisfazer as justas aspirações das massas trabalhadoras.

7 Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais  
8 os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!

9 Em primeiro lugar, a ordem, porque na desordem nada se constrói; porque,  
10 num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas  
11 a adotar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a  
12 confiança e a estabilidade.

13 O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. Por isso, a Lei do  
14 Salário Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há  
15 muito se impunha. Como sabeis, em nosso país o trabalhador, principalmente o  
16 trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas  
17 necessidades.

18 No momento em que se providencia para que todos os trabalhadores brasileiros  
19 tenham casa barata, isentados dos impostos de transmissão, torna-se necessário, ao  
20 mesmo tempo, que, pelo trabalho, se lhes garanta a casa, a subsistência, o vestuário,  
21 a educação dos filhos.

22 O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode  
23 viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável  
24 para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade  
25 social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde  
26 em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor  
27 remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir  
28 mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno. Após a

29 série de leis sociais com que tem sido amparado e beneficiado o trabalhador brasileiro,  
 30 a partir da organização sindical, da Lei dos Dois Terços, que terá de ser cumprida e  
 31 que está sendo cumprida, das férias remuneradas, das caixas de aposentadoria e  
 32 pensões, que asseguraram a tranquilidade do trabalhador na invalidez e a dos seus  
 33 filhos na orfandade, a Lei do Salário Mínimo virá assinalar, sem dúvida, um marco de  
 34 grande relevância na evolução da legislação social brasileira. Não se pode afirmar que  
 35 seja o seu termo, porque outras se seguirão.

36 Um operário – Confiamos em V.Exa.

37 O SR. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS – O orador operário, que foi o  
 38 intérprete dos sentimentos de seus companheiros, declarou, há pouco, que a  
 39 legislação social do Brasil veio estabelecer a harmonia e a tranquilidade entre  
 40 empregados e empregadores. É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu  
 41 coração. Não basta, porém, a tranquilidade e a harmonia entre empregados e  
 42 empregadores. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no  
 43 trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do conagraçamento de  
 44 todas as classes sociais. O movimento de 10 de novembro pode ser considerado, sob  
 45 certos aspectos, como um reajustamento dos quadros da vida brasileira. Esse  
 46 reajustamento terá de se realizar, e já se vem realizando, exatamente pela  
 47 cooperação de todas as classes. O governo não deseja, em nenhuma hipótese, o  
 48 dissídio das classes nem a predominância de umas sobre outras. Da fixação dos  
 49 preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer,  
 50 naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as  
 51 categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na  
 52 subordinação ao sentido superior da organização social. Um país não é apenas um  
 53 conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território mas, principalmente, a  
 54 unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional.

55 É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem  
 56 unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração  
 57 comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

#### Sondagem lexicométrica: radical *trabalh-*

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
momento em que se festeja o	Dia do Trabalho	não desejei que esta comemoração	L01-02

as justas aspirações das	massas trabalhadoras.		L05-06
responderei: a ordem e o	trabalho!		L08
o nosso, onde há tanto	trabalho	a realizar, onde há tantas	L10
O	trabalho	só se pode desenvolver em	L13
que vem trazer garantias ao	trabalhador,	era necessidade que há muito	L14-15
sabeis, em nosso país o	trabalhador,	principalmente o trabalhador rural, vive	L15-16
país o trabalhador, principalmente o	trabalhador rural	vive abandonado, percebendo uma	L15-16
providencia para que todos os	trabalhadores brasileiros	brasileiros tenham casa barata, isentados	L18-19
ao mesmo tempo, que, pelo	trabalho,	se lhes garanta a casa,	L19-20
O	trabalho	é o maior fator da	L22
humana! Ninguém pode viver sem	trabalhar;	e o operário não pode	L22-23
O	trabalho justamente remunerado	eleva-o na dignidade	L24
sido amparado e beneficiado o	trabalhador brasileiro	brasileiro, a partir da organização	L29-30
que asseguraram a tranquilidade do	trabalhador	na invalidez e a dos	L32
no esforço espontâneo e no	trabalho comum	comum em bem dessa harmonia,	L42-43
entre todas as	categorias de trabalho	e de produção. Essa colaboração	L50-51

#### Sondagem lexicométrica: radical *operar-*

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
	Operários do brasil,	no momento em que se festeja	L01
viver sem trabalhar; e o	Operário	não pode viver ganhando apenas	L23
de produção, desde que o	Operário	seja melhor remunerado, poderá, elevando	L26-27
	o orador operário	que foi o intérprete dos	L37

#### Sondagem lexicométrica: radical *pov-*

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
∅	∅	∅	∅

#### Sondagem lexicométrica: radical *pop-*

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
	operários do brasil,	no momento em que se festeja	L01

viver sem trabalhar; e o	Operário	não pode viver ganhando apenas	L23
de produção, desde que o	Operário	seja melhor remunerado, poderá, elevando	L26-27
	o orador operário	que foi o intérprete dos	L37

## ANEXO 3 – PRONUNCIAMENTO DE 1º DE MAIO DE 1940

**Rio de Janeiro, 1o de maio de 1940<sup>41</sup>**

*1º de maio de 1940 - A política trabalhista do governo e seus benefícios - discurso pronunciado no estádio Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, no dia 1º de maio de 1940.*

1           Trabalhadores do Brasil, aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar  
2 as vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho  
3 como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da pátria.

4           Não distingo, na valorização do esforço construtivo, o operário fabril do técnico  
5 de direção, do engenheiro especializado, do médico, do advogado, do industrial ou do  
6 agricultor. O salário, ou outra forma de remuneração, não constitui mais do que um  
7 meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o  
8 surto de maiores possibilidades à nossa civilização.

9           A despeito da vastidão territorial, da abundância de recursos naturais e da  
10 variedade de elementos de vida, o futuro do país repousa inteiramente em nossa  
11 capacidade de realização. Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão, é, a  
12 este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em  
13 prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser  
14 obra exclusiva do governo, e sim de toda a nação, de todas as classes, de todos os  
15 homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que  
16 nasceram.

17           Constitui preocupação constante do regime que adotamos difundir entre os  
18 elementos laboriosos a noção da responsabilidade que lhes cabe no desenvolvimento  
19 do país, pois o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade  
20 uma atitude nociva e reprovável. Nas minhas recentes excursões aos estados do  
21 Centro e do Sul, em contato com as mais diversas camadas da população, recebi  
22 caloroso acolhimento e manifestações que testemunham, de modo inequívoco, a

---

<sup>41</sup> Fonte: **Biblioteca da presidência da República**. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/view>>. Acesso em: fevereiro de 2018.

23 confiança que os brasileiros, desde os simples operários aos expoentes das  
24 atividades produtoras, depositam na ação governamental.

25 Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de  
26 exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes  
27 permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das  
28 classes trabalhadoras. Relegados à existência vegetativa, privados de direitos e  
29 afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores  
30 brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais  
31 elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de  
32 mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais.

33 A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distanciamos,  
34 imensamente, desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos  
35 cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional. Naquela época,  
36 ao aproximar-se o 1o de Maio, o ambiente era bem diverso. Generalizavam-se as  
37 apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos,  
38 pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e  
39 exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que, não raro, redundavam  
40 em choques e conflitos sangrentos. Atualmente, a data comemorativa dos homens de  
41 trabalho é festiva e de confraternização.

42 Os benefícios da política trabalhista empreendida nestes últimos anos  
43 alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das  
44 condições de vida nas várias regiões do país e elevando o nível de saúde e de bem-  
45 estar geral. A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante,  
46 na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à  
47 infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e  
48 maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente,  
49 voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares.

50 Na continuação desse programa renovador, que encontrou no atual ministro do  
51 Trabalho um eficiente e devotado orientador, assinamos, hoje, um ato de incalculável  
52 alcance social e econômico: a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se  
53 de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930 agora  
54 transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos. Procuramos, por  
55 esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-  
56 lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um

57 padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer  
58 do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes  
59 problemas que retardam a marcha do nosso progresso.

60 À primeira vista, poderão pensar os menos avisados que a medida é prematura  
61 e unilateral, visto beneficiar apenas os trabalhadores assalariados. Tal, porém, não  
62 ocorre no plano do governo. A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a  
63 capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a  
64 agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção.

65 As bases da nossa legislação social já estão solidamente lançadas nas leis que  
66 regulam a duração do trabalho, a higiene industrial, a ocupação das mulheres e  
67 menores, as aposentadorias e indenizações de acidentes, as associações  
68 profissionais, os convênios coletivos e a arbitragem. Ultima-se, agora, a organização  
69 da Justiça do Trabalho, cuja regulamentação está na fase final de estudos e deverá  
70 ser posta em vigor dentro de pouco. É uma legislação que tende a ampliar-se e a  
71 cobrir com a sua proteção os diversos ramos da economia nacional, da fábrica aos  
72 campos, das oficinas aos estabelecimentos comerciais, empresas de transportes e  
73 todos os empregos e ocupações. As sugestões da experiência e as imposições da  
74 necessidade irão, naturalmente, indicando modificações e ampliações cuidadosas.  
75 Chegaremos, assim, a consolidar esse corpo de leis num Código do Trabalho  
76 adequado às condições do nosso progresso. Não é demais observar, a propósito das  
77 nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados  
78 como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações  
79 de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos,  
80 em vez de forças de cooperação para o bem comum.

81 Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às  
82 influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições  
83 de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade  
84 com o exotismo das lutas de classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente  
85 contra esses agentes de perturbação e desordem. A propaganda insidiosa e  
86 dissolvente apenas impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal-  
87 intencionados.

88 Quem quer que observe a história e a dura lição sofrida por outros povos verá  
89 que os extremismos, mesmo quando logram uma vitória efêmera, caem logo vítimas  
90 dos próprios erros e das paixões que desencadearam, sacrificando muitas aspirações

91 justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade  
 92 brasileira, felizmente, repele, por índole, as soluções extremistas. Corrigidos os  
 93 abusos e imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade,  
 94 certos de que as utopias ideológicas, na prática verdadeiras calamidades sociais, não  
 95 conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a  
 96 evolução da nacionalidade.

97 Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões  
 98 e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um  
 99 regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira.

### Sondagem lexicométrica: radical *trabalh-*

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
que tenho o homem de	homem de trabalho	como colaborador direto da obra	L02-03
Todo	trabalhador,	qualquer que seja a sua	L11-12
mulheres, que se enobrecem pelo	trabalho,	valorizando a terra em que	L15-16
desenvolvimento do país, pois o	trabalho bem feito	é uma alta	L18-19
à cooperação construtiva das	classes trabalhadoras.		L27-28
cultura e do conforto, os	trabalhadores brasileiros	brasileiros nunca obtiveram, sob os	L29-30
data comemorativa dos	homens de trabalho	é festiva e de confraternização	L40-41
Os benefícios	política trabalhista	empreendida nestes últimos anos alcançam	L42-43
por esse meio, assegurar ao	trabalhador	remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe	L54-56
unilateral, visto beneficiar apenas os	trabalhadores assalariados		L61
que regulam a	duração do trabalho,	a higiene industrial, a ocupação	L65-66
resolver satisfatoriamente as	relações de trabalho,	que continuam sendo, para eles,	L78-79
deixados ao abandono, os nossos	trabalhadores	souberam resistir às influências malsãs	L81-82
Só o	trabalho fecundo	fecundo, dentro da ordem legal	L97

**Sondagem lexicométrica: radical *operar-***

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
∅	∅	∅	∅

**Sondagem lexicométrica: radical *pov-***

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
conquistas de ordem social, que	povos de civilização mais velha	, apontados	L77
dura lição sofrida por outros	Povos	verá que os extremismos, mesmo	L88-89

**Sondagem lexicométrica: radical *pop-***

<b>Antecedente</b>	<b>Item lexical</b>	<b>Subsequente</b>	<b>Linha</b>
as mais diversas camadas da	população,	recebi caloroso acolhimento e manifestações	L21-22
de vilas operárias e	casas populares.		L49
Trata-se de	antiga aspiração popular,	promessa do movimento revolucionário de	L52-53
para a	grande maioria da população,	aumentando, no decorrer do tempo,	L57-58
igualmente, a	capacidade aquisitiva das populações	e incrementa, por consequente, as	L62-63

## ANEXO 4 – PRONUNCIAMENTO DE 1º DE MAIO DE 1943

**Rio de Janeiro, 1o de Maio de 1943<sup>42</sup>**

*Discurso pronunciado no estádio do "Vasco da Gama", por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1943.*

1           SENHORES,

2           Já nos habituamos a compartilhar festivamente as comemorações do DIA DO  
3 TRABALHO, e isso sempre foi para mim motivo de particular satisfação. Ao vosso  
4 contacto, ao calor das vossas manifestações espontâneas e vibrantes, encontro  
5 motivos de júbilo cívico e o reconforto tão necessário às pesadas responsabilidades  
6 dos negócios públicos. No ano passado, um acidente de penosas conseqüências  
7 impediu-me de estar ao vosso lado e de associar-me às solenidades da vossa grande  
8 data. Mas essa forçada ausência não me distraiu a atenção dos vossos problemas,  
9 aspirações e necessidades.

10           O verdadeiro triunfo do homem público consiste em realizar o bem-estar da  
11 coletividade. Nenhuma reforma, nenhuma mudança institucional ou substituição de  
12 quadros administrativos pode ter justificação fora desse imperativo de ordem política.  
13 Os regimes nascidos de grandes e profundos movimentos de opinião trazem como  
14 signo a necessidade de realizar as suas conquistas e ampliá-las até se estabilizarem  
15 e se consolidarem. As revoluções não podem deter-se e estacar na contemplação do  
16 passado ou na admiração do presente.

17           Na fase de reconstrução, de remodelação de processos governativos, como a  
18 em que vivemos, as manifestações desta natureza eqüivalem para o Chefe do  
19 Governo a uma espécie de reafirmação da confiança popular, diretamente expressa.

20           O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a  
21 executar com enorme facilidade, sabe ser, também, bom patriota. A essas disposições  
22 o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas,  
23 ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do  
24 engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças da produção para

---

<sup>42</sup> Fonte: **Biblioteca da presidência da República**. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/01.pdf/view>>. Acesso em: fevereiro de 2018.

25 favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o  
26 trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e  
27 estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social. A ampliação e o reforçamento  
28 das leis de previdência são, para nós, uma preocupação constante. As nossas  
29 realizações em matéria de amparo ao trabalhador constituem corpo de normas  
30 admiradas e imitadas por outros países que ainda não conseguiram o justo equilíbrio  
31 entre os fatores da riqueza pública. Para atingir esse objetivo, não desencadeamos  
32 conflitos ideológicos nem transformamos o Estado em senhor absoluto e o trabalhador  
33 em escravo.

34 A JUSTIÇA DO TRABALHO, abóbada do nosso sistema de legislação  
35 trabalhista, tem provado o acerto da sua criação. Instituída em moldes novos, justifica-  
36 se pelos bons resultados colhidos e vem demonstrando o espírito de cooperação  
37 existente entre empregados e empregadores, que aceitam sem relutância os seus  
38 vereditos. Decerto ainda existem falhas a corrigir e disso o Governo cuida ativamente.  
39 Aliás, este sentido de aperfeiçoamento se patenteia nas seguintes leis recentemente  
40 elaboradas e sujeitas agora à revisão final para promulgação: "Consolidação das leis  
41 do trabalho", "Lei orgânica de previdência social" e "Salário adicional para a indústria".  
42 Todos esses projetos, seguindo inalteráveis diretrizes do meu Governo na solução  
43 dos problemas sociais, foram organizados por comissões técnicas, sob a imediata  
44 orientação do Ministro Marcondes Filho, que empresta atualmente à pasta do  
45 Trabalho as luzes da sua culta inteligência e a sua operosidade incansável, servida  
46 por um esclarecido e realizador espírito público.

47 As tarefas de organização promovidas pelo Estado Nacional visam,  
48 primordialmente, dar segurança econômica ao trabalhador e garantir-lhe a  
49 estabilidade do lar. Obedecendo a esse propósito persistente, apesar das  
50 circunstâncias excepcionais do momento, decretamos a regulamentação da Lei do  
51 abono familiar, que concede auxílio às proles numerosas e completa a lei anterior, que  
52 proporcionou as mesmas vantagens aos funcionários públicos.

53 O problema da alimentação está sendo encarado seriamente, através do órgão  
54 especial para isso criado — o Serviço de Alimentação e Previdência Social. A  
55 organização dos restaurantes-modêlo, primeiro passo nessa campanha pela nutrição  
56 farta e sadia, será ampliada e desenvolvida, de modo a estender os seus benefícios  
57 a maior número de trabalhadores, em todas as regiões do país.

58 A instituição das escolas de fábrica — iniciativa tentada em vários países e  
59 entre nós em plena execução — veio alargar as possibilidades do preparo profissional  
60 do trabalhador e da sua prole. É natural em todo lar organizado o desejo de ver os  
61 filhos continuarem os pais na sua trajetória de trabalho honesto, repetindo em novos  
62 lares as alegrias simples da família. Congregá-los para que tenham amanhã um ofício  
63 e possam constituir outras famílias atende a um anseio afetivo e a um justo reclamo  
64 social. É isso que nos proporcionará o ensino industrial, capacitando os brasileiros a  
65 atingirem o ideal da unidade na diversidade, isto é: o trabalho para todos e as  
66 ocupações variadas exercidas segundo as próprias tendências e aptidões.

67 Neste Primeiro de Maio, aproveitando o ensejo de falar-vos diretamente, quero  
68 lembrar a necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não  
69 se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas fazer  
70 com que o número de sindicalizados se eleve até abranger todos os trabalhadores,  
71 de forma que estes, representando a totalidade das profissões, possam influir mais  
72 diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político. Não há, aí, apenas  
73 um dever patriótico a cumprir. Reclamam-no os interesses gerais e o interesse  
74 particular do próprio trabalhador, que falando por si mesmo junto às instâncias da  
75 administração mais se integra na organização do Estado e se liberta por completo das  
76 explorações parasitárias de politiqueiros e demagogos, sempre prontos a prometer o  
77 que não podem dar em troca de tudo aquilo a que não têm direito.

78 Mau grado as sérias apreensões decorrentes da atual situação do mundo não  
79 devemos alimentar temores e receios quanto ao futuro. Sabemos que a guerra é uma  
80 escola de sacrifícios e para enfrentá-los não nos faltam coragem e tenacidade. A fase  
81 de reorganização que sobrevirá ao choque dos exércitos não nos encontrará  
82 desprezados. Antecipadamente nos preparamos para fazer face aos seus  
83 problemas. Identificados com o programa das Nações Aliadas, consubstanciado na  
84 CARTA DO ATLÂNTICO, cumprimos até o fim os nossos compromissos de  
85 solidariedade e estreita cooperação na luta militar e econômica, certos de  
86 concorrermos para a vitória e de compartilharmos, em futuro próximo, de  
87 acontecimentos felizes, capazes de aumentar o relevo da nossa atuação.

88 É demasiado cedo para prevermos quais sejam, em última instância, as formas  
89 da nossa participação na guerra e na reconstrução do mundo, mas estamos seguros  
90 de que poderemos ampliar a nossa contribuição para a luta, onde e quando for  
91 necessário. As nações a cujo lado batalhamos reconhecem a eficiência do nosso

92 auxílio. Sem as bases do Nordeste não teria sido possível a ocupação da África do  
93 Norte — operação preliminar e ponto de apoio indispensável para o prosseguimento  
94 da campanha de libertação dos povos martirizados pelo nazismo. O fornecimento de  
95 materiais estratégicos, a vigilância das nossas costas, a ação persistente e silenciosa  
96 da nossa valorosa Marinha e das nossas destemidas forças aéreas já representam  
97 considerável esforço bélico. O Exército Nacional, de tão gloriosas tradições, conclui a  
98 sua mobilização, articula-se com a Armada e a Aeronáutica, segundo os planos de  
99 cooperação militar com os Estados Unidos, e se apresta para as eventualidades da  
100 luta.

101       Precisamos, todavia, acelerar o ritmo da nossa preparação militar e criar-nos  
102 uma mentalidade de guerra. Elevem os corações todos os brasileiros, coloquem-se  
103 acima dos interesses transitórios, desprezando intrigas e tricas mesquinhas. Onde  
104 houver perseguições, propósitos de vingança, desonestidades ou explorações, far-se-  
105 á sentir a ação reparadora do poder público. E asseguro-vos que não deixarão de ser  
106 tomadas as medidas de justa punição contra os culpados e providências de amparo a  
107 possíveis vítimas, desde que cheguem ao meu conhecimento abusos e  
108 transgressões.

109       O povo brasileiro não faltará, por 'certo, aos seus soldados, aos seus  
110 marinheiros e aos seus aviadores, com os elementos de que careçam para atuar mais  
111 amplamente.

112       E para que isto aconteça torna-se indispensável continuarmos, com redobrado  
113 empenho, a mobilização dos nossos recursos econômicos, diríamos melhor, usando  
114 a linguagem militar: A BATALHA DA PRODUÇÃO. Produzir mais, produzir melhor —  
115 nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares — é a palavra de ordem que  
116 deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a  
117 decisão de atingir o máximo dentro das nossas possibilidades. Hoje mais do que  
118 nunca a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se  
119 pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar. Operários  
120 nas máquinas, marinheiros nos navios, ferroviários, motoristas, funcionários, diretores  
121 de indústria, almirantes nos mares ou generais nos postos de comando — todos estão  
122 sob o mesmo imperativo: fazer bem e rapidamente a parte que lhes toca.

123       Não é demais acentuar quanto, nas circunstâncias especialíssimas desta  
124 guerra, representa o coeficiente do transporte. Pelos caminhos do ar e pelas velhas  
125 rotas marítimas transferem-se de continente a continente exércitos e alimentos para

126 países inteiros. Homens do mar, que atravessais oceanos infestados de submarinos  
127 e que já enriquecestes com pesados sacrifícios as tradições do nosso heroísmo;  
128 ferroviários e rodoviários que levais aos portos os abastecimentos e materiais, da  
129 vossa bravura e do vosso devotamento depende, em boa parte, o contingente da  
130 nossa cooperação para a vitória. O Governo não vos esquecerá, vigilante pela  
131 situação vossa e das vossas famílias. E, principalmente, vigilante para impedir que os  
132 espiões, sabotadores e quintacolonistas de várias espécies abalem a nossa mútua  
133 confiança e perturbem o nosso trabalho com as suas manobras e expedientes  
134 criminosos. O boato, a intriga, a calúnia e a maledicência, em épocas como a que  
135 atravessamos, são as máscaras freqüentemente usadas pelos traidores. Ficai alertas  
136 e auxiliai a ação das autoridades policiais, que no seu zelo pela segurança pública  
137 encontram, na presente emergência, cooperação espontânea de todos os bons  
138 brasileiros empenhados na difícil tarefa de descobrir e reprimir as atividades dos  
139 inimigos da Pátria.

140       Dentro de dez dias terá decorrido um lustro da primeira tentativa feita no Brasil,  
141 segundo a inspiração e os métodos nazistas, para subversão da ordem: o assalto à  
142 residência do Chefe do Governo, pela calada da noite, e o cerco aos lares de  
143 elementos destacados da administração militar e civil. A conspirata integralista  
144 fracassou, mas só hoje é possível imaginar a que triste condição estaríamos reduzidos  
145 se tivesse logrado êxito. Recordemos o fato, extraíndo as lições que a sua análise  
146 comporta. Há uma falsa maneira de ser patriota: a dos que se arvoram em intérpretes  
147 das necessidades e aspirações nacionais, quando, realmente, só pensam nos  
148 próprios interesses e vaidades.

#### 149       TRABALHADORES DO BRASIL

150       Estamos em guerra. Isto quer dizer: empenhados numa luta decisiva para os  
151 destinos da Pátria. Quem não estiver conosco está contra nós. Com os homens de  
152 trabalho e com todas as forças vivas da nacionalidade sei que posso contar.

153       Não vacilar; não transigir; não recuar; para a frente: são as vozes de comando  
154 da Nação Brasileira a todos os seus filhos.

**Sondagem lexicométrica: radical *trabalh-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
O	Trabalhador brasileiro	nunca me decepcionou	L20
Governo responde com uma	política trabalhista	que não divide, não discrimina,	L22
economicamente o país, organizamos o	trabalho,	disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando	L25-26
em matéria de amparo ao	trabalhador	constituem corpo de normas admiradas	L29-30
em senhor absoluto e o	trabalhador	em escravo	L32-33
do nosso sistema de legislação	trabalhista,	tem provado o acerto da	L34-35
promulgação:	"Consolidação das leis do trabalho"	"Lei orgânica de previdência social"	L40-41
primordialmente, dar segurança econômica ao	trabalhador	e garantir-lhe a estabilidade do	L48-49
benefícios a maior número de	trabalhadores,	em todas as regiões do	L56-57
possibilidades do preparo profissional do	trabalhador	e da sua prole	L59-60
país na sua trajetória de	trabalho honesto	honesto, repetindo em novos lares	L61-62
na diversidade, isto é: o	Trabalho	para todos e as ocupações	L65-66
e leve até abranger todos os	trabalhadores,	de forma que estes, representando	L70-71
o interesse particular do próprio	trabalhadores,	que falando por si mesmo	L73-74
confiança e perturbem o nosso	Trabalho	com as suas manobras e	L133
Com os	homens de trabalho	e com todas as forças	L151-152

**Sondagem lexicométrica: radical *operar-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
∅	∅	∅	∅

**Sondagem lexicométrica: radical *pov-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
da campanha de libertação dos	povos martirizados pelo nazismo		L94
O	povo brasileiro	brasileiro não faltará, por 'certo	L109

**Sondagem lexicométrica: radical *pop-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
espécie de reafirmação da	confiança popular,	diretamente expressa	L19

## ANEXO 5 – PRONUNCIAMENTO DE 1º DE MAIO DE 1944

**São Paulo, 1o de maio de 1944<sup>43</sup>**

*Discurso pronunciado no Estádio do Pacaembu por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho. Vargas elogia o caráter pacífico do trabalhador brasileiro, refere-se às reformas em curso nos serviços de assistência e previdência social, e conclama os trabalhadores a fortalecerem seus sindicatos dentro do espírito de cooperação nacional.*

1           Trabalhadores do Brasil, pela primeira vez, neste 1o de Maio, altero a praxe de  
2 falar-vos da capital da República. Vim a São Paulo e daqui vos dirijo a palavra,  
3 atendendo ao apelo de quase meio milhão de obreiros da riqueza e do progresso do  
4 país, representados por duzentos e setenta sindicatos e seis federações.

5           Para alcançarmos resultados satisfatórios nestes dias difíceis e conturbados  
6 em que os obstáculos se multiplicam, a vossa colaboração foi decisiva, e o governo  
7 reconhece tão patriótico devotamento. O vosso resolutivo apoio de homens afeitos às  
8 duras labutas da indústria nunca faltou à administração e vale por um encorajamento  
9 constante no sentido de fazer triunfar a justiça social. Mourejando solidários, em  
10 perfeito entendimento, vamos ajustando cada dia mais a mútua compreensão dos  
11 grandes e permanentes interesses nacionais. Os efeitos dessa cooperação tornam-  
12 se evidentes. Mesmo entre as agruras da guerra o país prospera e o ambiente de  
13 ordem interna, construtivo e saudável, mostra a firme disposição de trabalharmos sem  
14 descanso pelo seu engrandecimento.

15           A vossa conduta tem sido exemplar. Nem greves, nem perturbações, nem  
16 desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza de ânimo posta no  
17 desempenho das tarefas quotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos.  
18 Estais votados ao bem da pátria, junto às vossas máquinas, nas vossas oficinas, como  
19 estarão amanhã os nossos jovens e bravos soldados nos campos de batalha. É um

---

<sup>43</sup> Fonte: **Biblioteca da presidência da República**. Disponível em:  
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1944>>.  
Acesso em: fevereiro de 2018.

20 esforço único, de admirável ritmo, que permite augurar para a nação brasileira dias de  
21 paz digna e de maior progresso.

22 A luta pela emancipação econômica do país está iniciada com as indústrias de  
23 base e vamos entrar num ciclo de realizações que nos exigirá redobrado e persistente  
24 esforço. Não se atinge a maioria como nação sem vencer dificuldades de toda  
25 ordem. Mas, felizmente para o Brasil, os elementos de discórdia, os motivos de  
26 desentendimento interno não existem. A evolução das relações do trabalho e do  
27 capital não assumiu entre nós, graças às medidas adequadas do governo, aspectos  
28 insolúveis, como noutros países. Ao contrário, dentro de uma sadia concepção cristã  
29 estamos resolvendo, gradativa e satisfatoriamente, os dissídios passageiros entre as  
30 duas grandes fontes de produção, mostrando a empregados e empregadores que a  
31 colaboração sob a égide do Estado, em benefício do superior interesse da nação, ao  
32 invés de advogar proveitos de grupo é a mais vantajosa solução para todos.

33 Já fizemos bastante, sem dúvida. Os frutos deste trabalho são magníficos; mas  
34 ainda há muito que empreender e aperfeiçoar. É nesse sentido que desejo anunciar-  
35 vos hoje a projetada reforma dos serviços de assistência social em bases mais  
36 amplas, capazes de favorecer número de trabalhadores e amparar mais  
37 eficientemente suas famílias.

38 Terminada a fase de experiência e solidificação dos institutos e caixas, cujas  
39 reservas vinham sendo aplicadas sob o critério de imediata segurança e rendimento  
40 certo, é tempo de iniciarmos uma política de mais largo alcance relativamente ao  
41 emprego dos fundos acumulados. Emprestar os depósitos das organizações de  
42 seguro para construções suntuárias ou fazê-los circular a juros bancários é afastá-los  
43 da finalidade superior que ditou a legislação trabalhista. Ao contrário disso, nas suas  
44 linhas mestras, a nova lei orgânica de previdência em elaboração igualará os  
45 benefícios de todos os grupos profissionais, outorgará pensões na base dos encargos  
46 crescentes de família, segundo o número de filhos menores, e melhorará as  
47 aposentadorias, que passarão a corresponder, pelo menos, ao salário mínimo  
48 regional. Quanto às aplicações do capital também serão adotados rumos diferentes.  
49 Forneceremos aos trabalhadores sindicalizados utilidades básicas em forma  
50 cooperativista, elevando-se assim, automaticamente, os salários reais, com a  
51 colaboração das administrações municipais, que entrosarão os respectivos projetos  
52 nos seus planos de reurbanização, construiremos cidades-modelo nas proximidades  
53 dos grandes centros industriais, com instalações de tratamento de saúde, de

54 educação profissional e física. As quotas reservadas a auxílios não deverão visar  
55 apenas o afastamento da miséria iminente, quando fica inválido ou desaparece o  
56 chefe da família; deverão assumir formas propulsivas, possibilitando melhor  
57 alimentação e melhor padrão de vida, com o funcionamento de restaurantes  
58 populares, escolas de trabalho, centros de saúde, lactários, campos de esportes e  
59 estâncias de repouso. A unificação de esforços dos grandes institutos e o condomínio  
60 das construções de seguro social tornarão as iniciativas desta natureza perfeitamente  
61 viáveis. O cálculo da mobilização financeira das reservas atuais permite-nos anunciar  
62 o propósito de nelas inverter inicialmente quinhentos milhões de cruzeiros.

63 Concluídos estes aperfeiçoamentos no sistema do auxílio e estímulo ao  
64 operário industrial, o Estado atacará com idêntico empenho outro aspecto relevante  
65 do problema da produção. Estão adiantados os estudos para a promulgação de uma  
66 lei definidora dos direitos e deveres dos trabalhadores rurais. A quinta parte da nossa  
67 população total trabalha e vive na lavoura e não é possível permitir por mais tempo a  
68 situação de insegurança existente para assalariados e empregadores. Torna-se  
69 inadiável estabelecer com clareza e força de lei as obrigações de cada um, o que virá  
70 certamente incrementar as atividades agrárias, vinculando o trabalhador ao solo e  
71 evitando a fuga do campo para a cidade, tão perniciosa à expansão da riqueza  
72 nacional.

73 Para o êxito completo dessas iniciativas faz-se mister cerrar fileiras em torno  
74 das agremiações sindicais. A massa operária de São Paulo, nos seus trinta e três mil  
75 locais de trabalho, concentra cerca de oitocentos mil trabalhadores, e destes apenas  
76 cento e vinte mil se acham filiados aos órgãos de classe. Em outra oportunidade já  
77 vos dirigi um apelo para que vos congregásseis por forma que os sindicatos  
78 representassem, realmente, um número de associados que fosse expressão total de  
79 cada atividade, aptos a exercer ativa fiscalização dos direitos que lhes assistem. A  
80 reforma da lei orgânica cogita, por isso mesmo, da instalação dos postos de  
81 previdência, destinados a manter em cada empresa o contato direto dos associados  
82 com os órgãos de classe.

83 São Paulo, que conta entre os seus melhores trabalhadores o ministro  
84 Marcondes Filho, alta inteligência e personalidade dinâmica, e o interventor Fernando  
85 Costa, tão operoso e experimentado na administração como na agricultura e na  
86 indústria; São Paulo, que manufatura metade dos vinte e quatro bilhões de cruzeiros  
87 da produção industrial do país e tem no café a lavoura de mais extensa cultura, precisa

88 oferecer o exemplo de congregar nas agremiações trabalhistas a mão de obra que lhe  
89 garante tão excepcional situação. Essa modificação de mentalidade é tanto mais  
90 imperiosa e fácil de apreender quando se considera a rapidez das transformações da  
91 vida econômica e a revisão do próprio conceito de capital, que deixou de ser simples  
92 acumulação de dinheiro para representar energia social concentrada em incessante e  
93 fecundo movimento.

94 Tais são os propósitos do meu governo e para realizá-los plenamente conto  
95 com a vossa integral adesão. Porque, se as tarefas do presente são importantes,  
96 muito mais hão de ser as do futuro. O fim da guerra, com a vitória das nações unidas,  
97 aproxima-se. Depois de alcançá-la, dominados os inimigos externos, precisamos  
98 vencer os inimigos de outra ordem e não menos perigosos, que são as discórdias, a  
99 incompreensão, o egoísmo de classe, a intransigência dos interesses privados. A  
100 liberdade, no sentido estrito de franquias políticas, não basta para resolver a complexa  
101 questão social. Sem a independência econômica converte-se quase sempre em  
102 licenciosidade e ludíbrio para o povo, que não mata a fome com o direito de voto nem  
103 educa os filhos com o direito de reunião. Amparar economicamente os trabalhadores  
104 equivale a dar-lhes o verdadeiro sentido de liberdade e segurança para expressar as  
105 suas opiniões políticas. E, para isto, urge corrigir o desequilíbrio existente entre os que  
106 não encontram limites na exploração lucrativa dos meios de produção e os que  
107 labutam em permanente estado de necessidade, sem recursos para adquirir o  
108 indispensável à subsistência. As atividades produtoras nos tempos que correm devem  
109 subordinar-se aos interesses da coletividade e não à preocupação absorvente de  
110 lucro, à voracidade dos intermediários e parasitas, tanto do capital como do trabalho.  
111 Impõe-se, por conseguinte, fazer reverter à comunidade os proventos derivados das  
112 circunstâncias de emergência, aplicando-os no desenvolvimento da produção para o  
113 consumo geral, que eleva o nível das massas e lhes permite usufruir os bens da  
114 civilização.

115 Quando num grupo social ou nacional a produção deixa de ser de utilidades  
116 para ser somente de mercadorias, sobrevêm inevitavelmente desequilíbrios  
117 profundos, de consequências fatais para a ordem social, porque a parte mais [fraca]  
118 desse grupo passará a sofrer restrições e necessidades. Por isso mesmo, toda vez  
119 que o Estado recorre a processos evolutivos com o fim de resolver os problemas  
120 máximos da nação, nada mais faz do que evitar as transformações violentas, os  
121 desperdícios materiais e humanos, sofrimentos e lutas cruentas. Precisamos meditar

122 sobre os erros da organização social, conjurando previdentemente futuras e  
123 catastróficas perturbações.

124 O aumento de salários e vencimentos será sempre inoperante enquanto o custo  
125 de vida continuar a elevar-se. E todos nós sabemos: ou remediamos com serenidade  
126 e justo senso das circunstâncias os males que afligem o povo ou este perderá a  
127 confiança e a si mesmo se prejudicará, caindo em excessos condenáveis. Se  
128 pretendemos verdadeiramente viver como civilizados cumpre-nos não admitir, como  
129 condição para prosperar, o predomínio brutalizante da lei de seleção animal, a  
130 exploração do homem pelo homem. É possível substituir ajudando-nos mutuamente,  
131 oferecendo uns aos outros melhores oportunidades de progresso, principalmente num  
132 país novo e cheio de possibilidades como o nosso, cujo potencial de riqueza ainda  
133 não se esgotou, podendo criar indefinidamente formas mais nobres e sadias de  
134 convivência.

135 O capital no Brasil não terá de que se amedrontar se souber usar a profunda  
136 sabedoria da autoiluminação. O país entrou numa nova era de realizações. O governo  
137 está empenhado em iniciativas importantes e no planejamento de grandes  
138 empreendimentos industriais, que serão conhecidos em breve, e certamente  
139 sustentará o ritmo do nosso desenvolvimento econômico e aumentará o giro dos  
140 negócios, assegurando a todos, capitalistas e trabalhadores, remuneração farta dos  
141 seus esforços.

142 Trabalhadores do Brasil, depois da tempestade que abala o mundo, fazendo  
143 tremer nos seus alicerces grandes impérios, devemos esperar dias de bonança e  
144 recomposição pacífica.

145 A cooperação e a solidariedade entre os grupos sociais, dentro de uma mesma  
146 nação e das nações entre si, operarão, sem dúvida, substancial acréscimo de bem-  
147 estar e prosperidade para maior número de seres humanos.

148 O Brasil que, tanto no campo das relações internacionais como na solução dos  
149 problemas de caráter interno, foi sempre pioneiro das soluções amistosas, do  
150 arbitramento, da concórdia das classes, terá a oportunidade de auxiliar a reconstrução  
151 do mundo e colaborar, por todos os meios ao seu alcance, no retorno das nações  
152 civilizadas aos largos caminhos do direito e da justiça.

153 Para essa missão de enorme responsabilidade é que vos conclamo – chefes  
154 de indústria, operários, agricultores – todos quantos nesta abençoada terra produzem  
155 e vivem do trabalho honesto, acreditando que, no após-guerra, daremos o exemplo

156 de um povo organizado, dono dos seus destinos, criador do próprio progresso, fiel aos  
 157 ideais cristãos de fraternidade.

**Sondagem lexicométrica: radical *trabalh-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
mostra a firme disposição de	trabalharmos	sem descanso pelo seu engrandecimento	L13-14
A evolução das	relações do trabalho	e do capital não assumiu	L26-27
Os frutos deste	trabalho	são magníficos	L33
capazes de favorecer número de	trabalhadores	e amparar mais eficientemente suas	L36-37
superior que ditou a	legislação trabalhista.		L43
Forneceremos aos	Trabalhadores sindicalizados	utilidades básicas em forma	L49
de restaurantes populares, escolas de	escolas de trabalho,	centros de saúde, lactários, campos	L57-58
dos direitos e deveres dos	trabalhadores rurais		L48-49
parte da nossa população total	trabalha	e vive na lavoura e	L56-57
as atividades agrárias, vinculando o	trabalhador	ao solo e evitando a	L59-60
e três mil locais de	trabalho,	concentra cerca de oitocentos mil	L61-62
concentra cerca de oitocentos mil	trabalhadores,	e destes apenas cento e	L75-76
conta entre os seus melhores	trabalhadores	o ministro Marcondes Filho, alta	L70-71
exemplo de congregar nas agremiações	agremiações trabalhistas	a mão de obra que	L73-74
Amparar economicamente os	trabalhadores	equivale a dar-lhes o verdadeiro	L133
tanto do capital como do	trabalho.		L151-152
assegurando a todos, capitalistas e	trabalhadores,	remuneração farta dos seus esforços	L140-141
terra produzem e vivem do	trabalho honesto	honesto, acreditando que, no após-guerra	

**Sondagem lexicométrica: radical *operar-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
∅	∅	∅	∅

**Sondagem lexicométrica: radical *pov-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
licenciosidade e ludíbrio para o	povo,	que não mata a fome	L102
os males que afligem o	povo	ou este perderá a confiança	L126-127
daremos o exemplo de um	povo organizado	dono dos seus destinos,	L155-156

**Sondagem lexicométrica: radical *pop-***

<b><i>Antecedente</i></b>	<b><i>Item lexical</i></b>	<b><i>Subsequente</i></b>	<b><i>Linha</i></b>
com o funcionamento de	restaurantes populares,	escolas de trabalho, centros de	L57-58
A quinta parte da nossa	população total	trabalha e vive na	L66-67